



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 124 - SEXTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 2007 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente
Renan Calheiros – PMDB-AL
1º Vice-Presidente
Tião Viana – PT-AC
2º Vice-Presidente
Alvaro Dias – PSDB-PR
1º Secretário
Efraim Morais – DEM-PB
2º Secretário
Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário
César Borges – DEM-BA
4º Secretário
Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário
1º - Papaléo Paes – PSDB-AP
2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE
3º - João Vicente Claudino – PTB-PI
4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 19	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 27	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 29
LÍDER	LÍDER	LÍDER
VICE-LÍDERES	Ideli Salvatti – PT	Demóstenes Torres
.....	VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES
LÍDER DO PMDB – 19	Epitácio Cafeteira
Valdir Raupp	João Ribeiro	LÍDER DO DEM – 16
VICE-LÍDERES DO PMDB	Renato Casagrande	José Agripino
Wellington Salgado de Oliveira	Inácio Arruda	VICE-LÍDERES DO DEM
Valter Pereira	Marcelo Crivella	Kátia Abreu
Gilvam Borges	Francisco Dornelles	Jayme Campos
Leomar Quintanilha	Raimundo Colombo
Neuto de Conto	LÍDER DO PT – 12	Edison Lobão
	Ideli Salvatti	Romeu Tuma
	VICE-LÍDERES DO PT	Maria do Carmo Alves
	Eduardo Suplicy	LÍDER DO PSDB – 13
	Fátima Cleide	Arthur Virgílio
	Flávio Arns	VICE-LÍDERES DO PSDB
	LÍDER DO PTB – 6	Sérgio Guerra
	Epitácio Cafeteira	Alvaro Dias
	VICE-LÍDER DO PTB	Marisa Serrano
	Sérgio Zambiasi	Cícero Lucena
	LÍDER DO PR – 3	
	João Ribeiro	
	VICE-LÍDER DO PR	
	Expedito Júnior	
	LÍDER DO PSB – 3	
	Renato Casagrande	
	VICE-LÍDER DO PSB	
	Antônio Carlos Valadares	
	LÍDER DO PC do B – 1	
	Inácio Arruda	
	LÍDER DO PRB – 1	
	Marcelo Crivella	
	LÍDER DO PP – 1	
	Francisco Dornelles	
LÍDER DO PDT – 4	LÍDER DO P-SOL – 1	LÍDER DO GOVERNO
Jefferson Péres	José Nery	Romero Jucá - PMDB
VICE-LÍDER DO PDT		VICE-LÍDERES DO GOVERNO
Osmar Dias		Delcídio Amaral
		Antônio Carlos Valadares
		Sibá Machado
		João Vicente Claudino

¹ Alterada a denominação de Partido da Frente Liberal – PFL para Democratas, nos termos do Ofício nº 76/07 – DEM, lido em 2 de agosto de 2007.

EXPEDIENTE

Agaciél da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 127ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 16 DE AGOSTO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Discursos do Expediente

SENADORA IDELI SALVATTI – Registro de reunião realizada hoje na Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, com a presença do Ministro Tarso Genro, a fim de tratar do lançamento do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.... 27756

SENADORA SERYS SLHESSARENKO – Considerações acerca de alteração no Código Brasileiro de Trânsito com vistas à regulamentação do serviço de mototáxi. Registro da chegada amanhã a Brasília, de cerca de 3.000 mulheres, a fim de participar da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Anúncio da Marcha das Margaridas, a ser realizada por trabalhadoras rurais, em 21 e 22 de agosto. 27763

SENADOR MARCONI PERILLO – Considerações sobre a questão do apagão aéreo e da falta de investimentos do governo em segurança no setor aéreo. Manifestação de solidariedade aos familiares do Deputado Júlio Redecker, vitimado no acidente da TAM. 27764

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Justificação pela apresentação de requerimento de voto de pesar pelo falecimento do jornalista Joel Silveira. Homenagem ao jornalista Cláudio Abramo, falecido há 20 anos. 27770

1.2.2 – Leitura de Requerimento

Nº 917, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Joel Silveira, ocorrido em 15 do corrente, no Rio de Janeiro. 27775

1.2.3 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR JOÃO TENÓRIO – Manifestação sobre temas polêmicos da reforma tributária. 27776

SENADOR DELCÍDIO AMARAL – Importância da Medida Provisória nº 372, de 2007, que deu origem ao Projeto de Conversão nº 23, de 2007, e que trata da renegociação das dívidas de custeio e de investimento dos produtores rurais. Preocu-

pação com relação ao momento por que passa o País, com a banalização dos valores da sociedade. Considerações sobre o papel das agências reguladoras. 27779

SENADOR ALVARO DIAS – Manifestação contra a prorrogação da CPMF. 27783

SENADOR HERÁCLITO FORTES, como Líder – Reflexão a respeito do movimento “Cansei”. Protesto contra declaração preconceituosa sobre o Estado do Piauí, do Sr. Paulo Zottolo, Presidente da Philips, em entrevista ao jornal **Valor Econômico**. 27788

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Registro do I Encontro dos Legislativos do Estado de Roraima, sob o tema “Defender Roraima, tarefa de todos nós”, a realizar-se amanhã, em Boa Vista/RR. Resumo das atividades parlamentares desenvolvidas por S. Exa. em prol de Roraima. 27790

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI, como Líder – Prestação de contas sobre as atividades desenvolvidas à frente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, extinta, que deu lugar à Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. 27793

SENADOR MÃO SANTA – Registro do transcurso hoje dos 155 anos de Teresina, capital do Piauí. 27794

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Debate sobre a prorrogação da CPMF. 27797

SENADOR VALDIR RAUPP, como Líder – Anúncio da abertura, junto ao Ibama, de processo para a concessão de licença ambiental para a Usina Hidrelétrica de Tabajara, localizada no Município de Machadinho do Oeste, em Rondônia. 27800

1.2.4 – Ofício

Nº 132/2007, de 15 do corrente, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação do Senador João Pedro para integrar, como titular, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. **Aprovada**. 27801

1.2.5 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Anúncio que as obras de recuperação total da estrada entre Manaus e Pacaraima (RR) deverão ter início até 2008. 27801

SENADOR PAULO PAIM – Abordagem sobre a violência no trânsito e o aspecto social dos acidentes que vitimam milhares de brasileiros. Defesa de uma política de fortalecimento do transporte ferroviário. Precariedade das estradas em todo o País. Críticas à cobrança de pedágios. Solidariedade à luta dos servidores públicos por melhores salários. O sucesso do Projeto “Cantando as Diferenças”...

1.2.6 – Pareceres

Nº 688, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 109, de 2007 (nº 467/2007, na origem), do Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. *Alfredo Luiz de Almeida Cardoso* para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.....

27803

Nº 689, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 110, de 2007 (nº 468/2007, na origem), do Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. *Hesio de Albuquerque Cordeiro* para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.....

27809

Nº 690, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 106, de 2007 (nº 441/2007, na origem), que propõe que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor equivalente a até US\$150.000.000.00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos constituirão o Segundo Empréstimo Programático para o Crescimento Sustentável com Equidade – Competitividade II. **(Projeto de Resolução nº 46, de 2007)**

27811

27813

Nº 691, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 122, de 2007 (nº 512/2007, na origem), do Presidente da República, que propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$16.100.000.00 (dezesseis milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, para financiamento parcial do Programa Multifase de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico no Brasil – Interlegis II, a ser executado pelo Senado Federal. **(Projeto de Resolução nº 47, de 2007)**

27816

Nº 692, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 126, de 2007 (nº 551/2007, na origem), do Presidente da República, que propõe ao Senado Federal, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Banco Interamericano de

Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até US\$1.000.000.000.00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), destinada ao financiamento do “Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micros, Pequenas e Médias Empresas – Segunda Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP)”. **(Projeto de Resolução nº 48, de 2007)**

27819

1.2.7 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, aos **Projetos de Resolução nºs 46 a 48, de 2007**, resultantes de pareceres lidos anteriormente.....

27823

1.2.8 – Ofício

S/nº/2007, de 15 do corrente, da Liderança do Bloco Parlamentar da Minoria no Senado Federal, de indicação dos nomes dos vice-líderes daquele Bloco.....

27823

1.2.9 – Comunicação da Presidência

Término do prazo, ontem, sem oferecimento de emendas ao Projeto de Resolução nº 41, de 2007, de autoria do Senador Gerson Camata, que modifica a redação do inciso VI do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal para prever interstício de 48 horas entre as reuniões de arguição e de votação, nas comissões, no exercício da competência de que trata o art. 52, III, da Constituição Federal.....

27823

1.2.10 – Leitura de requerimentos

Nº 918, de 2007, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando ao Tribunal de Contas da União a realização de auditoria operacional e financeira no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, especialmente nos convênios com estados, prefeituras e entidades privadas sem fins lucrativos, no período de 2003 a 2006.

27823

Nº 919, de 2007, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, solicitando ao Ministro de Estado da Justiça as informações que menciona.....

27824

Nº 920, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a tramitação, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Projeto de Lei do Senado nº 523, de 2003, que se encontra atualmente na Comissão de Assuntos Sociais.

27825

Nº 921, de 2007, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho, solicitando a oitiva da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2007.

27825

1.2.11 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 480, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que determina a obrigatoriedade de os agentes públicos eleitos matricularem seus filhos e demais dependentes em escolas públicas até 2014.....

27825

Projeto de Lei do Senado nº 481, de 2007 – Complementar, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar o regime de

tributação incidente sobre as creches e pré-escolas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional..... 27826

1.2.12 – Leitura de proposta de emenda à Constituição

Nº 74, de 2007, tendo com primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que legitima o Ministério Público para a impetração do mandado de segurança coletivo, no exercício de suas atribuições constitucionais..... 27826

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Proveniente da Medida Provisória nº 369, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2007, que acresce e altera dispositivos das Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.893, de 13 de julho de 2004, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 11.457, de 16 de março de 2007, e 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para criar a Secretaria Especial de Portos, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 369, de 2007). **Apreciação sobrestada, por falta de acordo das Lideranças.** 27830

São os seguintes os itens sobrestados:

Item 2 (Proveniente da Medida Provisória nº 372, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2007, que dispõe sobre a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos da poupança rural e dos depósitos a vista para financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais ou suas cooperativas com fornecedores de insumos, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006; altera as Leis nºs 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e 11.322, de 13 de julho de 2006; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 372, de 2007). 27830

Item 3 (Proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007) (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007). 27830

Item 4 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos,

Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007..... 27831

Item 5 (Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências. 27831

Item 6 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito). 27831

Item 7 (Votação nominal)

Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo com primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios..... 27832

Item 8 (Votação nominal)

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação..... 27832

Item 9 (Votação nominal)

Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados..... 27832

Item 10

Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral..... 27832

Item 11

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade. 27832

Item 12

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico..... 27833

Item 13

Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior..... 27833

Item 14

Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego..... 27833

Item 15

Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências..... 27833

Item 16

Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que fica instituído o Programa Disque Idoso..... 27833

Item 17

Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que institui o dia 27 de setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos..... 27833

Item 18 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias..... 27834

Item 19 (Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do

Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal..... 27834

Item 20

Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002..... 27834

Item 21

Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996..... 27834

Item 22

Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003..... 27834

Item 23

Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº 2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004..... 27834

Item 24

Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994... 27835

Item 25

Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004..... 27835

Item 26

Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992 e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993..... 27835

Item 27

Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos..... 27835

Item 28

Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apátrida, celebrada em 30 de agosto de 1961. 27835

Item 29

Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD. 27835

Item 30

Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002..... 27836

Item 31

Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003..... 27836

Item 32

Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003..... 27836

Item 33

Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da Re-

pública Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003..... 27836

Item 34

Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002..... 27836

Item 35

Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004. 27836

1.3.1 – Discurso após a Ordem do Dia

SENADOR *CRISTOVAM BUARQUE* – Críticas ao recém-empossado ministro da Defesa sobre a situação em que vive, hoje, a Marinha do Brasil e o sucateamento das Forças Armadas..... 27837

1.3.2 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Registro das festividades em homenagem aos Padroeiros Sant’Ana e São Joaquim, da cidade amazonense de Autazes. Registro das festividades religiosas para celebrar Nossa Senhora do Bom Socorro, Padroeira da cidade de Barreirinha, no Amazonas..... 27841

SENADOR *INÁCIO ARRUDA* – Registro da passagem dos 50 anos do Curso de Aprendizagem Bancária – CAB, promovido pelo Banco do Nordeste do Brasil. 27841

SENADORA *PATRÍCIA SABOYA* – Apelo ao Governo Federal em favor da implantação do plano de cargos e salários dos servidores do Ministério da Cultura. 27843

1.4 – ENCERRAMENTO

2 – PARECER

Nº 27, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Aviso nº 10/2007-CN (Aviso nº 255/2007 – Seses – TCU, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional cópia do Acórdão nº 357, de 2007 – TCU (Plenário), bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, relativos ao levantamento de auditoria realizado no âmbito do programa de fiscalização FISCOBRAS, do ano de 2006, nas obras de infra-estrutura turística para o turismo religioso em Juazeiro do Norte – CE (TC-008.744/2006-9). 27844

3 – EMENDAS

Nºs 1 a 23, apresentadas ao Projeto de Lei nº 21, de 2007-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Educação e da

Cultura e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R\$38.330.853,00, (trinta e oito milhões, trezentos e trinta mil, oitocentos e cinquenta e três reais), para os fins que especifica, e dá outras providências..... 27853

4 – ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 4.469, de 2007..... 27877

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 53ª LEGISLATURA

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

14 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

Ata da 127ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 16 de agosto de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Alvaro Dias, Papaléo Paes, Augusto Botelho e Mão Santa

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE AS SRAS.
E OS SRS. SENADORES:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

Senado Federal

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 16/8/2007 07:34:28 até 16/8/2007 19:40:08

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X		Compareceram: 60 Senadores				
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X						
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR	X						
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X						
DEM	BA	CÉSAR BORGES	X						
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	X						
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL	X						
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
DEM	MA	EDISON LOBÃO	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
DEM	PB	EFRAIM MORAIS	X						
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
Bloco-PTB	DF	GIM ARGELLO	X						
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X						
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X						
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X						
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO	X						
DEM	MT	JONAS PINHEIRO	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X						
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X						
DEM	PE	MARCO MACIEL	X						
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X						
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X						
PSDB	MS	MARISA SERRANO	X						
Bloco-PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PSDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
Bloco-PSB	CE	PATRICIA SABOYA	X						
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PMDB	MA	ROSEANA SARNEY	X						
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X						
Bloco-PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X						
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X						
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X						
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X						
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X						
PMDB	MS	VALTER PEREIRA	X						
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X						

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 60 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero me inscrever para um comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a está inscrito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria de me inscrever para uma comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a estará inscrito e fará uso da palavra no momento regimental.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT

– MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Concedo a palavra, pela ordem, à Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever também para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Senadora Serys Slhessarenko, tenho certeza de que os dois Senadores serão cavalheiros com V. Ex^a, mas V. Ex^a é a terceira inscrita.

Concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^a Senadora Serys Slhessarenko, que fará um pronunciamento a respeito da Conferência Nacional das Mulheres...

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Senadora Ideli, permita-me fazer o anúncio de que V. Ex^a foi chamada como oradora inscrita, sem prejuízo da ordem de inscrição.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço, Senador Papaléo Paes.

Quero deixar registrado que estou, neste momento, recebendo também a coordenação do movimento que, na próxima semana, realizará a Marcha das Margaridas. É um movimento anual organizado por mulheres trabalhadoras rurais de todo o Brasil. Na próxima semana, elas estarão em Brasília, e estou com a coordenação tratando da pauta.

O que me traz à tribuna no dia de hoje é uma importante reunião que realizamos pela manhã no gabinete da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, com a participação dos Senadores que compõem o bloco e a presença do Ministro Tarso Genro. Na próxima semana, segunda-feira, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai lançar o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

Trata-se de um programa que vai investir, além dos recursos já previstos – os recursos normais, ordinários, que têm de ser aplicados todo ano em segurança pública – R\$6,7 bilhões, para os próximos quatro anos. Esse programa, que tem uma ampla diversidade, tem foco e objetivos muito claros, será lançado na segunda-feira. E nós chamamos o Ministro Tarso Genro, aqui, ao Bloco de Apoio ao Governo, para tratarmos da seguinte questão. O Senado, Senador Papaléo Paes, que preside a sessão, já fez este ano dois trabalhos extremamente importantes. O primeiro foi o grupo de trabalho relativo aos projetos da segurança pública, que fizemos na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde aprovamos vários projetos importantíssimos para aperfeiçoar a legislação que trata dessa questão.

Neste momento, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – cujo grupo de trabalho tenho a honra de presidir – está tratando também dos projetos que têm como objetivo agilizar o processo judicial, principalmente alterações no Código de Processo Penal. Portanto, o Senado e a Câmara estão profundamente envolvidos com este tema – segurança, a questão judicial, todo esse arcabouço de situações de leis, de violência, que está cada vez mais crescente em nosso País. Então, o Congresso Nacional está absolutamente atento e operando, agindo, atuando, legislando.

Em vez de fazermos competição entre autoria dos projetos, seria muito importante – foi esse o objetivo da reunião – aproveitarmos proposições que já está tramitando, tanto aqui no Senado quanto na Câmara, que trata desses temas, para que pudessem ser absorvidos. A reunião foi extremamente produtiva, porque nós já apresentamos ao Ministro Tarso Genro a lista de todos os projetos que têm a ver com o programa que o Presidente Lula vai lançar na segunda-feira.

Detectamos que, de autoria ou de relatoria de Senadores, aqui no Senado, há 18 projetos que têm a ver com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

Portanto, tivemos essa conversa com o Ministro Tarso Genro, com a participação dos Senadores do Bloco de Apoio, e foi muito importante porque selamos esse compromisso. O Ministro Tarso Genro vai deixar muito claro que, para as matérias de iniciativa dos Parlamentares, o Governo não apresentará projeto para concorrer. O Governo vai adotá-los para que ganhem agilidade e possamos cumprir a meta que propusemos ao Ministro Tarso Genro. Tenho certeza absoluta de que todos os Parlamentares aqui desta Casa concordarão com que devemos focar e aprovar esse conjunto de matérias até o final do ano.

O PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania –, que vai alocar R\$6,7 bilhões nos próximos quatro anos, tem uma estrutura e uma filosofia, Senador Papaléo Paes, extremamente importantes. A primeira delas é com relação àquilo que sempre dizemos, de que não é possível enfrentar a violência meramente com repressão. Há necessidade de se reprimir a violência, mas só se enfrenta a violência se se articula a repressão com políticas públicas que permitam às pessoas que estão na marginalidade, que estão submetidas ao jugo do crime organizado ou da situação de violência, terem alternativas para saírem dessa situação de criminalidade e de marginalidade.

Portanto, o Pronasci conjuga a visão de segurança pública articulada com políticas sociais.

A outra questão importantíssima no Pronasci é o foco, que está dirigido para os jovens, porque são extremamente assustadoras as estatísticas. A percepção da violência e o sentimento da população acerca da violência crescente aparecem em todas as pesquisas, e já ultrapassou os problemas de saúde, a questão de emprego. Ou seja, em todas as pesquisas feitas junto à opinião pública, o principal problema que os brasileiros e brasileiras apontam é a insegurança, a violência.

E as estatísticas são assustadoras porque, se considerarmos as vítimas da violência, ou seja, os que estão sendo baleados, os que estão sendo agredidos, os que estão morrendo, e considerarmos também os que estão presos, se nós considerarmos esses dois grupos, nós vamos chegar a uma constatação terrível, porque as vítimas, na sua grande maioria, são jovens de 14, de 16 até 24 anos. E os que estão presos, também a maioria, Senador João Tenório, também são jovens.

Então, os jovens brasileiros são, nas duas pontas, autores e vítimas da violência.

Portanto, o Pronasci está voltado a uma série de medidas, aproveitando os programas já desenvolvidos pelos diversos Ministérios, pelos diversos Governos estaduais e municipais. O objetivo do Pronasci é articular tudo isso e realizar ações específicas voltadas aos jovens, até mesmo aos jovens apenados, porque o grau de reincidência é muito grande – eles cumprem pena e voltam ao crime por não terem alternativas. Por isso, é necessário dar alternativa, ao jovem reincidente. Mas, o público-alvo do pacto pela segurança é o jovem envolvido pelo crime organizado, tanto como vítima, quanto como objeto de arregimentação. Então, primeiramente, tem que haver a interligação entre políticas públicas e segurança pública, pois sem ela é impossível enfrentar a violência. A repressão ao crime é necessária, mas é preciso também dar alternativa ao jovem, objetivo que, no Pronasci, está muito claro, muito bem definido.

Com muito prazer, ouço o Senador João Tenório e, em seguida, o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – Senadora Ideli Salvatti, neste momento, V. Ex^a aborda com muita precisão nesta Casa um assunto absolutamente importante. Na verdade, quando é oferecida uma oportunidade econômica a um jovem de 18, 20 anos, ele pensa 10 vezes, 20 vezes, antes de tomar o caminho da criminalidade. Ele sabe que o futuro de alguém que caminha por essa rota é quase sempre fatal, que leva a uma morte prematura, a um destino sem perspectiva importante. Na hora em que se oferece uma oportunidade econômica a um jovem, ele vai pensar muito se o caminho é...

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Se tiver alternativa, ele pensa. Se ele não tiver, não.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – Se não tiver, ele vai para o tudo ou nada, como diz a história. Mas, se alguém tem essa oportunidade... Há os que preferem o caminho do crime. Aí, paciência, é uma questão de polícia, não é uma questão de política. Mas é importante que aqueles que não têm essa característica sejam segregados daqueles outros que pensam trilhar no caminho do crime, ou que se permita mesmo àqueles que vivem no mundo do crime hoje possam caminhar para uma rota mais saudável. Sem sombra de dúvida, eu acho que a criação, a geração de oportunidades econômicas, de emprego e de renda são fundamentais para que isso aconteça. Parabéns pelo seu pronunciamento.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Eu agradeço, Senador João Tenório.

Senador Suplicy, até mais do que o meu pronunciamento, eu acho que essa medida sobre a qual o Ministro Tarso Genro veio conversar conosco e que será anunciada pelo Presidente Lula na segunda-feira, com todos seus projetos e programas, só terá êxito, Senador João Tenório, se houver um verdadeiro pacto entre todos os diversos níveis de Governo – Federal, estadual, e municipal – e o Legislativo e o Judiciário. Se nós não criarmos esse pacto, essa sinergia, efetivamente, a violência cada vez mais, de forma muito amarga, toma conta da nossa juventude, como vítima ou como algoz.

Ouçou com muito prazer o Senador Suplicy, que participou muito ativamente do nosso debate hoje nesta manhã.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezada Senadora Ideli Salvatti, um dos pontos que chamaram minha atenção para justamente justificar o Pronasci, exposto pelo Ministro Tarso Genro, diz respeito à taxa de homicídios: está em 10 por 100 mil habitantes, no Chile. Vou citar algumas regiões: Brasília e Entorno, 33,08; Vitória, 78,3; Belo Horizonte, 56,7; São Paulo, a minha cidade, 39,3; Rio de Janeiro, 51,4; Belém, 27,7; Recife, 70; Maceió, 54,2; Salvador, 41,2; Curitiba, 38,1; Porto Alegre, 29,5. Não consta Florianópolis, senão eu teria lido.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Mas a taxa também é alta, Senador Eduardo Suplicy.

(Interrupção do som.)

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Senadora Ideli Salvatti, V. Ex^a tem o tempo necessário para concluir.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Muito obrigada. Já vou concluir.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Esses indicadores mostram uma necessidade premente de atacarmos esse problema. Quero saudar o esforço do Ministro Tarso Genro, que, em cooperação com diversos Ministros, está elaborando e apresentando esse programa, visando a garantir justiça e cidadania às pessoas, sobretudo aos jovens. Portanto, cumprimento V. Ex^a por trazer essas informações a todos nós.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy. Quero apenas fazer um registro. V. Ex^a citou o número de homicídios para cada 10 mil habitantes?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Por 100 mil habitantes, variando algumas cidades de 30 até 78 das principais regiões metropolitanas.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – O que sempre aparece é o Rio de Janeiro e São Paulo. Mas, se fizermos o comparativo, há cidades como Vitória e Recife.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Em Recife, é muito grave.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC) – É muito maior, quase o dobro. Então, realmente, o problema é muito grave.

Apenas para concluir, Sr. Presidente, deixo registrado que apresentamos ao Ministro Tarso Genro a lista dos projetos. Quero fazer o registro de todos eles para deixar bem claro que é de vários Partidos e Senadores a contribuição.

Então, na questão de trabalho e estudo dos presos, há dois projetos: um do Senador Gilvam Borges e outro do Senador Aloizio Mercadante. Nas melhorias do sistema prisional, há quatro projetos do Senador Demóstenes, dois do Senador Aloizio Mercadante e um em parceria também com o Senador Magno Malta.

No combate à impunidade, há projeto da Senadora Serys Slhessarenko, oriundo da CPMI dos Correios, do Senador Gilvam Borges, de minha autoria, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e de autoria do Executivo, que tem relatoria de Senadores também já designados.

Na valorização da atividade dos profissionais da segurança pública, há projetos dos Senadores Renan Calheiros e Marconi Perillo – que está à mesa e em cuja frente acabei passando, porque S. Ex^a não estava presente no início das falas – e mais dois, ainda, do Senador Aloizio Mercadante.

São, ao todo, portanto, 18 projetos, todos relacionados a esse importante programa que será anunciado ao Brasil na segunda-feira, que é o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Tivemos da parte do Ministro Tarso Genro o compromisso de que esses projetos que nós Parlamentares já apresentamos e estão tramitando serão valorizados e incorporados pelo Governo, para ganharmos agilidade e cumprirmos uma meta importante que é aprovar todas as matérias legislativas, e com isso combater a violência dando cidadania, dando dignidade à população brasileira com a participação de todos os Parlamentares desta Casa.

Muito obrigada, Sr. Presidente, agradeço a gentileza de uns minutinhos a mais.

SEGUE DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O PRONASCI E O SENADO FEDERAL Liderança do Bloco de Apoio ao Governo Agosto / 2007

Segurança Pública é a principal preocupação da população brasileira.

A violência (31%) já superou temas como o desemprego (22%) e saúde. O que indica que há a necessidade de mobilização imediata e permanente do Governo e do Congresso sobre o tema.

Fonte: Instituto datafolha, pesquisa publicada em 25/03/2007.

O PRONASCI integra políticas sociais e de segurança pública constituindo um único bloco.

© foco do PRONASCI é o Jovem

O Jovem (18-24 anos) é a maior vítima, de crimes violentos e ao mesmo tempo o maior contingente de presos nas penitenciárias.

Pacto pela Segurança Pública com Cidadania

Parceria entre Legislativo, Executivo e Judiciário.

OPORTUNIDADE

Utilizar projetos em tramitação no Congresso para aprovar o PRONASCI em 2007

Objetivos

- Agilizar a votação dos projetos
- Ampliar apoio e buscar consenso com a oposição
- Valorizar a atuação parlamentar frente à opinião pública

Trabalho e estudo dos presos

PLS 148/07 (Sen. Gilvam Borges) - institui a isenção de CSLL para empresas que empregarem egressos do sistema penal.

PLS 164/07 (Sen. Aloizio Mercadante) - remição de pena por estudo.

Melhorias no sistema prisional

PLS 139/07 (Sen. Demóstenes Torres) - aperfeiçoamento do instituto da fiança.

PLS 162/07 (Sen. Aloizio Mercadante) - nova metodologia para divisão de presos.

PLS 163/07 (Sen. Aloizio Mercadante) - substituição da pena privativa de liberdade (penas alternativas)

PLS 165/07 (Sen. Aloizio Mercadante / Sen. Magno Malta) - monitoramento eletrônico para liberdade vigilada.

Combate à impunidade

PLS 150/06 (Sen. Serys Siessarenko) - tipificação das organizações criminosas

PLS 225/06 (CPMI dos Correios) - altera a lei de lavagem de dinheiro.

PLC 20/07 (Executivo / Relatoria Sen. Demóstenes Torres) - reforma dos procedimentos no Tribunal do Júri.

PLC 36/07 (Executivo / Relatoria Sen. Ideli Salvatti) - reforma nos procedimentos de processo penal.

PLC 37/07 (Executivo / Relatoria Sen. Mozerildo Cavalcanti) – dispõe sobre a produção de provas no processo penal.

PLS 183/07 (Sen. Gilvam Borges) – regulamenta a EC 45, no que tange à previsão de prazo razoável para conclusão do processo penal.

PLS 268/07 (Sen. Ideli Salvatti) – estabelece prioridade na tramitação de procedimentos referentes a crimes cometidos por funcionário público.

PLS 281/07 (Sen. Eduardo Suplicy) – prevê o trancamento da pauta dos tribunais superiores para julgamento das ações penais originárias.

Valorização da atividade dos profissionais da Segurança Pública

PLS 220/03 (Sen. Renan Calheiros) – cria plano de financiamento habitacional para policiais.

PEC 44/07 (Sen. Aloizio Mercadante) – estabelece o piso nacional dos salários dos profissionais da segurança pública.

PLS 135/07 (Sen. Marconi Perillo) – financiamento de sistemas de investigação via Fundo Nacional de Segurança Pública.

PLS 251/07 (Sen. Aloizio Mercadante) – define critérios para o uso de recursos do FAT à qualificação dos profissionais dos órgãos de segurança pública.

Criação de um comitê parlamentar para acompanhamento do PRONASCI e fortalecimento do pacto pela Segurança Pública com Cidadania. (Aproveitar comissões já criadas na CCJ da Câmara e do Senado e incorporar novos parlamentares)

Atribuições

Antecipar articulação no Senado com tramitação na Câmara dos Deputados,

Articular apoio do Governo e da oposição no Senado.

META:

Viabilizar as votações das matérias relativas ao PRONASCI ainda em 2007.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Obrigado, Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra à nobre Senadora Serys Slhessarenko, como oradora inscrita para uma comunicação inadiável. Em seguida, usarão da palavra o Senador Marconi Perillo, como primeiro inscrito; o Senador Eduardo Suplicy, para uma comunicação inadiável, como segundo inscrito, e, depois, o Senador João Tenório, que eu havia afirmado que falaria antes. Mas a ordem correta é essa a que estamos obedecendo.

Senadora Serys Slhessarenko, V. Ex^a tem a palavra.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sr^a Senadora, antes de abordar o assunto que me traz à tribuna, quero dizer da importante reunião que tivemos hoje de manhã com o Ministro Tarso Genro, sobre a qual nossa Líder, Senadora Ideli Salvatti, já se pronunciou.

Vou conversar com o Deputado Estadual do Mato Grosso Walter Rabelo, que preside a Comissão de Segurança da Assembléia Legislativa, sobre o que conversamos com o Ministro hoje, relativamente a medidas do Pronasci que poderão e deverão ser aplicadas em Mato Grosso. Cuiabá não entrou no rol das capitais a serem inicialmente beneficiadas. Os critérios, como número de homicídios e número de roubo de automóveis, elencaram cidades onde esses números foram mais altos, e onde é necessário, segundo o Ministro, que se atue primeiramente.

Sr. Presidente, tenho sido bastante intimada e chamada a me pronunciar sobre a situação decorrente de uma alteração no Código Brasileiro de Trânsito com vistas à regulamentação do serviço de mototáxi. Já existe lá em Mato Grosso a legislação estadual, de autoria do Deputado José Riva, que dispõe sobre a utilização de motocicletas no transporte público de passageiros nas regiões metropolitanas e aglomerados urbanos no Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

Mas, como há um recurso dizendo que essa deve ser uma lei nacional, temos recebido várias intervenções. Hoje mesmo recebemos o Vereador Éderson Dalmolin, lá do nosso Município de Sorriso, em Mato Grosso, que fez a defesa da Associação de Mototáxi de Sorriso; também em nome do Sr. Antonio Viana, Presidente dessa Associação, temos atuado em prol da Associação de Mototáxi lá da nossa Rondonópolis. Também recebi documento do Vereador Wilson Bosco Palhinha de Oliveira, lá do Município de Cáceres, que clama para que atuemos com vistas a que o projeto de lei que altera o Código Brasileiro de Trânsito com

a regulamentação dos mototáxis se efetive o quanto antes.

Sabemos que existe o projeto de lei do então ex-Senador Leonel Pavan, hoje vice-Governador de Santa Catarina, que tramita na CCJ, se não me engano, sob a relatoria do nosso Senador Eduardo Suplicy, com voto favorável pela constitucionalidade e juridicidade do projeto. É importante fazermos tramitar com rapidez esse projeto que está na Casa desde 2004, com parecer favorável. Espero que se resolva e seja sancionada essa lei.

Ouç o Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senadora Serys Slhessarenko, quero cumprimentá-la. Esse projeto do Senador Leonel Pavan, hoje vice-Governador de Santa Catarina, tem recebido apoio de inúmeros Senadores. O Senador Eduardo Azeredo inclusive tem instado a todos nós para votarmos logo e para que eu apresente o parecer favorável o quanto antes. Assim o fiz. É importante o apelo de V. Ex^a no sentido de que logo venhamos a regulamentar os mototáxis aqui no Brasil. Obrigado.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada.

Sr. Presidente, solicito mais tempo porque preciso falar sobre algo da maior relevância para o Brasil. Acho que houve um equívoco na marcação do meu horário porque já acabou.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – V. Ex^a tenha certeza absoluta de que o horário foi marcado corretamente, assim como V. Ex^a, logicamente, terá condições para terminar o seu pronunciamento.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Preciso falar sobre o momento atual.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, gostaria de chamar a atenção para um grande evento: amanhã, estarão chegando a Brasília 3 mil delegadas, 3 mil mulheres de todos os 27 Estados do nosso País para participarem da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

A Conferência começa nesta sexta-feira e vai até segunda-feira, com intensas discussões sobre nós, mulheres, e as políticas públicas deste País. A Conferência, pode-se dizer, tem dois pontos principais, a meu ver: o primeiro é a avaliação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, que saiu da I Conferência; o segundo é discutir exatamente o que faço aqui: o papel da mulher nos espaços políticos de poder.

Pois, nós, mulheres, precisamos ser “empoderadas”, sendo esta uma das principais demandas que ecoaram nas inúmeras conferências estaduais já realizadas. Posso falar especialmente da que ocorreu

no meu Estado de Mato Grosso: nós, mulheres, queremos estar em pé de igualdade nas discussões com os senhores homens. Queremos discutir Orçamento, políticas econômicas e sociais. Porque a diferença, Srs. Senadores, é que nós devemos conquistar os saberes oferecidos de graça aos senhores, aos homens. Poder e saber são duas palavras que caminham constantemente juntas. Saberes criam novos tipos de poderes e vice-versa. Poderes criam também novos tipos de saberes, e é exatamente esse o sentido da palavra “empoderamento”.

Esta Conferência é uma grande realização da nossa Ministra Nilcéa Freire, um empenho na inclusão das mulheres nas discussões públicas. E inclusão de maneira democrática, com eleição de delegadas em todas as três esferas governamentais e também com a importante participação da sociedade civil, por intermédio de suas organizações. Uma tarefa bastante difícil, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque a democracia, com certeza, não é um caminho fácil de ser percorrido nem de ser construído. Seria muito mais rápido se a Secretaria decidisse políticas para mulheres, de cima para baixo.

Entretanto, o que essa Conferência quer não é só o resultado, ou seja, não só os benefícios que venham a ser adquiridos pelas mulheres, como a Lei Maria da Penha – um grande exemplo de conquista da luta das mulheres e do movimento feminista. Não me entendam mal, as conquistas são de extrema importância, mas para mim, o que é mais importante é a forma como essas conquistas foram e vêm sendo feitas, o processo, o meio. Essas conquistas foram alcançadas e estão tendo a ampla participação das mulheres que, ao participarem, exercem sua capacidade crítica e deixam de ter uma relação paternalista ou mesmo maternalista. O importante, Sr. Presidente, é o processo de cidadania que essas conquistas envolvem. Porque, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao incitarmos uma discussão para avaliação de políticas públicas para mulheres, estamos exercendo a cidadania, aprendendo a não ser mulheres meras expectadoras das nossas vidas, mas a ter uma posição ativa sobre os nossos futuros.

Queria informar às Sr^{as} Senadoras, principalmente, mas também aos Senadores, que estamos conversando com a Sr^a Ministra Nilcéa Freire, para que uma pessoa da assessoria de cada um de nós possa participar da Conferência como ouvinte, pois, para nós, Parlamentares, é praticamente impossível passarmos três dias inteiros na Conferência. Nossas agendas, infelizmente, não nos dão esse tipo de possibilidade. A Conferência é uma possibilidade única

de elencarmos as principais demandas das diversas mulheres de nosso País.

Já quase encerrando, Sr. Presidente, gostaria de falar da grandeza de tal evento, da grandeza do trabalho da Ministra Nilcéa Freire, diante da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres; Secretaria esta criada com **status** de Ministério pelo Governo do Presidente Lula. O salto de qualidade na vida de nós, mulheres, em nosso País foi muito grande a partir da assunção do poder pelo Presidente Lula, especialmente pela criação da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres.

Outro evento que não posso deixar de comentar, mesmo que brevemente, é a Marcha das Margaridas, que ocorre logo depois da Conferência nos dias 21 e 22 de agosto. Essa marcha é um grandioso evento realizado pelas trabalhadoras rurais, que trazem suas importantes reivindicações como mulheres trabalhadoras.

Sr^{as} e Srs. Senadores, neste fim de semana assim como na próxima semana, nós, legisladores, teremos uma grande oportunidade de entrarmos em contato com a importante demanda que vem de aproximadamente 52% da nossa população, ou seja, das mulheres.

Sr. Presidente, somos sabedores de que 52% da sociedade brasileira é composta de mulheres. Os outros 48% são homens, entre os quais estão nossos filhos. Queremos que, juntos, homens e mulheres, consigamos superar a discriminação contra as mulheres e queremos poder público de igual para igual com os companheiros homens.

Queremos realmente o respeito dentro de nossas famílias. Queremos também o respeito e a dignidade em nosso trabalho e no dia-a-dia de todas as mulheres.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senadora Serys Slhessarenko.

Concedo a palavra ao nobre Senador Marconi Perillo.

Como orador inscrito, V. Ex^a terá dez minutos para seu pronunciamento.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou tratar de um tema que tem sido muito caro para os cidadãos brasileiros, sobretudo nos últimos meses, e diz respeito ao apagão aéreo. Há muitos apagões no Brasil, sobretudo na infra-estrutura: o apagão portuário, o apagão aeroportuário, o apagão ferroviário, o apagão rodoviário, mas eu gostaria de falar um pouco hoje sobre o apagão aéreo.

Preliminarmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de render aqui a minha homenagem e a minha solidariedade a todos os familiares do nosso querido e saudoso Líder da Minoria na Câmara, Deputado Júlio Redecker.

Quando cheguei à Câmara, em 1995, chegava também o Deputado Júlio Redecker de uma linhagem extremamente sólida no Rio Grande do Sul. Empresário, jovem, talentoso, inteligente, preparado para a função parlamentar, idealista, convicto em relação às idéias que defendia. Foi, certamente, um dos maiores ícones e um dos maiores responsáveis pela criação da CPI do Apagão Aéreo na Câmara. Júlio Redecker verberou e reverberou com muita firmeza a favor da CPI do Apagão Aéreo. Ele próprio foi aos aeroportos coletar assinaturas de populares e usuários do transporte aéreo para dar força ao pedido de CPI na Câmara. De modo que, por ironia do destino, quis Deus que o Deputado Julio Redecker fosse vítima do apagão aéreo, justamente um tema ao qual ele tanto se dedicava nos últimos dias de sua vida. Então, fica aqui a minha homenagem póstuma ao nosso Líder Julio Redecker, que com certeza ainda teria muito a acrescentar ao Brasil e ao Rio Grande do Sul. Eu não tenho dúvida de que Julio Redecker seria, brevemente, Senador da República e Governador do Estado do Rio Grande do Sul. Enfim, ele tinha todo um futuro pela frente e sua vida foi ceifada com pouco mais de cinquenta anos de idade naquele trágico acidente com o avião da TAM.

Então, nas preliminares, Sr. Presidente, eu quero – creio que falo em nome de todos os Parlamentares do PSDB – homenagear esse grande líder de convicções sólidas, democrata, um republicano que muito fez pelo Brasil atuando como Líder da Oposição na Câmara.

Outro assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Existe uma fronteira inequívoca entre o historiador e o ficcionista, apesar de os dois se valerem de recursos da narrativa de eventos e episódios, porque este não tem compromisso com a verdade, enquanto o historiador se guia pelo objeto precípuo de reconstruir o passado recente ou longínquo na forma mais fidedigna possível.

Pois bem, nos últimos 10 meses da vida nacional, todos nós brasileiros temo-nos defrontado com a tarefa de escrever uma das páginas mais tristes da história da aviação brasileira. Atônitos e perplexos, queremos entender os fatores concorrentes para os acidentes com o Boeing da Gol e o Airbus da TAM que arrebataram a vida de centena de pessoas.

Muito se tem falado e especulado nos meios de comunicação de massa, com participação de pilotos,

especialistas e autoridades ligadas ao setor aeronáutico. Por isso, ao ocupar a tribuna, não poderíamos pretender chamar para nós qualquer desejo, por menor que o fosse; qualquer pretensão, por mais simples que o seja, de assumir o papel de arauto da verdade absoluta.

Todavia, não só na qualidade de Senador da República, mas também na condição de cidadão brasileiro, queremos trazer aqui algumas reflexões sobre os acidentes recentes, porque rejeitamos a idéia de sucumbir diante do poder do Estado e da mídia, que, deliberadamente ou não, parecem ofuscar alguns aspectos fundamentais sobre a responsabilidade do Estado, dos fabricantes de aviões e das empresas de transporte aéreo.

Assim é que trazemos alguns pontos para a reflexão com o intuito de contribuir para a construção não só da História, mas também da verdade, o maior legado para as futuras gerações. Que se diga aqui, Sr. Presidente, sem refolhos ou brocados, hoje temos uma crise que se revela, antes de tudo, como um apagão de inverdades ou um apagão de meias verdades.

O que há, Sr. Presidente, de comum entre o acidente com o Boeing da Gol, ocorrido no ano passado, e o acidente com o Airbus da TAM, além de um ter sucedido o outro como a pior tragédia da aviação brasileira?

Por mais que se pretenda lançar a culpa em pilotos, controladores ou nos equipamentos das aeronaves, por mais que se jogue mácula nos procedimentos de voo ou em **transponders**, manetes, **spoilers**, nenhum dos dois acidentes teria ocorrido se o Estado tivesse cumprido com a tarefa precípuo e inarredável de garantir a segurança de voo e as condições de aterrissagem e decolagem, ou seja, a principal preocupação deve ser com a segurança. Esse é o foco.

No caso específico do Boeing da Gol, o impen-sável ocorreu e continua a ocorrer, apesar do esforço descomunal e até irresponsável das autoridades governamentais em negar: há buracos negros nas condições de fonia em determinados pontos do espaço aéreo brasileiro, que podem deixar as aeronaves sem comunicação com a torre de controle por infundáveis minutos, repentina e repetidamente.

Se as CPIs do Senado e da Câmara que investigam o apagão aéreo fizerem um levantamento das notificações e comentários de pilotos referentes às falhas de comunicação com as torres de controle, é bem provável que os Parlamentares se surpreendam, porque, decerto, sempre existiram e continuam a existir. As condições de fonia e dos radares brasileiros precisam ser detalhadamente investigadas por esta Casa,

sobretudo pela CPI em curso, para que nova colisão não venha a acontecer.

No acidente da Gol, não é admissível que, em última instância, tenha se atribuído falha à conduta dos controladores de voo, que continuam a trabalhar sob forte estresse e mal remunerados, mesmo depois de o problema ter sido debatido na mídia de forma insistente. Não é possível que a recente tragédia em Congonhas já tenha ofuscado os detalhes das circunstâncias do acidente em Mato Grosso, porque os familiares continuam a chorar, Sr. Presidente, sem explicações convincentes.

No caso do acidente com o Airbus da TAM, o desfecho poderia ter sido completamente diferente se as condições de segurança, no sentido estrito do termo, tivessem sido garantidas, se a pista de Congonhas tivesse **grooving** e, sobretudo, se houvesse uma área de escape como a de outros aeroportos no Brasil e também no exterior.

Em 2 de agosto de 2005, em Toronto, no Canadá, um Airbus A340-300 preparava-se para fazer uma escala em voo procedente de Paris, quando encontrou condições de tempo extremamente desfavoráveis no procedimento de aproximação, que acabaram levando o avião a pousar além do ponto necessário para a aeronave ter condições de frear e parar dentro dos limites da pista. E o que aconteceu, Sr. Presidente? Havia uma extensa área de escape, e os pilotos tiveram condições de avaliar a situação e conduzir os procedimentos de emergência até pararem a aeronave, que pegou fogo e foi completamente destruída. Antes, porém, os 297 passageiros e doze tripulantes já haviam sido evacuados.

Em 2004, um Airbus do mesmo modelo acidentado em Congonhas e com o reverso travado, ao tentar pousar no aeroporto de Taipei, teve o mesmo problema que o avião da TAM. O relatório com a transcrição da comunicação entre os tripulantes do avião acidentado no aeroporto de Taiwan mostram o momento em que o piloto pousa e percebe que não consegue parar. Seguem-se segundos dramáticos, em que ele grita por cinco vezes: **"No break"** (sem freios) e **"no break at all"** (nenhum freio). Enquanto isso, o avião sai da pista principal e percorre a área de escape, até finalmente encontrar as valas de drenagem, onde os trens de pouso atolam. O avião pára. A partir daí, as frases registradas pela caixa-preta, embora ainda tensas, são cheias de alívio. O piloto pede à torre ajuda do pessoal de terra, e um tripulante dirige-se ao microfone para falar aos passageiros. Informa que o avião saiu da pista, pede desculpas pelo susto e diz que a situação é segura agora.

Concedo, com muito prazer, um aparte ao ilustre Senador João Tenório.

O Sr. João Tenório (PSDB – AL) – Senador Marconi Perillo, V. Ex^a traz, mais uma vez, este que é um tema que está presente no cotidiano brasileiro, sobretudo depois desse terrível desastre que afetou duzentas famílias no País. Coisa que preocupa, sobretudo nesse tema, além de todos os fatos dramáticos que aconteceram, é a constatação e a percepção de que o Governo não deixou de gastar dinheiro nessa área. Talvez tenha sido, da infra-estrutura brasileira, um dos setores mais contemplados com recursos, haja vista que se identifica investimento em qualquer aeroporto do País, seja ele grande ou pequeno. O que parece é que essas aplicações foram feitas de maneira errada, ou seja, construíram-se muitos **shoppings** nos aeroportos, como se costuma dizer, e foram deixadas de lado, completamente, as questões de segurança de pistas e equipamentos, de modo geral. O exemplo é Maceió, onde foi feito recentemente o aeroporto de Maceió, absolutamente desnecessário, é bom que se diga, apesar de que foi bom para o meu Estado, porque foi dinheiro para lá. Gastou-se da ordem de 250 milhões de recursos no aeroporto, que ficou belíssimo, é bom que se diga. Mas uma aeronave, à noite, se tiver qualquer ameaça de chuva, não pode descer, porque não há quase nenhum equipamento de orientação, de segurança para que isso aconteça. Então, para mim, está muito claro que o que aconteceu foi muito investimento, é bom que se diga, mas para dar um aparente conforto ao público, sobretudo construção de muitas lojas, muitos **shopping**, e aquilo que é fundamental para a vida, para a segurança do usuário, foi absolutamente abandonado. Parece-me que esta é a questão: não foi falta de recursos, foi uma orientação indevida da aplicação desses recursos.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Muito obrigado, Senador João Tenório. V. Ex^a tem inteira razão. Investiu-se muito em perfumaria nos últimos anos e muito pouco em segurança para os controladores, para os passageiros e, sobretudo, para os tripulantes. Incorporo o aparte de V. Ex^a a este pronunciamento, com muito prazer.

Ainda relembro alguns acidentes históricos, nas Filipinas, em 1998, a história foi semelhante. Sabem por quê? Nas Filipinas, onde o acidente ocorreu com tempo seco, a pista tem 2.100 metros e se abre para uma área de várzea, onde havia alguns barracos que formavam uma ocupação irregular. Em Taipei, a pista de pouso é maior: tem 2.600 metros, mais 160 metros de área de escape. A extensão das pistas e as áreas de escape possibilitaram que, em ambos os casos, o

erro dos pilotos pudesse ser corrigido a tempo – antes de se transformar em tragédia. No acidente com o voo 3054, nem a tripulação, nem os passageiros tiveram a mesma sorte, porque o Poder Público não garantiu a estes o simples direito de errar e àqueles a proteção devida em casos de emergências.

É lamentável, mas as condições do aeroporto Congonhas – sem **grooving** e área de escape – transformaram-no numa verdadeira arapuca, uma verdadeira armadilha, sem direito à correção de qualquer erro. A Anac sabia disso, a Aeronáutica sabia disso, o Governo sabia disso, mas, agora, ninguém tem a hombridade de vir a público e assumir os erros. Aliás, este Governo nunca sabe de nada. O Presidente Lula ignora as vaias, como se fechasse os olhos para o óbvio. Seu governo tem sido marcado pela falta de gestão pública.

O pior, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é querer colocar a culpa no sistema de agências nacionais reguladoras, criado pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, que seguiu o exemplo dos países desenvolvidos. Se fossem utilizadas como deveriam ser, as agências trariam modernidade e estabilidade para o Brasil; modernidade, se as diretorias fossem essencialmente técnicas e não políticas como agora. Vergonhosamente, são as culpadas. Estabilidade, se o objetivo fosse buscar a criação de marcos regulatórios, pelos quais tanto luta o Senador Delcídio neste Parlamento. Ou seja, agências independentes, agências que tenham autonomia, agências que possam contar com efetivos marcos regulatórios.

E o Governo está na contramão, na minha opinião, neste momento, quando insiste em investir em um projeto que trata do contrário, que trata de tirar forças das agências reguladoras.

Mas, sobretudo no caso específico da Anac, há um verdadeiro aparelhamento no Estado, com inversões de papéis, troca de favores e gentilezas excessivas entre quem investiga e quem deveria ser investigado.

Para se ter noção da gravidade do problema, basta fazer um recorte comparativo entre os perfis e os currículos dos chefes das agências que regulam o setor no Reino Unido, nos Estados Unidos e no Brasil, por exemplo, conforme matéria publicada na revista *Época*:

Roy McNult, Chefe da Autoridade de Ação Civil no Reino Unido, foi Presidente da Associação de Companhias Aeroespaciais da Grã-Bretanha, Chefe do Serviço Nacional de Tráfego Aéreo e do Departamento de Comércio e do Comitê da Indústria da Aviação no Reino Unido;

Marion Blakey, Chefe da Agência Americana de Aviação, foi Chefe da Aviação, foi Chefe da Agência de Segurança dos Transportes, Administradora do De-

partamento de Segurança dos Transportes Terrestres e Consultora na Área de Segurança de Tráfego;

Com todo o respeito ao Dr. Milton Zuanazzi, o que é que ele foi, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores? Foi Presidente da Companhia Rio-grandense de Telecomunicações, Secretário de Turismo e Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul e Secretário Nacional de Políticas de Turismo. Portanto, sem as condições mínimas necessárias e técnicas exigidas para quem vai ocupar uma função tão relevante como esta de Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil.

Sem querermos ser excessivamente duros ou donos da verdade, o Sr. Milton Zuanazzi não tem o perfil técnico adequado ao cargo que ocupa, e ponto final. Não dá para discutir este assunto aqui com outro viés que não seja o viés técnico.

Mas, neste pronunciamento, queremos também para chamar a atenção para outros aspectos em relação à aviação no Brasil e no exterior: já é hora de se tirar a verdadeira burca que encobre os procedimentos relacionados tanto ao treinamento das tripulações quanto à manutenção das aeronaves, ambos ditados por manuais, instruções e salvaguardas dos fabricantes.

É fundamental observar que, infelizmente, há um elo entre o acidente do **Fokker** 100, em 1996, e do **Airbus** A320, ocorrido agora: as tripulações parecem ter sido induzidas ao erro pelos computadores de bordo ou por falta de instrução adequada para uma situação de emergência que deveria ter sido prevista nos manuais ou tratada em salvaguardas emitidas, no caso, pela **Fokker** e pela **Airbus**. Mas isso não foi feito por nenhuma das duas fabricantes. A **Fokker** está fora do mercado aeronáutico. Mas vale recuperar o que ocorreu à época, conforme matéria publicada pelo Jornal **O Globo**:

Segundo o Relatório do Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA) durante a decolagem, o reverso do motor direito do **Fokker** 100 abriu sem que nenhum tipo de alarme fosse acionado na cabine de comando, pegando de surpresa uma tripulação que jamais fora treinada para esse tipo de situação.

A matéria continua dizendo:

A Aeronáutica revelou que a **Fokker** enviara, em 28 de julho de 1995, após consulta prévia da TAM, carta informando que não era necessário treinar os pilotos para esse tipo de emergência, porque simplesmente era impossível que o reverso do **Fokker** se abrisse durante a decolagem.

Sr. Presidente Alvaro Dias, eu peço apenas mais dois minutos para encerrar este pronunciamento.

É preciso repetir, Sr. Presidente: a **Fokker** afirmou que era impossível o reverso se abrir durante a decolagem.

No caso da **Airbus**, a conduta é questionável também, porque houve dois acidentes idênticos ao ocorrido com o **Airbus** A320 em Congonhas, em que os aviões tinham um dos reversos travados e as tripulações acabaram por não conseguir parar as aeronaves dentro dos limites das pistas. Embora os acidentes anteriores, tanto nas Filipinas quanto em Taiwan, não tenham acabado em tragédia, seria razoável e desejável que os pilotos de todo o mundo fossem alertados para o problema. Entretanto, a **Airbus** não emitiu qualquer salvaguarda para alertar os pilotos, tampouco o DGAC, a ANAC da França, pressionou a empresa para que o fizesse. Esse tipo de conduta, da **Fokker** e da **Airbus**, precisa ser questionada pelo Governo Brasileiro nos fóruns internacionais, porque não nos bastam as explicações de que os fabricantes consideraram as aeronaves seguras.

Sr. Presidente, o Congresso Nacional tem atuado de forma decisiva em diversos assuntos da vida do País e, em hipótese nenhuma, pode deixar de persistir na busca da verdade sobre os recentes e nefastos episódios da aviação brasileira. Mas, se o desejo for o de perseguir a fidelidade, será necessário extremo distanciamento crítico e acuidade para não se deixar levar, nem pelo aparato da mídia, nem pelos truques do Governo, mestre em cultivar a imagem e ludibriar a opinião pública.

A verdade histórica de uma tragédia não é fácil de ser reconstruída, porque a derrota e o fracasso nascem órfãos, e ninguém quer assumi-los, porque é mais fácil culpar os mortos, porque os mortos não falam, não se defendem, não se explicam.

Mas a verdade sobre o caos aéreo no Brasil está viva e não quer calar: brava, urra, e váia...

Com todo o prazer, concedo o aparte ao Senador Delcídio Amaral.

O Sr. Delcídio Amaral (Bloco/PT – MS) – Senador Marconi Perillo, ouço atentamente o discurso de V. Ex^a. Nós estamos num momento de extrema relevância para a discussão do papel das agências reguladoras e desse triste acidente ocorrido em Congonhas, o qual encheu de luto o coração de todos os brasileiros. Eu não poderia deixar de fazer algumas observações que entendo pertinentes até com relação ao discurso que V. Ex^a hoje faz. Primeiro, a maneira primitiva como nós estamos discutindo esse problema, esse acidente aéreo e essa crise da aviação civil brasileira. O primeiro ponto que eu entendo fundamental é que, em função desse acidente, nós descambamos para uma discussão contra as agências, que é um discurso

absolutamente fora de nexos. Infra-estrutura não tem ideologia; infra-estrutura, ou se tem ou não se tem. Eu acho que o foco desse debate precisa ser muito mais voltado talvez para a qualificação, quer dizer, há a exigência de nós estabelecermos um rigor maior na escolha de diretores de agências e também criar mecanismos de acompanhamento que devem passar pelo Congresso, sob o risco de nós voltarmos ao antigo Dnae ou ao antigo DNC – e todos nós sabemos o papel que desempenharam, a despeito dos bons técnicos que sempre essas instituições tiveram. Portanto, acredito que essa discussão deve ser levada com mais seriedade e não ao sabor dos fatos. Precisamos ter serenidade para avaliar o problema. E o discurso de V. Ex^a é muito pertinente com relação a essas questões. Precisamos aperfeiçoar o marco regulatório da aviação civil. Há anos, nas reuniões do Conac, o Ministro Viegas já alertava para essa situação. Hoje, acompanhando as notícias, percebemos, primeiramente, a preponderância do papel das agências. No entanto, o que ocorreu foi uma somatória de erros, de equívocos, de desvios. São fatos que já vinham se arrastando há muito tempo, como a falência da Varig e a necessidade de as companhias aéreas ocuparem o espaço, os *slots* deixados pela Varig, o que não é fácil, até pela capilaridade da empresa não apenas no Brasil, mas também nos aeroportos internacionais. Depois, veio o choque, em pleno ar, do **Boeing** da GOL com o **Legacy** da Embraer, que precipitou outra crise, que levantou outra questão: o problema de navegação aérea e o problema dos controladores, que não é recente e que já se arrasta há um bom tempo. Depois, começamos a suscitar a questão da infra-estrutura aeroportuária, haja vista os aeroportos com problemas, com dificuldades. E V. Ex^a enumerou essas razões com muita objetividade. Por último, mas não menos importante, é a questão das agências. Na verdade, um acidente da gravidade do que ocorreu é resultado de uma somatória de problemas. Ele não tem uma razão única que explica tudo o que ocorreu. E, como complicador nessa lamentável degradação das caixas pretas, há algo inusitado em termos de investigação de um acidente aéreo: a publicidade dada sem uma análise mais ampla, a despeito de toda a cautela da Aeronáutica com relação a isso. E quanto ao problema dos manetes, talvez seja uma questão de se acrescentar uma sinalização ótica e sonora para alertar os pilotos. Não poderia deixar de destacar também para V. Ex^a esse acidente do **Fokker** 100. Na verdade, trata-se de um erro de projeto mesmo, que não apresentava nenhum tipo de intertravamento para que os reversores não entrassem com o avião decolando. Isso foi corrigido.

Entretanto, na cabeça da **Fokker**, jamais poderia passar que um reverso operasse na decolagem de um avião. É interessante, Senador Marconi Perillo: de todos os pilotos que fizeram testes com o reversor entrando na decolagem, nenhum conseguiu salvar o avião. V. Ex^a imagina o que é para um piloto, em questão de segundos, entender o que está acontecendo e tomar uma atitude que salvasse o voo. Portanto, é muito pertinente. Esse assunto tem de ser discutido com profundidade. É um assunto amplo, e nós não podemos reduzir essa discussão a uma questão primária. É uma questão complexa, e nós não podemos banalizar os debates no Congresso Nacional e junto à opinião pública brasileira, de um acidente tão lamentável como esse que aconteceu em Congonhas. Muito obrigado, Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Delcídio Amaral, pelo aparte, pela contribuição técnica que traz a este pronunciamento, pela vasta experiência técnica acumulada ao longo de sua vida, e, sobretudo, por ser um especialista no tema das agências reguladoras e dos marcos regulatórios, já que preside aqui a Subcomissão dos Marcos Regulatórios, num trabalho muito competente, diga-se de passagem.

Eu, como V. Ex^a, tenho convicção da importância do fortalecimento das agências reguladoras, dos órgãos reguladores, fortalecimento com autonomia, com independência, com escolha de técnicos qualificados para ocupá-las. De modo que comungamos dessa mesma preocupação.

Pensando numa discussão mais prolongada, mais aprofundada, mais técnica da questão da infraestrutura aeroportuária no Brasil, Senador Delcídio – e falo a V. Ex^a porque V. Ex^a é o Vice-Presidente da Comissão de Assuntos de Infra-Estrutura –, agendamos para quarta-feira próxima, e já há confirmação por parte do Exm^o Sr. Ministro da Defesa, Dr. Nelson Jobim, do Presidente da Anac, do Presidente da Infraero, um amplo debate, uma audiência pública para discutirmos, com profundidade, o apagão aeroportuário. E não só isso, mas para discutirmos os gargalos, as soluções. Enfim, vamos dar uma contribuição, por meio da nossa Comissão, a esse debate, que, na minha opinião, é tão pertinente e tão oportuno para o Brasil nos dias atuais.

Encerrando, Sr. Presidente Alvaro Dias, eu gostaria de dizer que o Presidente Lula seria mais humilde, mais digno, mais galante e humano se, diante da opinião pública, tivesse a coragem de assumir a responsabilidade pela crise por que passa a aviação bra-

sileira; se, diante dos parentes dos acidentados com o **Boeing** da GOL, o **Airbus** da TAM, tivesse forças para pedir desculpas ao povo e à Nação.

Sou forçado a reconhecer, Sr^{as} e Srs. Senadores, que algumas providências foram tomadas, e a escolha do Ministro Nelson Jobim para o Ministério da Defesa é acertada. Nós, da Oposição, temos a obrigação de reconhecer quando o Governo acerta.

Este Governo precisa usar menos o verbo, e mais as verbas, direcionadas a ações concretas para se recuperar a confiança perdida no transporte aéreo brasileiro. Caso contrário, o risco, o medo e a insegurança, repito, a insegurança latente, continuarão a se colocar como nuvens sombrias nos céus do País.

Concedo, com prazer, caso me permita o Presidente Alvaro Dias, aparte ao ilustre Senador Eduardo Azeredo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – É rápido o aparte, Senador Marconi Perillo.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Já concluindo.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Exatamente. Apenas para também dar aqui minha opinião de que as questões precisam avançar mais um pouco. Diz bem V. Ex^a quando fala que o Governo acertou, sim, na escolha do Ministro Nelson Jobim. Está aí a atuação dele mais rápida. Entretanto, alguns pontos não estão ainda atacados. Eu diria que a questão específica do tamanho dos aviões para aeroportos centrais precisa ser enfrentada. É assim no mundo todo: os aeroportos centrais do mundo não operam com aviões de grande porte, e sim, com aviões de até 100 passageiros, no máximo, ou coisa parecida. E essa questão não foi abordada ainda. Da mesma maneira, o desembolso financeiro, a execução orçamentária ainda não teve sinais de que vá ser mais efetiva. Os números são absurdos. O que se investiu na área de proteção ao voo é sempre menos de 50% do que estava previsto. Então, a descentralização também é muito importante. É importante que tenhamos outros aeroportos operando com vôos diretos no Brasil.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Eduardo Azeredo pela contribuição que traz a este pronunciamento, ele que tem uma enorme experiência no Executivo e aqui no Legislativo.

Encerrando, Sr. Presidente, gostaria de acrescentar um ingrediente a mais. Além de tudo isso que foi abordado, ainda temos um problema grave que precisa ser enfrentado: o desvio de verbas, a corrupção. A Infraero precisa efetivamente mudar comple-

tamente a sua rotina em relação aos procedimentos licitatórios, em relação à priorização de obras de infraestrutura aeroportuária, que efetivamente mereçam receber esse carimbo de prioridade. O aeroporto de minha cidade, pelo qual lutei tanto, está embargado pelo Ministério Público Federal, nesse momento, por conta de superfaturamento na sua licitação, ou por licitação viciada.

De modo que essa é uma outra questão que precisa ser abordada, que precisa ser tratada com a máxima acuidade possível. Não dá mais para aceitar que a Infraero continue com esse tipo de prática, ou seja, de permitir vício nas licitações, corrupção, superfaturamento nas obras.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente Alvaro Dias.

Obrigado pela tolerância. Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Marconi Perillo, o Sr. Papaléo Paes, suplente de Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Obrigado, Senador Marconi Perillo.

Passamos a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, para uma comunicação inadiável.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Para

uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está na mesa um requerimento de pesar pelo falecimento do jornalista Joel Silveira, que morreu, ontem, na madrugada de 15 de agosto, aos 88 anos, de causas naturais, enquanto estava em seu apartamento, no Rio de Janeiro, em Copacabana.

Gostaria, nesta tarde, de prestar homenagem a dois extraordinários jornalistas que teriam, se vivos estivessem, idade próxima: Joel Silveira, nasceu, em Sergipe, em 1918, chegou ao Rio de Janeiro, em 1937, e teve o seu primeiro emprego no jornal literário **Dom Casmurro**, de Álvaro Moreyra. Logo nos seus primeiros anos de trabalho, seus textos já chamavam atenção e eram objeto de comentário de Manuel Bandeira, que definiu sua maneira de escrever como “muito pessoal (...), uma punhalada que só dói quando a ferida esfria”. Graças a seu estilo e brilhantismo, trabalhou na revista **Diretrizes**, de Samuel Weiner e, depois, nos **Diários Associados**, de Assis Chateaubriand. Foi escolhido entre muitos repórteres que desejavam ser

escalados para cobrirem a presença da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra, entre 1944 e 1945, ocasião em que acompanhou os soldados por lugares inóspitos durante 11 meses. Nessa época, foi apontado como o “maior repórter brasileiro” e viveu o ponto alto de sua carreira.

Publicou cerca de 40 livros, a maioria deles com memórias e coletâneas de suas reportagens. Dentre suas obras, em parceria com seu amigo Geneton Moraes Neto, estão **Nitroglicerina Pura, Hitler/Stalin – o pacto maldito e suas repercussões no Brasil**, que falava de intelectuais brasileiros de esquerda que atuaram como colaboradores de uma revista nazista. Também publicou livros de ficção como **Dias de Luta**.

Trabalhou nos jornais **Última Hora**, **O Estado de S. Paulo**, **Diário de Notícias**, **Correio da Manhã** e na revista **Manchete**. Recebeu, pelo conjunto de sua obras, em 1988, o prêmio “Machado de Assis”, da Academia Brasileira de Letras, além do “Jabuti” e do “Líbero Badaró”. Também foi homenageado em congresso internacional organizado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo – ABRAJI.

Joel Silveira está sendo cremado neste instante, no Cemitério do Caju, no Rio de Janeiro. Era casado com Iracema e pai de três filhos.

Aos 27 anos, quando regressou da guerra, contava ter voltado com 80 anos. “O que a guerra nos tira, quando não tira a vida, não devolve nunca mais”, afirmou inúmeras vezes. Se fizermos a conta, Joel, pela sua sensibilidade, por suas experiências e pela brilhante carreira, morreu então com mais de 100 anos.

Eu gostaria também, nesta oportunidade, de prestar homenagem a Cláudio Abramo, porque, nesta semana, faz 20 anos que faleceu.

Cláudio Abramo foi um extraordinário jornalista, um irmão de tantas pessoas. Aqui quero saudar todos os membros de sua família: Radhá Abramo, o seu filho Cláudio Weber Abramo, Berenice, Bárbara, Maria e todas as netas e netos de Cláudio Abramo, que foi um ser humano excepcional.

Ele nasceu em 1923. Começou no jornalismo trabalhando na propaganda aliada durante a Segunda Guerra Mundial e, sucessivamente, na **Agência Meridional**, na **Agência Press Parga**, no **Diário da Noite**. Foi convidado, em 1948, para trabalhar em **O Estado de S. Paulo**, por Paulo Duarte e Sérgio Milliet, e ali se tornou, convidado por Júlio de Mesquita Filho, em 1952, o responsável pela secretaria do *Estadão*. Começou, com Luiz Vieira de Carvalho Mesquita, Ruy Mesquita, Juca Mesquita e Júlio de Mesquita Neto, a

reforma do jornal, realizando modificações de extraordinária repercussão.

Começou a chamar jovens jornalistas, inclusive nos cursos de filosofia, ciências sociais, matemática e física, dentre os quais Vlado Herzog. A reforma se completou no início da década de 60. Nessa altura, alguns grandes nomes do jornalismo atual trabalhavam na Redação, como repórteres ou redatores.

Mas, em 1964, ficou desempregado por discriminação política. Foi, então, convidado, nos últimos meses, por Octávio Frias de Oliveira, para fazer análise na **Folha do S.Paulo**. Daí, em 1965, ingressou na **Folha**, como chefe de produção.

Em 1967, assumiu a secretaria-geral da **Folha**, foi nomeado Diretor de Redação.

Em 1975, foi preso, com sua esposa, Radhá Abramo, no Doi-Codi por subversão, mas depois voltou ao trabalho efetivo no jornal. Em 1975, foi quando Cláudio Abramo me convidou para também escrever na **Folha de S.Paulo**, onde, ao lado dele e de tantos outros, trabalhei de 1976 a 1980. Pude ver inclusive a criação da seção Tendências/Debates, para a qual ontem ainda colaborei, juntamente com Eder Jofre, com minha carta aberta ao Presidente Fidel Castro.

Quero aqui assinalar, registrar e pedir que seja transcrito na íntegra o artigo, em Tendências/Debates, de Roberto Müller Filho, que escreveu “Cláudio Abramo, jornalista marceneiro”, destacando alguns momentos em que Cláudio Abramo, que também sabia fazer móveis, dizia que a ética do jornalista e a do marceneiro era a mesma, ou seja, só havia uma ética, a do cidadão.

Diz Roberto Muller Filho:

Fazia o trabalho com extrema paixão. Participou de todos os embates políticos de seu tempo. Sempre do lado dos oprimidos. Foi vítima da ditadura como profissional e cidadão. Preso com sua mulher Radhá, manteve a altivez e a irreverência com os poderosos(...)

Mas Cláudio era, sobretudo, justo e combinava isso com generosidade. Gostava de recrutar jovens, aos quais ensinava pelo exemplo.

Inclusive a mim, ele ensinou a enxugar as matérias e a escrever cada vez melhor os artigos na **Folha de S.Paulo** sobre economia, que depois levaram as pessoas a dizerem: “Eduardo, você precisa defender as suas idéias no Parlamento; seja um representante

do povo”. Foi Cláudio Abramo quem também me estimulou, em 1978, a ser candidato a Deputado Estadual pela primeira vez. Ele esteve desde as sete e pouco até as seis da tarde na sede do meu comitê de campanha, organizando toda a equipe de voluntários que me ajudou no primeiro embate político.

Senador Alvaro Dias, gostaria apenas de contar esse episódio, um testemunho de Roberto Müller que considero um retrato fantástico:

Testemunhei conversa tensa entre ele e Octavio Frias de Oliveira, uma de tantas, fruto de uma curiosa relação de respeito e farpas.

Cláudio tentava convencer Frias de que a Folha, que já se tornara o jornal de maior tiragem no Estado, precisava agregar influência. Recomendava a criação de uma ou duas páginas de opinião, com contribuição de jornalistas notórios e respeitáveis. Apresentou três nomes famosos. Ante a resistência inicial de Frias, saiu fechando abruptamente a porta.

Atônito, temendo pela reação que o gesto pudesse provocar, atrevi-me a sugerir paciência a Frias, argumentando que Cláudio era um tanto irascível, mas certamente um grande jornalista. Recebi mal-humorada resposta, mais ou menos nesses termos: “E você acha que, se eu não soubesse disso, toleraria tal temperamento?”

Depois, fui ter com Cláudio e argumentei que os três nomes que ele sugerira eram competentes, mas nem sempre falavam bem dele. E foi aí que me veio a lição, inesquecível como um bofetão: “Eu sei, mas são grandes jornalistas e têm direito ao trabalho”.

É por tudo isso que ele faz tanta falta.

Como também Joel de Silveira.

Sr. Presidente, agradeço, então, se puder colocar para ser apreciado o requerimento de pesar por Joel Silveira, que li na íntegra. Quem sabe outros Senadores queiram também assiná-lo, uma vez que muitos já o fizeram.

Obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR EDUARDO SUPPLY EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

~~REPUBLICA A QUE SE REFERE~~FOLHA DE S. PAULO **Opinião**

São Paulo, terça-feira, 14 de agosto de 2007

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)**TENDÊNCIAS/DEBATES****Cláudio Abramo, jornalista
marceneiro****ROBERTO MÜLLER FILHO**

Aos jornalistas que aprendemos com ele, e fomos tantos, ficaram lições de forma e de conteúdo. De ética e de caráter

QUANDO RECEBI o convite para escrever sobre Cláudio Abramo, com quem trabalhei várias vezes nesta Folha e de quem fui amigo o tempo todo, tive uma espécie de medo e desejo irresistível de aceitar. Passados 20 anos de sua morte, ele ainda é o melhor de todos.

Herdei-lhe uma bengala, preciosa lembrança que guardo com grande carinho. Por via das dúvidas, ela está, enquanto escrevo, ao meu lado. Talvez para inspirar-me, quem sabe para tê-la ao alcance dos olhos, para evitar que Cláudio a utilize como reprimenda à ousadia de escrever sobre ele, seja pela pobreza do texto que estou produzindo, seja constrangido pelos elogios que certamente escorrerão do teclado enquanto tento conter a emoção que a lembrança de sua figura majestosa desperta.

Explico-me: o pouco que aprendi sobre jornalismo devo ao muito que ele sabia. Cláudio adotou-me assim que soube que eu estivera preso num navio-presídio, Raul Soares, onde descarregavam subversivos da Baixada Santista e de outros lugares.

Fez-me repórter, depois editor de economia, por duas vezes, quando implantava a reforma deste jornal, após ter feito, jovem ainda, a de "O Estado de S. Paulo". Leu meus textos, corrigiu-os impiedosamente. Com ele aprendi também a editar.

Algum tempo depois de sua vinda para a Folha, Cláudio comandou a grande mudança para o método de composição a frio, que aposentou a linotipia. Na fase inicial da mudança, a luta contra o tempo era implacável, horários rígidos de fechamento.

Lembro-me dele retirando os diagramas das editorias mesmo que ainda incompletos. Nos espaços vazios, entravam calhaus. Mas ele ajudava com sua experiência e genialidade. Havia um título de alto de página, de uma coluna, acho que eram quatro linhas de sete toques, difícilíssimo de fazer, sobretudo quando pressionados pela urgência do fechamento. De sua enorme mesa ao centro da ampla redação que

comandava, Cláudio anunciava que chegara a hora de entregar os diagramas. Não raro, quando pedíamos clemência, alegando que faltava apenas produzir o maldito título de uma coluna, ele pedia que disséssemos de que a matéria tratava e, de pronto, ditava-nos, lá de seu posto, com impressionante exatidão, as tais quatro linhas de sete toques. Aos jornalistas que aprendemos com ele, e fomos tantos, de tantas gerações, ficaram lições de forma e de conteúdo. De ética e de caráter. Autodidata, Cláudio falava fluentemente cinco línguas e escrevia em português e inglês. Leu muito, tinha uma cultura humanista admirável. As reportagens e colunas que escreveu ao longo da vida são impecáveis. Mas gostava mesmo era de ser marceneiro. A propósito, Cláudio era bom nisso também. Fazia bons móveis e dizia que a ética do jornalista, assim como a do marceneiro, era a mesma, ou seja, só havia uma ética, a do cidadão.

Modesto, não se levava a sério. Mas levava muito a sério a profissão. Fazia o trabalho com paixão. Participou de todos os embates políticos de seu tempo. Sempre do lado dos oprimidos. Foi vítima da ditadura como profissional e cidadão. Preso com sua mulher Radhã, manteve a altivez e a irreverência com os poderosos.

No comando, Cláudio era exigente, transmitia-nos técnica e regras de conduta. Aprendi com ele que é possível, embora não seja fácil, combinar emoção e isenção ao reportar os episódios que cobríamos.

Mas Cláudio era, sobretudo, justo e combinava isso com generosidade. Gostava de recrutar jovens, aos quais ensinava pelo exemplo. Houve um dia em que, constrange-me revelar, aprendi com ele uma preciosa lição de integridade.

Testemunhei conversa tensa entre ele e Octavio Frias de Oliveira, uma de tantas, fruto de uma curiosa relação de respeito e farpas.

Cláudio tentava convencer Frias de que a Folha, que já se tornara o jornal de maior tiragem no Estado, precisava agregar influência. Recomendava a criação de uma ou duas páginas de opinião, com a contribuição de jornalistas notórios e respeitáveis. Apresentou três nomes famosos. Ante a resistência inicial de Frias, saiu fechando abruptamente a porta.

Atônito, temendo pela reação que o gesto pudesse provocar, atrevi-me a sugerir paciência a Frias, argumentando que Cláudio era um tanto irascível, mas certamente um grande jornalista. Recebi mal-humorada resposta, mais ou menos nesses termos: "E você acha que, se eu não soubesse disso, toleraria tal temperamento?"

Depois, fui ter com Cláudio e argumentei que os três nomes que ele sugerira eram competentes, mas nem sempre falavam bem dele. E foi aí que me veio a lição, inesquecível como um bofetão: "Eu sei, mas são grandes jornalistas e têm direito ao trabalho".

É por tudo isso que ele faz tanta falta.

ROBERTO MÜLLER FILHO, 65, jornalista, é diretor da edição brasileira da "Harvard Business Review" e da revista "Razão Contábil". Foi diretor da "Gazeta Mercantil" e editor de economia da Folha.

DECLARANDO A QUE SE REFERE**Cláudio Abramo****CURRICULUM VITAE**

Apresentado por exigência burocrática ao Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, quando convidado a lá ministrar curso de aperfeiçoamento para estudantes de pós-graduação.

Começou no jornalismo trabalhando na propaganda aliada durante a Segunda Guerra Mundial (Interamericana, Serviço de Imprensa). Ao mesmo tempo, sucessivamente, na Agência Meridional, na Agência Press Parga e breve período no Diário da Noite. Demitido por fazer greve...

1948 Convidado por Paulo Duarte e Sérgio Milliet para trabalhar no O Estado de S. Paulo. Sucessivamente repórter, repórter econômico, redator da seção Internacional.

Começa no *Estado* escrevendo uma enorme reportagem sobre a situação da pesca (que serviria de apoio para a criação do Instituto Oceanográfico), fruto de um mês e meio de viagem pelo litoral. Escreve uma série de denúncia contra a política externa durante a guerra; faz campanha contra o jogo no Guarujá. Viaja intensamente pelo Brasil.

1952 A convite do dr. Júlio de Mesquita Filho, assume a secretaria do Estado e começa, com Luiz Vieira de Carvalho Mesquita, Ruy Mesquita, Juca Mesquita e Júlio de Mesquita Neto, a reforma do jornal (redução do tamanho da página, transferência de sede, adoção de práticas modernas de controle da publicidade, controle de fechamento da redação, controle da produção etc.). Data dessa época a abreviação do limite de fechamento da redação, que passou das três horas da manhã para a meia-noite.

Começa a cooptação de universitários para o jornalismo, mandando buscar alunos que se destacaram nos cursos de filosofia, ciências sociais, matemática, física. Um deles é Vlado Herzog.

A reforma se completa no início da década de 60. Nessa altura, alguns grandes nomes do jornalismo atual trabalhavam na Redação, como repórteres ou redatores.

1964 Passa quase o ano inteiro desempregado, por discriminação política. É convidado, nos últimos meses, para fazer análises da Folha de S. Paulo por Octávio Frias de Oliveira. No fim do ano, ou início de 1965, entra na Folha como chefe de produção.

1967 Assume a secretaria-geral da Folha.

1972 Nomeado diretor da Redação e afastado...

1975 Preso pelo Doi-Codi, com sua mulher, Radhá Abramo, por subversão. Em meados do ano, retoma o trabalho efetivo no jornal; cria-se a Página Três, com colaborações de intelectuais e jornalistas.

1976 Chamado de volta à direção efetiva da Redação, completa a grande reforma do jornal, iniciada discretamente em meados de 75, juntamente com Octávio Frias de Oliveira e Otávio Frias Filho.

1977 Afastado da direção da Redação por imposição do ministro do Exército, Sílvio Frota.

1979 Nomeado membro do Conselho Editorial da Folha.

Demite-se do jornal durante a greve dos jornalistas. Trabalha, como co-diretor, no Jornal da República, de Mino Carta, que vive cinco meses e falece.

1980 Chamado de novo por Octávio Frias de Oliveira, vai para Londres como correspondente da Folha; em 1983 muda-se para Paris, na mesma condição.

1984 Começa a escrever a coluna “São Paulo”, da Página Dois da *Folha*.

Viajou muitíssimo, escreveu muitíssimo, assinando o nome ou não assinando, ou assinando com pseudônimo.

Recebeu duas medalhas na vida: uma do governo italiano, pelo trabalho clandestino na resistência italiana durante a guerra; outra do governo da República Democrática Popular da Polônia, em reconhecimento ao apoio dado à luta antinazista dos poloneses. (1)

Não é membro de academias ou clubes. Fez o curso primário e os cursos de madureza do ginásio e do colégio, estes depois de maduro. Não tem curso universitário. Fala corretamente cinco línguas. Escreve em português e inglês, corretamente. Nunca publicou livros. Nunca fez poesias. Nunca escreveu ficção, nem a jornalística. Dirigiu, marginalmente, a *Folha Socialista*, jornal do Partido Socialista Brasileiro, do qual foi membro alguns anos; e deu o nome, como diretor-responsável, sem nele trabalhar, ao *Portugal Democrático*, da resistência antifascista portuguesa.

Nunca entrevistou atrizes de cinema, cantores, Jânio Quadros, o papa João Paulo II ou Winston Churchill...

Nunca ocupou cargos públicos. (2)

Plantou muitas árvores. Tem três filhos e sete netos. (3)

(1) Em 1986, Cláudio recebeu a medalha do Mérito do Trabalho. (2) Exceto breve período em que assessorou Carvalho Pinto no Ministério da Fazenda, no governo João Goulart. (3) E três bisnetos, nascidos após a sua morte.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– O requerimento leva o nº 917 e terá o encaminhamento regimental, atendendo a V. Ex^a. Da mesma maneira, a solicitação de publicação será atendida na forma regimental.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 917, DE 2007

Requeiro, nos termos dos art. 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista Joel Silveira, que morreu na madrugada de ontem, 15 de agosto de 2007, aos 88 anos, de “causas naturais” enquanto dormia em seu apartamento em Copacabana, no Rio de Janeiro.

Justificação

Joel Silveira nasceu em Sergipe em 1918, chegou ao Rio de Janeiro em 1937 e teve seu primeiro emprego

no jornal literário “**Dom Casmurro**”, de Álvaro Moreyra. Logo nos seus primeiros anos de trabalho seus textos já chamavam a atenção e eram objeto de comentários de Manuel Bandeira que definiu sua maneira de escrever como “muito pessoal, (...) uma punhalada que só dói quando a ferida esfria”. Graças a seu estilo e brilhantismo, trabalhou na revista “**Diretrizes**”, de Samuel Wainer e depois nos “**Diários Associados**” de Assis Chateaubriand. Foi escolhido entre muitos repórteres que desejavam ser escalados para cobrir a presença da Força Expedicionária Brasileira na Segunda-Guerra, entre 1944 e 1945, ocasião em que acompanhou os soldados por lugares inóspitos durante 11 meses. Nessa época, foi apontado como o “maior repórter brasileiro” e viveu o ponto alto de sua carreira.

Publicou cerca de 40 livros, a maioria deles com memórias e coletâneas de suas reportagens. Dentre suas obras, em parceria com seu amigo Geneton Moraes Neto, também jornalista, estão “**Nitroglicerina Pura**” e “**Hitler/Stalin – o pacto maldito e suas repercussões no Brasil**”, que falava de intelectuais brasileiros de esquerda que atuaram como colabora-


dores de uma revista nazista. Também publicou livros de ficção como **"Dias de Luta"**.

Trabalhou nos jornais **"Última Hora"**, **"O Estado de S. Paulo"**, **"Diário de Notícias"**, **"Correio da Manhã"**, e na revista **"Manchete"**. Recebeu, pelo conjunto de sua obra, em 1988, o prêmio "Machado de Assis" da Academia Brasileira de Letras, além do "Jabuti" e do "Libero Badaró". Também foi homenageado em congresso internacional organizado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo – ABRAJI.

Joel Silveira será cremado hoje às 15h, no Cemitério do Caju, no Rio de Janeiro. Era casado com Iracema e pai de três filhos.

Aos 27 anos, quando regressou da guerra, contava ter voltado com 80 anos. "O que a guerra nos tira, quando não tira a vida, não devolve nunca mais", afirmou inúmeras vezes. Se fizermos a conta, Joel, pela sua sensibilidade, por suas experiências e pela brilhante carreira, morreu então com mais de 100 anos.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2007.


Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

João Tenório (Mar. Santa)

Paulo Durval (MARCELO CRIVELA)

Eduardo Azevedo (PAULO DURVAL)

Alvaro

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento lido vai ao Arquivo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– A Presidência concede a palavra ao Senador João Tenório, orador regularmente inscrito.

V. Ex^a dispõe de 10 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cerca de quatro anos após sua primeira tentativa, o Governo Federal anunciou, na semana passada, que pretende enviar até o próximo mês uma nova proposta de reforma tributária ao Congresso Nacional.

Aliás, chama a atenção o fato de que os resultados concretos daquela frustrada tentativa de reforma tributária, quais sejam a prorrogação da CPMF e da DRU, também façam parte da atual agenda legislativa do Governo, o que infelizmente nos faz crer que, passados quatro anos, estamos praticamente na mesma situação.

Para piorar, as poucas mudanças realizadas na legislação não produziram, até o momento, os efeitos de racionalidade esperados. A nova Confins não cumulativa, por exemplo, resultou basicamente em aumento considerável da arrecadação federal. Afinal, se a elevação da alíquota de 3% para 7,6% já parecia excessivamente calibrada com a expectativa do aproveitamento dos créditos ao longo das cadeias produtivas, imaginem, Srs. Senadores, seu efeito quando, na prática, as autoridades fazendárias vêm glosando a grande maioria dos créditos requeridos. O resultado é

uma absurda carga tributária, próxima de 40% do PIB, que constrange a economia nacional. Reduzi-la deve ser o principal objetivo de qualquer reforma tributária.

Tal como no passado, parece unanimidade a importância de uma alteração substantiva no sistema tributário do País. No entanto, o modelo a ser implementado continua gerando grandes polêmicas e interessantes debates. É quase consenso a necessidade de redefinição do pacto federativo. Entretanto, todos sabemos que nenhuma esfera do Poder Executivo demonstra qualquer intenção de abrir mão de sua parcela de arrecadação.

O mais natural seria que a União reduzisse sua fração do total de recursos arrecadados em benefício dos demais entes federados, afinal, desde a promulgação da Constituição, vem concentrando praticamente todas as novas receitas tributárias. Em 1988, a arrecadação de tributos compartilhados com Estados e Municípios correspondia a 76,2% dos recursos administrados pela Receita Federal. Hoje representa apenas 44%.

Mesmo assim, ao que tudo indica, convencer a União a reduzir sua parte no bolo arrecadatário certamente não será simples. Basta verificar a intensa resistência do atual Governo em compartilhar com os demais entes uma parcela da CPMF.

É nesse ponto, Sr^{as} e Srs. Senadores, que reside minha primeira grande preocupação em torno desta ou de qualquer outra reforma tributária: a quem caberá um eventual ônus do novo modelo?

Afinal, se não há disposição em perder receitas por parte de nenhum dos entes federados e há consenso em torno de um maior repasse a Estados e Municípios, meu temor é que, como de costume, a solução seja onerar o contribuinte. Seja pessoa física ou jurídica, o objetivo da reforma deveria ser desonerá-las ou, em situação extrema, evitar qualquer aumento na carga tributária nacional.

Espero que o Poder Legislativo e, sobretudo, o Senado Federal estejam bastante atentos para isto, até porque o comportamento do Congresso Nacional em relação à carga tributária brasileira é, no mínimo, confuso. Afinal, ao longo deste ano, por exemplo, foram incontáveis as manifestações de parlamentares da Oposição e da própria base governista criticando a absurda carga tributária do País, já próxima de 40% do PIB. E, no momento em que temos uma possibilidade concreta de reduzi-la – um pouco, é verdade, mas reduzi-la – em cerca de 1,5 ponto percentual em relação ao PIB, não prorrogando a CPMF, o Parlamento caminha para contradizer-se em seus atos.

Outro tema bastante polêmico da reforma tributária consiste no combate à chamada guerra fiscal. Há

mais de uma década, a concessão de benefícios fiscais por governos estaduais, sobretudo nas regiões mais pobres do País, tem sido praticamente a única alternativa encontrada pelos gestores locais para atração de investimentos. Em um país em que o Governo Federal vem se omitindo em promover políticas de desenvolvimento regional, tal mecanismo viabilizou a implantação de inúmeros empreendimentos e unidades industriais fora das regiões mais prósperas do País.

Não há dúvida de que a guerra fiscal não é o melhor modelo para redução das desigualdades regionais. No entanto, o fato concreto é que, no momento, inexistente qualquer alternativa de desenvolvimento viável para as localidades mais carentes do País, razão pela qual, embora compreenda as críticas das unidades mais ricas da federação brasileira, não as avalizo, pois como nordestino tenho convicção das dificuldades para atração de investimentos na região.

Neste ponto, Sr^{as} e Srs. Senadores, reside minha segunda grande preocupação com uma nova reforma do sistema tributário: a capacidade de redução das desigualdades regionais.

Enquanto não tivermos a coragem de admitir tratamento diferenciado aos diferentes, regiões como o Norte e o Nordeste brasileiro se perpetuarão com índices sociais e econômicos semelhantes aos dos países africanos, enquanto o Centro-Sul e outras regiões mais ricas do País continuarão avançando na direção das nações desenvolvidas.

O mundo contemporâneo nos apresenta um exemplo muito positivo de política de integração regional: a União Européia, que tem entre os princípios básicos de criação a redução das assimetrias socioeconômicas entre os países membros.

O caso europeu consiste em benefícios efetivos concedidos pelas nações mais ricas às nações mais pobres. Incentivos fiscais, oferta de crédito barato e, sobretudo, vultosas transferências de recursos para aplicação direta em infra-estrutura são algumas das principais medidas utilizadas com um único objetivo: evitar grandes distorções socioeconômicas em um mesmo país ou até em uma comunidade de países.

Afinal, a redução de diferenças regionais evita fluxos migratórios que em geral representam desemprego e violência nas localidades mais abastadas, além de conferir cidadania, oportunidade e qualidade de vida ao conjunto de uma sociedade e não apenas aos afortunados que residem em determinadas regiões.

Como podemos promover uma reforma tributária justa se cada um dos diferentes “Brasis” não obtiver um tratamento adequado às suas particularidades, pelo menos até que o fosso existente entre as diver-

sas regiões seja, se não evitado, o que é difícil, pelo menos atenuado?

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador João Tenório.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Pois não, Senador Sibá Machado. Com muita satisfação, ouço o seu aparte.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex^a. É que o tema é muito importante e acho que interessa a todos nós nesta Casa. Já abordei aqui, na semana passada, uma preocupação que eu vi no Secretário de Fazenda do Estado do Acre, quando ele fazia um comentário sobre não conhecer nenhuma pessoa no Brasil que seja contra a reforma tributária e não ter encontrado também nenhuma pessoa no Brasil que seja favorável à guerra fiscal. Então, neste entendimento, V. Ex^a traz com brilhantismo essa preocupação, e eu quero concordar agora com V. Ex^a e com o Secretário do Estado do Acre. Não posso mais acreditar que emigração no Brasil seja sinônimo de desenvolvimento. Pelo contrário, ela é um sintoma de que algo está muito errado na economia brasileira. Essa fase de criar os grandes parques centralizados da indústria, ou coisa parecida, já passou. Nós tínhamos isso de Getúlio Vargas até, digamos, a primeira metade da década de 90, até Itamar Franco, digamos assim. De lá para cá, o País está tomando outro rumo. Vemos atualmente um potencial da agricultura muito forte. Então, nós precisamos...

(Interrupção do som.)

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Precisamos levar o máximo possível de oportunidades para todos os pontos do País. Agora, penso que V. Ex^a chama atenção porque nós já temos um ponto de partida sobre essa tão esperada reforma mais estruturante dos tributos brasileiros: o Supersimples. Creio que o Supersimples é um bom sinal, quando coloca os tributos federais, estaduais e municipais em um único ponto e com uma alíquota que seja de atendimento propício a qualquer nível de empresa e em qualquer lugar do Brasil. Então, se tomarmos isso como base, acho que nós podemos avançar e criar uma nova redação tributária brasileira que venha a atender a toda essa expectativa. É claro que nenhum governador e nenhum prefeito gostaria, digamos assim, de pagar a conta do desenvolvimento de outros. Mas, quando pudermos consolidar aqui uma idéia que atenda minimamente o Brasil, na plenitude do seu território, com todos os seus Municípios, com todos os seus Estados, respeitando minimamente a capacidade de produção local, evitando também a importação de matéria-prima ou coisa parecida e fomentando também uma capa-

tação profissional local, uma inteligência local, nesse momento acredito que nós estaremos no caminho certo. Portanto, quero aqui me associar às preocupações de V. Ex^a. Creio que o próprio Congresso deveria retomar o assunto em outro patamar – não, assim, no da disputa, em si, entre Estados e regiões –, para que pudéssemos apontar quais são de fato os caminhos, à luz do que foi o Supersimples para o conjunto geral da economia brasileira. Era isso que eu queria dizer neste aparte a V. Ex^a.

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Senador Sibá Machado, traz V. Ex^a uma contribuição de quem conhece bastante o problema porque, à semelhança da minha vida no Nordeste, V. Ex^a vive em outra região que carece também de políticas públicas que proporcionem o desenvolvimento e a transformação daqueles potenciais tão grandes em riqueza para o País e para o povo. Só para concordar com V. Ex^a, nós temos dois extremos, hoje, de constrangimento na vida dos brasileiros. São Paulo é um exemplo claro. São Paulo vive o constrangimento do excesso de pessoas que vão para lá em busca de oportunidades oferecidas na economia. São Paulo está congestionado por excessos; a sua região e a minha estão congestionadas por falta. Então, acho que esse reequilíbrio, para que o Brasil possa ser menos “Brasis” e mais um Brasil, é algo fundamental, que deve ser olhado com muito cuidado pelo Congresso, particularmente pelo Senado.

Muito obrigado pela sua participação.

É ainda mais grave constatar que, embora sejamos tímidos para concessão de incentivos de caráter efetivamente regional, exceto no caso da Zona Franca de Manaus, quando analisamos o conjunto das desonerações tributárias, promovida pela União, verificamos que os benefícios concedidos à Região Nordeste são inferiores aos concedidos às regiões mais ricas do País.

Final, em 2007, dos R\$52,7 bilhões de renúncia fiscal esperada no País pelo Governo Federal – e quando falo em renúncia fiscal, falo em renúncia fiscal federal; aqui não estão os benefícios pela chamada guerra fiscal –, R\$6,46 bilhões são concedidos à Região Nordeste, contra R\$24,2 bilhões da Região Sudeste e R\$7,6 bilhões da Região Sul.

Chega a ser absurdo constatar que, contrariando toda lógica formal...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. JOÃO TENÓRIO (PSDB – AL) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me conceder mais dois minutos, eu terminarei.

Chega a ser absurdo constatar que, contrariando toda lógica formal acerca da redução das desigualda-

des regionais, o somatório das desonerações tributárias federais nas duas regiões mais ricas do País é cinco vezes maior que o total correspondente ao Nordeste.

O Governo Federal, que tanto critica a concessão de incentivos através de tributos estaduais como forma de promover o desenvolvimento, faz o mesmo, mas, surpreendentemente, de uma forma que beneficia sobretudo as nossas regiões mais desenvolvidas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, associe-me a todos que defendem uma reforma significativa do sistema tributário nacional. Entretanto, reafirmo minhas preocupações e meu compromisso com a construção de um texto que, em primeiro lugar, não penalize o contribuinte brasileiro em detrimento da Federação e garanta uma política efetiva de desenvolvimento regional.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador João Tenório.

Passamos a palavra ao Senador Delcídio Amaral.

V. Ex^a dispõe de dez minutos para o seu pronunciamento, Senador.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de entrar no tema que me traz a esta tribuna, eu gostaria de enfatizar a importância da Medida Provisória nº 372, que deu origem ao Projeto de Conversão nº 23, que trata da renegociação das dívidas de custeio e de investimento dos produtores rurais.

Na negociação, fomos à exaustão, conversamos com várias autoridades. Quero realçar aqui o trabalho do Senador Jonas Pinheiro, Senador por Mato Grosso. A negociação não passou só pelo custo e investimento, mas também deu um tratamento definitivo, com a criação de dois fundos, para a dívida dos produtores com as empresas multinacionais fornecedoras de insumos.

Portanto, até entendendo a obstrução que hoje existe aqui no Senado Federal, mas este tema não pode esperar, porque, em função das mudanças que nós fizemos, este projeto terá que voltar para a Câmara para depois ser encaminhado à sanção pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Quero dizer que é uma negociação importante, uma negociação que mostra a sensibilidade do Governo Federal com relação ao agronegócio e, portanto, exige uma atenção especialíssima do Congresso Nacional para que nós tenhamos as condições necessárias de implementar rapidamente essa renegociação.

Mas, Sr. Presidente, estou vindo à tribuna para manifestar minhas preocupações com relação ao momento que o Brasil vive ou que já vem vivendo há algum tempo.

Hannah Arendt falava em banalização do mal. Hoje, estamos assistindo, no Brasil, Sr. Presidente, a uma banalização dos valores da nossa sociedade, banalização da ética, banalização com relação aos procedimentos que, mais do que nunca, tocam nos nossos valores históricos e culturais, o primitivismo com que temos discutido determinados temas de absoluta relevância nacional, escândalos, desvios, condutas ilícitas. Isso vem-se tornando, praticamente, um fato banal do nosso cotidiano, se podemos dizer assim.

Com isso, a imagem dos Poderes, do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, fica extremamente prejudicada. E temos percebido essa frustração, esse desalento que toma conta da sociedade brasileira. Andando pelo Estado, andando pelos Municípios, conversando com pessoas de diferentes camadas sociais, vemos que essa preocupação, efetivamente, tem-se tornado quase recorrente e exige de todos nós não apenas uma reflexão serena, sincera, republicana, mas também ações que a população, mais do que nunca, espera de todos nós, como líderes políticos, Congresso Nacional e representantes de um Poder tão fundamental e crucial para o País como o Legislativo, fruto das conquistas e de toda essa democracia que, a duras penas, conseguimos construir.

Sr. Presidente, essas questões de caráter moral e ético merecerão um discurso específico muito possivelmente na próxima semana. Mas eu queria tratar, mais uma vez, de um fato que tem sido quase uma constante em nosso cotidiano para mostrar como as questões estão sendo tratadas de maneira absolutamente superficial no País. Trata-se, novamente, dessa discussão dos gargalos da infra-estrutura, especialmente das agências reguladoras.

Essa questão tem sido discutida de maneira pouco refletida, existe muita gente “surfando” nesses assuntos, que exigem estudo e conhecimento, pela sua complexidade, e não simplesmente comentários fugazes para quem quer ganhar manchetes dos jornais ou dos telejornais. Mas o que me salta aos olhos é o verdadeiro festival de “besteirol” que temos ouvido ultimamente no Brasil, principalmente no que se refere às agências reguladoras e à área de infra-estrutura, fruto exatamente dessa quebra dos valores e dessa falta de compromisso com aquilo que realmente é verdadeiro.

Hoje, em função dessa tragédia ocorrida com o **airbus** da TAM no Aeroporto de Congonhas, abriu-se uma verdadeira guerra sem trincheiras contra as agên-

cias reguladoras. Eu, que vim da área de infra-estrutura, começo a imaginar, Sr. Presidente, se vamos voltar ao tempo do Dnaee, se vamos voltar ao tempo do DNC, que cumpriram um papel naquele momento na história do País, mas que, dentro na realidade atual, não teriam as mínimas condições de, daquele jeito, dentro daquela estrutura, dentro daquela organicidade, prestar um serviço que a população, mais do que nunca, deveria esperar de um órgão que não só regulasse mas, acima de tudo, fiscalizasse.

Sr. Presidente, tenho ouvido determinadas coisas que me preocupam. A primeira é o debate sobre se as agências reguladoras legislam. As agências reguladoras não foram feitas para legislar, Sr. Presidente. Elas foram feitas para regular – daí o nome “agências reguladoras” –, para fiscalizar, para monitorar.

Portanto, a premissa dessa discussão é um equívoco.

Se alguma agência chegou a legislar, foi porque os marcos regulatórios e as leis existentes não eram suficientes para que ela fizesse uma boa regulação. Portanto, a distorção não é das agências, mas do vácuo legislativo que existe em alguns setores da infraestrutura brasileira.

Aí, vejo uma discussão sobre a Anac, sobre a razão de sua existência, já que todas as empresas do setor são privadas. Mas não tem absolutamente nada a ver o fato de existirem linhas aéreas privadas ou não. Temos um mercado diversificado no qual precisa haver um agente, um ator, neutro, que dê, mais do que nunca, estabilidade e confiabilidade para um setor vital de infra-estrutura, como o é o setor de aviação civil.

A idéia da Anac não é de agora, é de 1997, quando esse assunto foi discutido com a FAA, que é a Anac americana, quando, àquela época, levantava a questão de se ter no Brasil uma agência civil, primeiro, para ter uma política de recursos humanos compatível com a responsabilidade da agência; segundo, para eliminar a rotatividade que existia. Porque o DAC, naturalmente, em função da própria carreira militar, levava a trocas sistemáticas de comando.

Em cima de tudo isso também, havia uma discussão ampla, no que se refere à homologação de aeronaves, assim como havia uma rotatividade grande. E uma das razões colocadas para que fosse criada a Agência Nacional de Aviação Civil era ter um quadro próprio, bem remunerado, constante, para se garantir uma coisa que o Brasil e que a Aeronáutica conquistaram, Sr. Presidente, ou seja, a homologação de aeronaves aqui no Brasil.

Essa homologação, poucos Países têm. E, a partir do momento em que empresas brasileiras começam a disputar os vários mercados nos Continentes, tirar

a homologação daqui é uma grande perda para o Brasil. E esse é um dos fatores que levaram à criação também da Anac, sem falar na razão principal, que é, mais do que nunca, fiscalizar, supervisionar e cuidar da regulação.

Se existem problemas com relação às agências não é no mérito. Não estamos questionando aqui o mérito das agências. Mas, se existem pessoas que não têm aptidão para executar esse trabalho, vamos aprimorar mais os rigores e as exigências para se indicarem diretores de agências.

Ouçou aqui que isso tem acontecido nos últimos meses ou nos últimos anos. Não. Em função até dos critérios existentes, indicação de pessoas que muitas vezes não conhecem bem o setor que vão regular não tem acontecido só agora, não. Isso já acontecia em Governos anteriores.

Então, temos de estreitar as premissas e as condições necessárias para não indicar pessoas ineptas. O problema é das pessoas, de um rigor maior na qualificação de quem vai dirigir as agências.

Não podemos deixar que elas saiam, que deixem de ser uma agência de Estado para ser uma agência de Governo. Se for necessário retirar diretores, que o Senado, que os sabatina e os aprova, faça essa avaliação dentro de uma determinada rotina e, aí sim, avalie se aquele desempenho é compatível ou não com dirigente de agência e com os resultados das agências. Essas são práticas comuns em vários Países. Nos Estados Unidos, na Europa, isso é natural. Agora, nós não podemos criar as condições para que um presidente de plantão tire um diretor, muitas vezes por razões subjetivas. Aí, sim, nós vamos correr o risco de uma politização nefasta, maléfica para a infraestrutura brasileira.

Meu caro Senador Alvaro Dias, muita honra em ouvi-lo.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Delcídio Amaral, ao final de seu discurso, eu gostaria de cumprimentá-lo pela importância do tema, momento oportuno, hora realmente de fazermos uma avaliação do que tem ocorrido com as agências e procurar um novo rumo. O nosso Partido decidiu impor rigor maior na apreciação dos nomes indicados para ocupar postos nas agências. Eu quero citar um exemplo de forma insuspeita. Sou Oposição, mas tenho de destacar a gestão competente do Diretor-Presidente da Anvisa, Dirceu Raposo de Mello, que é detentor de qualificação técnica inquestionável. Este, sim, foi indicado por sua qualificação técnica. É claro que seria importante a sua recondução, mas fala-se em sua substituição. Fala-se na substituição de um técnico qualificado, comprovadamente competente, para dar lugar a uma indicação

de natureza político-partidária, premiando alguém derrotado em eleições recentemente. O Sr. Dirceu Raposo de Mello é graduado pela USP em Farmácia e Bioquímica; Mestre em Ciências da Saúde; Doutor em Análises Clínicas; tem Pós-Graduação em Análises Clínicas e Toxicológicas, sem falar em especializações em Administração Hospitalar, Patologia Clínica, Farmácia Homeopática, entre outras. Vem realizando uma gestão tecnicamente irrepreensível e foi um dirigente de agência que se apresentou como voluntário para prestar contas ao Senado em vários momentos de sua gestão. Portanto, em vários momentos de sua gestão, colocou-se à disposição para prestar contas ao Senado. Quem sabe por isso será substituído? Porque demonstrou competência, qualificação técnica, deve ser substituído? Deve dar lugar a alguém que tenha prestado serviços ao Partido? Essa é a questão que se coloca diante de um pronunciamento com tanto conteúdo, como faz V. Ex^a. Como opositor ao Governo, reconheço que, neste caso, houve uma ação competente, e, lamentavelmente, há desejos de substituição.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Muito obrigado, meu caro Senador Alvaro Dias.

Posso também citar, aqui, outros dirigentes de agências competentes que têm feito um trabalho muito bom em suas áreas de responsabilidade: é o caso da Agência Nacional de Energia Elétrica, é o caso da Anatel, agora, com lideranças e dirigentes bastante competentes.

Portanto, Senador Alvaro Dias, a razão da minha fala...

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Senador Heráclito Fortes.

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – V. Ex^a faz um pronunciamento por demais oportuno. Com a maior tranquilidade, Senador Alvaro Dias, vou elogiar um Senador do PT, pela maneira clara e, sobretudo, equilibrada com que trata este assunto: agência reguladora. Está-se pegando uma crise localizada para se desmoralizar um sistema, que é moralizador, que é regulador, como V. Ex^a bem o diz. Precisa-se ter cuidado com a indicação que se faz.

(Interrupção do som)

O Sr. Heráclito Fortes (DEM – PI) – Temos, Senador Alvaro Dias – não alcancei todo o aparte de V. Ex^a – a Agência de Transportes Terrestres, ou seja, temos várias agências, conforme V. Ex^a citou, como a Anvisa, que funcionam perfeitamente e estão cumprindo o papel delas. A questão da Anac veio com problemas desde o começo, tanto é que houve dificuldades

para a aprovação de alguns dos diretores. Mas não podemos deixar que este modelo, que é perfeito, moderno e, acima de tudo, se o Brasil quer credibilidade lá fora, quer investimento para cá, ele tem de insistir neste modelo, que é o que dá garantia ao investidor. Ele tem que aperfeiçoar, tirar o incompetente, inclusive existe brecha na lei para isso. É só ter coragem de se tomar providência. No caso da Anac, há um dispositivo na lei que a criou, Senador Jarbas, de afastamento dos diretores, mas esse dispositivo foi tirado pelo Governo. Então, é bom colocar as coisas nos devidos lugares. Segundo ponto: o Governo não pode cobrar muito quando não faz a parte dele. O contingenciamento de recursos das agências reguladoras imobiliza suas atividades, além de ser um crime. De forma que o louvo, Senador Delcídio, por este pronunciamento. Seu Partido deve estar orgulhoso da lucidez com que V. Ex^a encaminha nesta Casa um assunto de tamanha importância. Muito obrigado.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Heráclito.

Mas eu gostaria de destacar isto: fui o Relator da Agência Nacional de Aviação Civil, e havia essa cláusula no projeto que foi aprovado pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu inclusive, Senador Alvaro Dias, em função até das ponderações – e V. Ex^a foi muito claro nas suas observações –, apresentei, na semana passada, um projeto de lei e resoluções do Senado também propondo uma série de alterações nas sabatinas a serem feitas nesta Casa; no nível de exigência em termos de qualificação dos profissionais a serem indicados para diretores de agência; na exigência de, dentro de uma frequência anual, se sabatar os dirigentes ou, por meio de uma audiência pública, se fazer uma avaliação clara dos trabalhos das agências reguladoras e, ao mesmo tempo, tratando também de outras questões, Sr. Presidente, entre elas,...

(Interrupção do som.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS)

–... a vacância de diretores. Algumas agências tiveram dificuldades, inclusive, de deliberar sobre determinados temas porque não tinham quórum suficiente e, ao mesmo tempo também, tratando da questão do contingenciamento.

Eu fiz essa introdução no início da minha fala porque nós estamos, infelizmente, Senador Alvaro Dias, “fulanizando” todas as nossas discussões. Elas ocorrem na base da emoção, elas ocorrem... Muita gente que às vezes não fez a lição de casa começa a dar opinião. E o pior de tudo isso é que quem quer

investir no Brasil fica com o pé atrás – seja investidor nacional, seja estrangeiro, seja até empresa estatal – com essa barafunda que começa a acontecer em todo canto. Ninguém vai querer colocar dinheiro em infra-estrutura com medo do que está para vir. E é importante mais do que nunca destacar: agência reguladora não tem nada de ideologia; é um instrumento para que efetivamente nós tenhamos uma maneira de fazer cumprir a legislação, fiscalizar e monitorar os principais agentes de mercado sejam eles estatais, sejam eles privados.

Portanto, Sr. Presidente, nós precisamos começar a fazer uma avaliação mais serena, mais equilibrada, estudando os fatos ou os assuntos que estão sendo tratados aqui, sob pena de transformar essa discussão em assunto superficial, sem nenhum resultado prático e, acima de tudo, prejudicando o Brasil nesse grande esforço representado pelo PAC, no sentido de promover o desenvolvimento, a geração de emprego e um futuro melhor para os jovens e as crianças que estão vindo.

Então, este é um tema crucial, fundamental.

Há muitos temas que, de certa maneira, estão sendo banalizados aqui no Congresso Nacional e que serão motivo de um discurso meu na próxima semana. Mas, não podemos fazer ouvidos moucos em relação às agências reguladoras. Nós temos de cumprir nosso papel de Senadores da República, exatamente no sentido de propiciar uma discussão madura dos instrumentos que vão fazer o Brasil crescer e, acima de tudo – e isso vamos deixar para a próxima semana –, daqueles valores éticos e daqueles valores que precisamos passar para as próximas gerações, a fim de que se construa um Brasil melhor, um Brasil mais fraterno, mais solidário e, sobretudo, mais cidadão.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela paciência e tolerância com relação ao tempo.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil possui uma enorme vocação agrícola: é uma afirmação que faço sem medo de errar. Desde os idos da colônia – quando a cana-de-açúcar fazia de nosso País a mais preciosa jóia da Coroa portuguesa –, até os dias de hoje – quando nossos produtos agrícolas são negociados em bolsas de valores mundo afora –, a pujança do campo ajuda a economia brasileira a crescer e a gerar empregos e renda para nossa população.

Em um rápido esforço de memória, quantos e quantos produtos agrícolas brasileiros não somos capazes de citar? Açúcar, álcool, milho, soja, café, laranja, algodão, leite, carne, frango, ovos e tantos outros que me vêm à mente neste momento. Não tenho dúvida de que respeitar essa nossa vocação agrícola e, conseqüentemente, investir na agropecuária nacional, é o caminho a ser seguido pelo Brasil.

Como toda atividade econômica, o sucesso do agronegócio depende de uma série de fatores sazonais. Tal dependência fez com que a exuberância de nossa agropecuária, verificada no ano de 2004, fosse ofuscada nos anos seguintes. Nas safras 2004/2005 e 2005/2006, os produtores rurais brasileiros, especialmente os que plantam milho, soja e algodão, tiveram significativa perda de renda decorrente de problemas climáticos, doenças nas lavouras, preços baixos e valorização cambial.

Consciente da importância do agronegócio para a economia brasileira, o Governo Federal, após ouvir as conclusões da comissão composta pelo Ministério da Agricultura, Ministério da Fazenda, Parlamentares e entidades representativas dos produtores rurais, decidiu encaminhar para o Congresso Nacional e para o Conselho Monetário Nacional uma série de medidas destinadas a garantir ao produtor rural brasileiro a capacidade de financiar a safra 2007/2008.

No âmbito do custeio agropecuário, o pagamento das parcelas das operações relativas às safras 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006, vencidas e vincendas em 2007, será prorrogado por um ano após o vencimento da última parcela. Essa operação resultará num montante de 1,8 bilhão de reais.

Em se tratando dos programas Moderfrota, Finame Agrícola Especial e Prodecoop, os produtores cuja renda principal advém da produção de algodão, arroz, milho, trigo e soja poderão pagar um mínimo de 30% das parcelas vencidas ou vincendas em 2007 e prorrogar o restante por um ano, após o vencimento do contrato. O produtor que pagar parte ou o total dessas parcelas ganhará um bônus de 15% sobre o valor da parcela integral.

No caso dos programas Moderinfra, Modeagro, Prodefruta, Prodeagro, Progerrural e Propflora – Pronaf Investimento, os produtores cuja renda principal provém do plantio de algodão, arroz, milho, trigo e soja poderão pagar um mínimo de 20% das parcelas vencidas ou vincendas em 2007 e prorrogar o restante por um ano, após a última prestação. Ao final do contrato, farão jus ao bônus de 5% sobre o valor da parcela.

Os produtores de outras culturas, após análise caso a caso, poderão prorrogar o prazo do pagamento de todas as parcelas vencidas ou vincendas em 2007,

desde que comprovem incapacidade de pagar o percentual mínimo exigido.

Para contemplar os produtores rurais que financiam toda ou parte de sua produção por intermédio da compra a prazo diretamente dos fornecedores de insumos – sementes, fertilizantes e defensivos – e que não conseguiram se beneficiar da linha de crédito especial FAT Giro Rural, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 372, que já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e agora tramita aqui no Senado da República.

O maior problema desses produtores é que eles não conseguiam renegociar suas dívidas devido à indisponibilidade de garantias reais ou ao comprometimento dos seus limites de crédito. Sendo assim, o Governo resolveu permitir a utilização da Poupança Rural e da Exigibilidade Rural dos depósitos à vista para a concessão de financiamentos com vistas à liquidação das dívidas mantidas pelos produtores rurais ou por suas cooperativas junto aos fornecedores de produtos agropecuários.

O montante de recursos para custear as operações provenientes da MP nº 372 é de R\$2,2 bilhões, o que denota a importância atribuída pelo Governo do Presidente Lula ao agronegócio brasileiro.

Para garantir os financiamentos, será criado um fundo de liquidez composto por recursos oriundos dos produtores rurais (10%), dos fornecedores de insumos (20%) e do Tesouro Nacional (15%). Os financiamentos terão juros bastante reduzidos, compostos pela TJLP mais 5% ao ano, e deverão ser pagos em quatro prestações, que vencem no dia 31 de maio dos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012.

Juntamente com o Senador Jonas Pinheiro, relator da matéria aqui na Casa, temos negociado com o Governo Federal a melhoria do texto da MP, sempre visando a beneficiar ainda mais os produtores rurais brasileiros. Nesse sentido, temos pleiteado que aqueles produtores que, porventura, não consigam saldar suas dívidas, tenham o débito quitado pelo fundo de liquidez e não sejam inscritos na dívida ativa da União.

Também é objeto de negociação a prorrogação para o dia 28 de dezembro de 2007 do prazo para contratação dos financiamentos, bem como a possibilidade de os produtores rurais darem como garantia para as operações o penhor da safra 2008/2009 até a safra 2011/2012. Considero mais do que justo que o agricultor brasileiro – que já está bastante endividado – possa oferecer como garantia aquilo que produz.

Temos buscado um acordo para prorrogar até o dia 30 de setembro a data para regularização das parcelas vencidas em 2006 das operações securitizadas e renegociadas nos termos da Lei nº 10.437, de 2002,

bem como a suspensão, por cinco anos, da aplicação do percentual da atualização dos preços mínimos dos produtos agrícolas nos contratos de crédito rural destinados a custeio, comercialização e investimento. Também estão em estudo modificações na legislação acerca dos títulos de crédito WA e CDA, com o objetivo de conferir-lhes maior segurança e de garantir maior agilidade em suas operações.

Por fim, temos pleiteado junto ao Governo Federal uma autorização para que o Ministério da Integração Nacional exerça, temporariamente, a competência dos Conselhos Deliberativos da Sudam e da Sudene, até que eles sejam instalados. O objetivo é que o Ministério possa, assim, deliberar sobre as alterações no FNO e no FNE para a renegociação das dívidas rurais.

As propostas são muitas, mas o objetivo é um só: garantir aos produtores rurais brasileiros as condições necessárias para renegociarem suas dívidas e continuarem produzindo. O Brasil não pode prescindir de uma agropecuária forte, capaz de gerar divisas para o País e de empregar milhões de brasileiros e brasileiras, dando-lhes perspectivas e futuro.

O Governo Federal tem plena consciência do que digo, razão pela qual estou muito otimista com as medidas que já foram tomadas e com aquelas que ainda serão. Necessário se faz, no entanto, lembrar que todas as alterações no texto da MP 372 ainda precisam voltar para a Câmara dos Deputados, o que pode atrasar sua implantação. Muitas medidas precisam, também, ser apreciadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Ao final de todo esse processo, entretanto, tenho plena certeza de que quem sairá ganhando é o País. Não se constrói um Brasil forte sem um campo forte. E é isso o que vamos fazer!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Delcídio Amaral, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Senador Delcídio, o seu tema era muito necessário a ser falado nesta Casa.

Concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias; a seguir, falará o Senador Heráclito Fortes, pela Liderança do DEM.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pretendo dar continuidade ao tema de ontem, quando abordei a prorrogação da CPMF. Mas, antes, inspirado ainda pelo discurso do Senador Delcídio Amaral, eu gostaria de,

em rápidas palavras, dizer que esse modelo de regulação por agências existe em aproximadamente 50 países. O conhecimento técnico atrelado à vivência profissional prevalece no mundo inteiro como critério norteador das indicações para os cargos de direção dessas agências.

É imprescindível que os quadros dirigentes das agências reguladoras estejam imunes à politização e a salvo da partidarização. As agências reguladoras não podem ser cooptadas pelos ministérios nem pelos mercados, como destaca o especialista em direito regulatório. O modelo de agências reguladoras sem independência decisória e hierárquica está vencido. É um equívoco imaginar que, sob o amparo da lei, vamos sacramentar a intervenção direta na gestão das agências e resolver eventuais disfunções daqueles que estão à frente de uma entidade reguladora.

A possibilidade de o Senado da República convocar um dirigente de agência e vir a manifestar um voto de desconfiança quanto à postura gerencial é admissível. Qualquer outra modalidade fora da esfera do Senado será um retrocesso para o Brasil no campo da regulação.

Sr. Presidente, os obstáculos ao crescimento econômico que têm atrasado o País e impedido o Brasil de ingressar no rol das nações desenvolvidas são conhecidos e apontados por inúmeros estudos e análises especializadas. As barreiras que obstruem a economia brasileira situam-se num largo espectro: da precária infra-estrutura, passando pelo comércio irregular, a sonegação fiscal, o desrespeito às regras, até os chamados entraves regulatórios, entre outros óbices.

Em meio a 90 tributos cobrados no Brasil, entre impostos, taxas e contribuições, somados a inúmeras obrigações acessórias, os contribuintes de todas as esferas ainda enfrentam a perversa cumulatividade dos tributos, como multiincidência sobre uma mesma base de cálculo e repetidas vezes na cadeia produtiva, o chamado efeito cascata. A CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) incide sobre PIS, Cofins, ICMS e assim prossegue, penalizando tanto o contribuinte quanto o setor produtivo.

A cumulatividade se demonstra, por exemplo, no efeito cascata horizontal, que poderia ser definido como a incidência repetidas vezes de um mesmo tributo nas várias etapas da produção ou circulação, como, por exemplo, a CPMF, alíquota de 0,38%, que representa, em média, 1,7% do preço final dos produtos e serviços consumidos no País.

Temos ainda o efeito cascata vertical, que é a incidência de determinado tributo sobre o valor de outros tributos, como, por exemplo, a CPMF que incide sobre o

montante do ICMS, do IPI, do PIS, do Cofins, do INSS, do Imposto de Renda, da contribuição social, etc.

Segundo dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, após a revisão da metodologia do cálculo do PIB (Produto Interno Bruto), a carga tributária, em 2006, cresceu e atingiu 35,21% do PIB, um crescimento da ordem de 1,09% em relação ao ano anterior, que foi de 34,12%.

A excessiva carga tributária no Brasil compromete o desenvolvimento econômico em todos os sentidos, impondo seu ônus tanto às empresas como aos cidadãos.

Entre tributos, normas e alíquotas que se multiplicam entre os Estados da Federação, evidencia-se a necessidade premente de promover a simplificação das leis tributárias. Há quase um consenso entre os especialistas de que apenas um imposto sobre o valor agregado cortaria pela metade o trabalho tributário das empresas.

Não estamos advogando teses nem formulando críticas sob um viés oposicionista. A atual parafernália de normas e tributos é, sem dúvida, responsável pelo ambiente deletério aos negócios e à produção de maneira geral. Os diagnósticos feitos por diferentes instâncias especializadas se avolumam nos últimos tempos.

A prestigiosa revista britânica **The Economist**, uma referência mundial em assuntos econômicos e políticos, enviou ao Brasil uma equipe para auscultar as causas que impedem a economia brasileira de acompanhar o ritmo de crescimento dos demais países emergentes. Segundo a mencionada revista, nos últimos quatro anos, o nosso PIB cresceu em média 3,3% contra 7,3% no resto do mundo. A conclusão da revista para o pífio crescimento brasileiro apenas reforçou as análises vigentes. A excessiva carga de impostos cobrada pelo Governo e uma sistemática de gastos totalmente equivocada impedem o País de crescer. O Brasil, destaca a revista, é grande demais para ficar à margem do desenvolvimento mundial.

Um estudo recente do BIRD também registrou que a União investe mal, ressaltando a desconexão entre planejamento, elaboração de orçamento e realização de gastos. Em sã consciência, sem qualquer partidatismo, nenhum integrante desta Casa se insurgiria contra um desenho mais racional do sistema federativo de impostos indiretos e contribuições cumulativas.

Sr. Presidente, neste contexto, eu não poderia me abster de trazer à tribuna, mais uma vez, o candente tema da CPMF. Em dezembro próximo, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira deixará de vigorar, deixaria de vigorar, evidentemente. A sua permanência ou não dependerá de uma decisão do

Congresso Nacional. Criada em 1996, sob forte contestação dos partidos de oposição à época, o tributo vem se perenizando na seqüência sucessiva de quatro renovações, a última delas em 2003.

A sociedade brasileira convive com a elevação progressiva da CPMF, que aumentou de 0,20% sobre as transações financeiras, em 1996, para 0,38% atualmente. É mister ressaltar que, na última revisão das normas que regulamentam o tributo em tela, ele passou a ser vinculado nos seguintes moldes: 0,08% para o Fundo de Combate à Pobreza, uma das fontes de financiamento do programa Bolsa-Família; 0,10% para a Previdência, que sustenta, entre outros, benefícios aos aposentados rurais; e 0,20% para o Sistema Único de Saúde – SUS. Vale registrar que, do montante de aproximadamente 16,8 bilhões de reais devidos ao atendimento médico da população em 2006, 4 bilhões de reais foram retidos para assegurar o pagamento de juros da dívida interna, utilizando-se um mecanismo conhecido como DRU, que faculta ao Presidente da República o direito de aplicar até 20% da arrecadação como bem lhe aprouver, a despeito de ser a verba carimbada ou não.

Sr. Presidente, sem qualquer denodo, podemos afirmar que não foram observadas melhorias expressivas na qualidade do atendimento médico do SUS. Em que pese à nobre distinção para os programas sociais, a sociedade, por intermédio dos seus mais distintos setores organizados, questiona as sucessivas prorrogações e aumentos da CPMF, chamando pelo equacionamento de problemas estruturais que ensejam a criação do imposto provisório.

É inegável que a CPMF, além de ser onerosa, considerando que a mesma alíquota incide sobre qualquer valor movimentado, acaba gerando uma grande injustiça fiscal.

Não podemos ignorar que o Governo pretende, mais uma vez, prorrogar a CPMF. Como destaca o Presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, Gilberto Amaral, “a CPMF é um tributo injusto e deveria acabar, mas o Estado se tornou refém dele”. Em 2006, a contribuição rendeu 32,5 bilhões de reais aos cofres públicos, 8,17% de tudo o que é arrecadado dos contribuintes pela União. O montante é o correspondente ao Orçamento do Ministério da Saúde, a mais robusta das Pastas setoriais. Há exatamente dez anos, a sua arrecadação correspondia a 0,74% do PIB. Hoje, pasmem, corresponde a 1,38% do PIB. A estimativa de arrecadação em 2007 é da ordem de 39 bilhões de reais. Todavia, se a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira tivesse acabado em 31 de dezembro de 2006, a arrecadação tributária da União no primeiro semestre deste ano teria aumentado R\$2,8

bilhões, em termos reais, em comparação com igual período do ano passado, segundo dados da Receita Federal. Portanto, esse é o melhor indicador de como tem crescido a arrecadação de impostos do Governo e de como o aumento da carga tributária federal independe, atualmente, da CPMF. A receita da CPMF nos seis primeiros meses de 2007 foi de R\$17,46 bilhões. O aumento real da arrecadação administrada pela Receita foi, portanto, R\$2,8 bilhões superior ao recolhido com o chamado imposto dos cheques (R\$20,27 bilhões menos R\$17,46 bilhões).

Se a CPMF tivesse acabado em 31 de dezembro de 2006, a arrecadação total da Receita teria crescido 4,7% em termos nominais ou 1,5% em termos reais, no primeiro semestre de 2007. Está demonstrado que o Governo teria como suprir essa lacuna de recursos.

Aliás, como nos lembra o ex-Presidente da Associação Comercial de São Paulo e atual Secretário do Trabalho e Emprego do Governo paulista, Guilherme Afif Domingos, a CPMF é um dos impostos que mais negativamente afetam a economia por permear todas as transações financeiras e vir embutida no preço dos produtos. Esse é mais um aspecto cruel dessa contribuição provisória que se eternizou.

Eu peço a V. Ex^a que considere o restante do discurso como lido, Sr. Presidente. Nosso objetivo é ceder o tempo ao Senador Heráclito Fortes, que tem pressa, tem compromissos.

Para finalizar, digo que, a exemplo do que dissemos ontem, somos favoráveis ao fim da cobrança dessa contribuição provisória, que querem perenizar. O que nós necessitamos é de uma reforma tributária que coloque o País no eixo do desenvolvimento econômico com distribuição de renda e justiça social. Não é enfiando o braço longo com mão grande no bolso do contribuinte que nós vamos promover o crescimento econômico do País e é por essa razão que tenho feito este apelo ao meu Partido, para se posicionar consensualmente contra a prorrogação da CPMF. É nesse sentido que vamos trabalhar na próxima reunião de Bancada com os Senadores do PSDB, na terça-feira que vem, para que o Partido feche questão contra a prorrogação da CPMF.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ALVARO DIAS

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os obstáculos ao crescimento econômico que têm atrasado o País e impedido o Brasil de ingressar no rol das nações desenvolvidas são conhecidos e apontados por inúmeros estudos e análises especiali-

zadas. As barreiras que obstruem a economia brasileira situam-se num largo espectro: da precária infra-estrutura, passando pelo comércio irregular, a sonegação fiscal, o desrespeito às regras, até os chamados entraves regulatórios, entre outros óbices.

Deixarei de me reportar a cada um deles de *per si* e me fixarei na complexa realidade tributária nacional – cuja excessiva carga de tributos imposta às pessoas físicas e jurídicas produz inegavelmente uma sensação de asfixia.

Em meio a 90 tributos cobrados no Brasil – entre impostos, taxas e contribuições – somados a inúmeras obrigações acessórias, os contribuintes de todas as esferas ainda enfrentam a perversa cumulatividade dos tributos como multi-incidência sobre uma mesma base de cálculo e repetidas vezes na cadeia produtiva, o chamado efeito cascata. Exemplos: a CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – que incide sobre o PIS/COFINS, que incide sobre o ICMS, e assim prossegue penalizando tanto o contribuinte como o setor produtivo.

A cumulatividade se demonstra, por exemplo, no Efeito Cascata Horizontal, que poderia ser definido como a incidência repetidas vezes de um mesmo tributo nas várias etapas da produção ou circulação, como, por exemplo, a CPMF (alíquota de 0,38%) que representa em média 1,7% do preço final dos produtos e serviços consumidos no País.

Temos ainda o *Efeito Cascata Vertical*, que é a incidência de um determinado tributo sobre o valor de outros tributos, como, por exemplo, a CPMF, que incide sobre o montante do ICMS, do IPI, do PIS e do COFINS, do INSS, do Imposto de Renda, da Contribuição Social, etc.

Segundo dados divulgados pelo IBPT – Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário –, após a revisão da metodologia do cálculo do PIB – Produto Interno Bruto –, a carga tributária em 2006 cresceu e atingiu 35,21% do PIB, um crescimento da ordem de 1,09% ponto percentual em relação ao ano anterior, que foi de 34,12%.

A excessiva carga tributária no Brasil compromete o desenvolvimento econômico em todos os sentidos, impondo o seu ônus tanto às empresas como aos cidadãos.

Entre tributos, normas e alíquotas que se multiplicam entre os Estados da Federação, evidencia-se a necessidade premente de promover a simplificação das leis tributárias. Há quase um consenso entre os especialistas de que apenas um imposto sobre o valor agregado cortaria pela metade o trabalho tributário das empresas.

Não estamos aqui advogando teses nem formulando críticas sob um viés oposicionista. A atual parafernália de normas e tributos é, sem dúvida, responsável pelo ambiente deletério aos negócios e à produção de uma maneira geral. Os diagnósticos feitos por diferentes instâncias especializadas se avolumam nos últimos tempos. A prestigiosa revista britânica *The Economist* – uma referência mundial em assuntos econômicos e políticos – enviou ao Brasil uma equipe para auscultar as causas que impedem a economia brasileira de acompanhar o ritmo de crescimento dos demais países emergentes. Segundo a mencionada revista, nos últimos quatro anos, o nosso PIB cresceu em média 3,3% contra 7,3% no resto do mundo. A conclusão do *Economist* para o pífio crescimento brasileiro apenas reforçou as análises vigentes: a excessiva carga de impostos cobrada pelo governo e uma sistemática de gastos totalmente equivocada impedem o País de crescer. O Brasil destaca a revista, é grande demais para ficar à margem do desenvolvimento mundial.

Um estudo recente do BIRD – Banco Mundial – também registrou que a União investe mal, ressaltando a desconexão entre planejamento, elaboração de orçamentos e realização de gastos. Em sã consciência, sem qualquer partidatismo, nenhum integrante desta Casa se insurgiria contra um desenho mais racional do sistema federativo de impostos indiretos e contribuições cumulativas.

Nesse contexto, Senhor Presidente, não poderia me abster de trazer à tribuna o candente tema da CPMF. Em dezembro próximo, com sabem os Senhores Senadores, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira deixará de vigorar. A sua permanência ou não dependerá de uma decisão soberana do Congresso Nacional. Ao ser criada em caráter provisório em 1996, sob forte contestação dos partidos de oposição à época, o tributo vem se perenizando na sequência sucessiva de quatro renovações, a última delas ocorrida em 2003. A sociedade brasileira convive com a elevação progressiva da CPMF, que aumentou de 0,20% sobre as transações financeiras em 1996 para 0,38% atualmente. É mister ressaltar que na última revisão das normas que regulamentam o tributo em tela, ele passou a ser vinculado nos seguintes moldes: 0,08% para o Fundo de Combate à Pobreza, uma das fontes de financiamento do programa Bolsa-Família; 0,10% para a Previdência, que sustenta, entre outros, benefícios aos aposentados rurais; e 0,20% para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Vale aqui registrar que, do montante de aproximadamente 16,8 bilhões de reais devidos ao atendimento médico da população em 2006, 4 bilhões de reais foram retidos para assegurar o pagamento de juros da

dívida interna, utilizando-se o mecanismo conhecido como DRU (Desvinculação de Receita da União), o qual faculta ao Presidente da República o direito de aplicar até 20% da arrecadação como bem lhe aprouver, a despeito de ser a verba carimbada ou não. Senhor Presidente, sem qualquer denodo, podemos afirmar que não foram observadas melhorias expressivas na qualidade do atendimento médico do SUS.

Em que pese à nobre destinação para os programas sociais, a sociedade, por intermédio dos seus mais distintos setores organizados, questiona as sucessivas prorrogações e aumentos da CPMF, clamando pelo equacionamento de problemas estruturais que ensejaram a criação do imposto provisório. É inegável que a CPMF, além de ser onerosa, considerando que a mesma alíquota incide sobre qualquer valor movimentado, acaba gerando uma grande injustiça fiscal.

Não podemos ignorar que o Governo Federal pretende mais uma vez prorrogar a incidência da CPMF. Como destaca o presidente do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, Gilberto Amaral, “a CPMF é um tributo injusto e deveria acabar, mas o Estado se tornou refém dele”. Em 2006, a contribuição rendeu 32,5 bilhões de reais aos cofres públicos, valor que representa 8,17% de tudo que o é arrecadado dos contribuintes pela União. O montante é o correspondente ao orçamento do Ministério da Saúde, a mais robusta das Pastas setoriais. Há exatamente dez anos, a sua arrecadação correspondia a 0,74% do PIB. Hoje, pasmem, corresponde a 1,38% do PIB.

A estimativa de arrecadação da CPMF em 2007 é da ordem de 39 bilhões de reais. Todavia, mesmo se a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) tivesse acabado em 31 de dezembro de 2006, a arrecadação tributária da União no primeiro semestre deste ano teria aumentado R\$ 2,8 bilhões, em termos reais, em comparação com igual período do ano passado, segundo dados da Receita Federal. Portanto, esse é o melhor indicador de como tem crescido a arrecadação de impostos do governo e de como o aumento da carga tributária federal independe, atualmente, da CPMF. A receita da CPMF nos seis primeiros meses de 2007 foi de R\$17,46 bilhões. O aumento real da arrecadação administrada pela Receita foi, portanto, R\$2,8 bilhões superior ao total recolhido com o chamado imposto dos cheques (R\$ 20,27 bilhões menos R\$17,46 bilhões). Se a CPMF tivesse acabado em 31 dezembro de 2006, a arrecadação total da Receita teria crescido 4,7% em termos nominais ou 1,5% em termos reais, no primeiro semestre de 2007. Está demonstrado de que o governo teria como suprir essa lacuna de recursos.

Aliás, como nos lembra o ex-presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) e atual secretário do Trabalho e Emprego do governo paulista, Guilherme Afif Domingos, a CPMF é um dos impostos que mais negativamente afetam a economia, por permeiar todas as transações financeiras e vir embutida no preço dos produtos. Esse é mais um aspecto cruel dessa contribuição provisória que se eternizou.

Na condição de administrador da aplicação dos vultosos recursos gerados pela CPMF, urge que o Governo Federal encontre meios para melhor gerir as contas públicas e aceite a extinção do tributo. Não podemos subestimar nem contemporizar com o fardo representado pela contribuição aos setores produtivos da economia e ao cidadão trabalhador. É perfeitamente compreensível o sentimento reinante de espoliação. Concebido para ser o “imposto da saúde” e posteriormente direcionado para custear outras áreas, a CPMF se desvirtuou e não promoveu mudanças que a população possa auferir no seu cotidiano.

O que apreendemos dos estudos técnicos mais credenciados quanto às chamadas deficiências macroeconômicas do País é, *grosso modo*, que o ajuste das contas públicas do País pode acrescentar 230 bilhões de reais ao PIB nacional, ou seja: “É como se o Brasil jogasse fora a cada ano um PIB da Suíça por sua incapacidade de concluir a arrumação econômica”, palavras do diretor da importante Consultoria McKinsey no Brasil. Essa arrumação pressupõe justamente o controle dos gastos do governo, o que vem obrigando sucessivos governos a sofisticar o torniquete tributário.

O planejamento estratégico atrelado à capacidade de pensar o amanhã são ferramentas de que não podemos mais abrir mão sob pena de comprometer irremediavelmente futuras gerações de brasileiros. Observem que a CPMF se perpetua com base na ausência de uma reforma do processo orçamentário. É público e notório que o Orçamento da União não cumpre o objetivo de racionalizar os gastos públicos. Em outras partes do mundo, o ano não se inicia antes da aprovação do Orçamento. Vejam o exemplo da Nova Zelândia: a liberação de recursos para as instâncias públicas é condicionada ao resultado que se pretende obter com eles. Em matéria de políticas públicas, o fosso estabelecido em razão da falta de planejamento é responsável por defasagens abissais.

Sem pretender me distanciar do fulcro do nosso pronunciamento, permitam-me citar que pelo menos cinco décadas distanciam a educação brasileira da dos países emergentes. Segundo análise dos economistas Eduardo Giannetti da Fonseca e do irlandês Dan O'Brien, a falta de visão de longo de prazo tem sido um dos motivos por esse estado precário da educação no

Brasil. E essa falta de visão de longo prazo não pode se repetir com a questão tributária no Brasil.

Sem qualquer planejamento nem mesmo esboço de sua progressiva redução, a CPMF, antes concebida para ser empregada em um período máximo de dois anos, perdura até hoje. Sou contrário à prorrogação da Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) e espero que seja essa a posição de meu partido. O governo argumenta que o fim da CPMF desequilibrará o Orçamento da União. O desequilíbrio pode acontecer em razão do crescimento das despesas do governo. No primeiro semestre deste ano, as despesas do Tesouro aumentaram R\$ 13 bilhões em relação a igual período de 2006 – um aumento nominal de 12,8% e real de mais de 9%. Elas cresceram em ritmo mais acelerado do que a economia. As despesas no primeiro semestre deste ano atingiram 9,46% do PIB, ante 9,21% em igual período de 2006. Ao governante resta planejar sob novos parâmetros de governança.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador. Eu solicito à Mesa que faça a transcrição completa do discurso proferido pelo Senador Alvaro Dias e o proferido pelo Senador Delcídio Amaral.

Com a palavra agora, pela ordem de inscrição, o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esse movimento que começa a tomar as ruas do Brasil, chamado “Cansei” – e concordo aqui com o Presidente da Philips, o Sr. Zottolo, de que ele tem de ser um movimento apartidário –, não pode ter vinculação com nenhum partido político, senão perde todo o seu sentido e toda a sua razão de ser. É um movimento de inconformidade com o que o País passa, principalmente no que diz respeito à corrupção latente. Por mais que se denuncie, setores do Governo insistem em mantê-la acesa.

O Sr. Paulo Zottolo dá uma entrevista ao jornal **Valor Econômico**, em que discute sua participação como presidente da Philips nesse movimento. Mostra ser um homem eclético. Ele fez carreira na Nívea, empresa multinacional de cosméticos, e, há quatro meses, como diz a matéria, é Presidente da Philips. Conhecedor de tudo o que acontece, entende de comichão no pé à atracação de navio.

Na sua entrevista, apresenta algumas soluções, mas, de maneira preconceituosa, ataca o meu Estado, o Piauí. Eu pensava que ataques ao Piauí, Senador Alvaro Dias, fossem coisa do passado, mas o Sr. Zottolo, do seu trono de presidente da poderosa Philips, se acha

no direito de atingir o meu Estado. Ele, textualmente, diz: “Diz que quer mexer no que chama de marasmo cívico do País, que estaria levando-o a se transformar num Piauí. Não se pode achar que o País é um Piauí no sentido de tanto faz ou tanto fez. Se o Piauí deixar de existir, ninguém vai ficar chateado. Estamos vivendo uma calamidade, e não uma tragédia”.

O Zottolo talvez não conheça, devido aos muitos afazeres dele na Philips, talvez não tenha chegado às suas mãos, por exemplo, que a própria Philips, por meio de um piauiense que foi dirigente dessa empresa, não só no Brasil, mas também na Holanda, Sr. José Horácio Gayoso, investe maciçamente, talvez no maior projeto individual da Philips no Brasil, em programas sociais no Estado do Piauí, basicamente e principalmente em Teresina, focados na área de educação. Talvez o Sr. Zottolo não saiba disso nem se interesse em saber.

É lamentável que S. S^a, ao defender seus pontos de vista, ataque um Estado da Federação onde há empresários que representam o seu produto e que são, sistematicamente, premiados por serem campeões de venda. Se não fosse presidente da Philips e fosse vendedor de pastel na Avenida Paulista, e os pastéis fossem tão gostosos que o Presidente da Philips fizesse uso deles, o vendedor de pastel ainda não teria o direito de atacar o Piauí da maneira como fez.

Concordo que o Piauí não está vivendo, Senador Mão Santa, o melhor momento. Estamos num Governo estagnado, num Governo apático, num Governo de factóides, sem realizações; mas, entre isso e dizer que acabar com o Estado, que tirar o Estado do mapa é uma coisa banal, há uma diferença muito grande.

Sei que ele enfrenta problemas de concorrência com a LG e com a Samsung, que disputam com a Philips o mesmo mercado. Ele deve estar irritado, atarefado e, agora, empolgado com essa campanha, que realmente é meritória. Porém, para comandar uma campanha dessa natureza, como é o “Cansei”, é preciso, no mínimo, ter equilíbrio e respeitar os Estados da Federação, porque também cansei de arrogância e de prepotência. É inaceitável conviver com esse tipo de comportamento.

Concedo um aparte ao Senador Mão Santa, com o maior prazer.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Heráclito Fortes, o meu professor de Cirurgia, Mariano de Andrade, dizia: “A ignorância é audaciosa”. Eis um ignorante marcado pela própria destinação. Atentai bem e leia o nome dele: Zottolo. É um tolo, um tolo, um tolo! Um arrogante tolo, porque tem uns dólares da Philips, ignorante da nossa história. Ó tolo, ó ignorante, imbecil mesmo... Nunca vi. É tolo. O nome dele é Tolo. Atentai bem, Heráclito. É preciso saber, Tolo, que o Piauí,

como mostra a História do Brasil, primeiro foi colônia de Pernambuco. Nós nos libertamos de Pernambuco depois de mais de 200 anos de colônia e fomos, durante 100 anos, colônia do Maranhão. É um Estado novo. E hoje, ó tolo, ó ignorante, ó imbecil, é o aniversário de Teresina, de Teresina, tolo, ignorante, imbecil da Philips. Você está cansado? Nós não nos cansamos, não; nós somos é da luta. É preciso saber, tolo, ignorante, imbecil, que Teresina foi a primeira capital planejada deste País. Tolo, ignorante, imbecil, cansado, a primeira capital planejada deste País foi Teresina, que inspirou Belo Horizonte, que veio depois. Teresina tem 150 anos, Belo Horizonte, pouco mais de 100. Outras capitais planejadas: Goiânia, Brasília – que tem pouco mais de 40 – e Palmas. Teresina é a primeira capital planejada. Ó tolo, ignorante, imbecil, cansado, atentai bem: Teresina tem 150 anos. Dezessete anos antes da Proclamação da República, Heráclito, havia um jornal em Teresina, **A Ordem**. Um jornalista, David Caldas, mudou o nome de **A Ordem para Oitenta e Nove**. Ó tolo, ó ignorante, ó imbecil, cansado da Philips, atentai bem: David Caldas pôs no jornal o nome de **Oitenta e Nove**, 17 anos antes da Proclamação da República, para alertar e inspirar o Brasil para o fato de que devíamos construir a República, inspirados no grito de “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”, de 1789, e ela foi proclamada exatamente em 15 de novembro de 1889, por aquele que é tido pelos que conhecem a história desta Pátria... Ó tolo, ó ignorante, ó imbecil, cansado da Philips, atentai bem: ele foi o profeta da República, David Caldas. Heráclito, os portugueses que se sucederam não permitiram que, mesmo sendo oriundo de Barras, ele fosse enterrado no cemitério, porque este País continuou sendo dominado pelos portugueses, Pedro I, Pedro II. Então, é isso o Piauí. Ali está Rui Barbosa, ó tolo, ó ignorante, ó imbecil da Philips, cansado! Olhe lá Rui Barbosa, veja os resultados eleitorais. Ele só venceu em Teresina, mostrando uma clarividência. Ó tolo, ó ignorante, ó imbecil e cansado da Philips... Atentai bem, Heráclito! A Coluna Prestes, que saiu lá do Sul, foi destinada a tomar Teresina para ser a primeira capital comunista. E lá nós prendemos Juarez Távora, que era liderado por Luiz Carlos Prestes. Olhe esse mapa grande, que não é maior do que a sua imbecilidade, a sua tolice e a sua ignorância, imbecil da Philips. Atentai bem! Este Brasil só é uno por nós, piauienses. D. João VI disse: “Filho, fique com a Coroa; filho, fique com o sul, que vou ficar com o norte.” Mandou para cá o seu sobrinho e afilhado Fidié. Fomos nós do Piauí que fomos para a batalha sangrenta expulsar os portugueses. Essa é a nossa história. Digo aqui: ó tolo, ó ignorante, ó imbecil, cansado da Philips, está ali Rui Barbosa. Só um jurista pode ser

igualado a Rui Barbosa: Evandro Lins e Silva, filho do Piauí. Esse é o nosso Piauí. Nessa história, nenhum, de São Paulo, de lugar nenhum, foi um presidente com tanta dignidade como Petrônio Portella. Ele, que sem tiro, sem bala, sem truculência, foi artífice da anistia e da reconstrução das liberdades democráticas. Esse é o Piauí. Então, Heráclito Fortes, V. Ex^a tem a bravura do piauiense. Estamos acostumados à luta, à luta do Jenipapo, à luta pela vida e pela dignidade. Quero dizer a esse tolo, ignorante, imbecil, cansado da Philips que o nosso Hino diz: “Piauí, terra querida, filha do sol do Equador; na luta, o seu filho é o primeiro que chega”. E Heráclito iniciou essa luta, resgatando a dignidade do povo sofrido, mas que dá neste País exemplos de grandeza e honestidade.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço, Senador Mão Santa, o seu aparte.

Estava vendo aqui tópico da entrevista do Sr. Zottolo, que me parece tratar-se de um megalomaníaco. A manchete é a seguinte: “Zottolo diz que retira a Philips do ‘Cansei’ se houver partidização” – a Philips, uma entidade, uma multinacional da qual eventualmente ele é o seu presidente.

Custa-me crer que empresas desse porte permitam o seu nome envolvido em movimento de qualquer natureza. Pessoalmente, o Sr. Zottolo poderia – e pode, como cidadão – participar desde a Maçonaria até qualquer movimento que lhe der na cabeça, mas nunca envolvendo uma empresa multinacional. Lá na frente, ele diz que “eu tiro a Philips, mas posso até ficar, em caráter pessoal”. E a megalomania do Sr. Zottolo vai mais à frente: “Já me disseram que estou sendo mandado embora, e que o Presidente da República exigiu do Embaixador da Holanda a minha cabeça”.

Eu não duvido de um Governo que deu o tratamento que deu aos dois cubanos que algum “despirocado” do Palácio do Planalto tenha realmente tomado atitude nessa direção; mas daí a chegar até o Presidente da República vai uma diferença muito grande.

Outra coisa: o Embaixador da Holanda, que é um homem respeitado, um diplomata reconhecido, envolver-se nesse tipo de questão? Só me resta chegar à conclusão de que, além de tolo, Zottolo é megalomaníaco.

De qualquer maneira, registro aqui o meu desapontamento e o meu profundo pesar pelo despreparo do Sr. Zottolo, ao tratar de questões dessa natureza. Quero crer e espero que, na contabilidade da Philips, na questão de **marketing**, que é a sua especialidade, ele seja mais feliz.

Faço este pronunciamento em um momento em que deveria estar aqui saudando minha querida Teresina por mais um aniversário, cidade que tive a hon-

ra e o orgulho de governar. Quero desejar a todos os teresinenses um dia de intensa comemoração, e que todas as festividades inerentes a essa data sejam repletas de êxito e que Teresina continue realizando obras fantásticas, agora comandadas pelo Prefeito Sílvio Mendes.

No domingo, com muita satisfação e alegria, estarei em Teresina para inaugurar uma obra com a qual tive a oportunidade de colaborar, que é a Curva de São Paulo, um balneário, para uma cidade que não tem praia, que é o aproveitamento da beleza do rio Poti, proporcionando lazer aos cidadãos da cidade.

Senador Mário Couto, concedo a palavra, com a maior alegria, contando com a generosidade do Senador Augusto Botelho.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Heráclito Fortes, primeiro quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento que faz hoje à tarde neste Senado. Depois, quero somar-me também ao pronunciamento de V. Ex^a – deixando, obviamente, qualquer coleguismo para trás – e dizer que V. Ex^a, o Senador Mão Santa, os Senadores que representam o Estado do Piauí merecem todo o aplauso do povo piauiense. Primeiro, em função do amor que têm pelas pessoas e pela terra Piauí. Depois, pela enorme vontade de ver sempre o Piauí crescendo. Quero dizer a V. Ex^a e ao Senador Mão Santa, presentes nesta sessão, que tenho uma profunda admiração por V. Ex^{as}, pelo caráter, pela personalidade, pela dedicação, pela vontade de servir ao povo do Piauí, aquela terra pela qual V. Ex^{as} já deram várias demonstrações de carinho e de amor. Quero também desejar ao povo do Piauí os meus sinceros votos de grande crescimento. Mais uma vez, ao terminar este aparte, quero dizer a V. Ex^{as} da admiração que tenho por V. Ex^{as}, da maneira de como defendem e de como amam o Piauí. Por várias vezes, fui testemunha da grandeza de V. Ex^{as} em querer servir bem o povo do Piauí. Parabéns a V. Ex^{as}.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Senador Mário Couto, agradeço o aparte de V. Ex^a, por quem nutro uma admiração alicerçada nos embates travados na campanha eleitoral do ano passado, quando tive a oportunidade de visitar, por três ou quatro vezes, o Pará, e vi esse bravo índio marajoara encantar as ruas e arrastar multidões naquele Estado.

Quero dizer que fico muito feliz por V. Ex^a ter colaborado, por meio de seu aparte, com este pronunciamento de protesto. A Bancada do Pará, juntamente com o Senador Flexa Ribeiro, tem sido muita solidária ao Piauí. Aliás, no ano passado, demos o exemplo disso quando, juntamente com o Senador Flexa Ribeiro, tratamos, de maneira coletiva, da liberação de recursos

para a reclusa de Tucuruí, que infelizmente estão contingenciados. No entanto, cumprimos o nosso papel.

Agradeço a V. Ex^a e finalizo, apelando ao Sr. Paulo Zottolo que, num lance de humildade – coisa que parece não ser muito do seu perfil –, convide o Dr. José Horácio Gayoso, funcionário de carreira da Philips, que tem um currículo brilhante, tendo dirigido a empresa em vários pontos, inclusive na Holanda, onde fica a matriz da empresa, e é piauiense, para que lhe dê uma lição da grandeza, da bravura e, acima de tudo, do esforço que o piauiense faz para honrar a sua terra.

Outra coisa: mande conferir, no quadro de pessoal das unidades da Philips, no Brasil inteiro, quantos piauienses há prestando serviço a essa empresa.

Tenho certeza de que, depois de tudo isso feito, ele vai seguir Eclesiastes: “O homem é dono da palavra guardada e escravo da palavra anunciada.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Obrigado, Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Estão inscritos, em seguida, o Senador Sérgio Zambiasi, o Senador Mão Santa e o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, amanhã, em Boa Vista, capital do meu Estado, haverá um evento promovido pela Assembléia Legislativa, um encontro dos Legislativos do Estado de Roraima, em que estarão presentes Vereadores de todos os Municípios, Deputados Estaduais, já que o evento é promovido pela Assembléia, Deputados Federais e Senadores.

Recebi, no dia 09 de agosto, ofício do Presidente da Assembléia, datado de 01 de agosto, convidando-me para participar do I Encontro dos Legislativos de Roraima, cujo tema é “Defender Roraima, tarefa de todos nós.”

Considerando a importância do evento e do tema, passei a envidar todos os esforços para compatibilizar a minha agenda de compromissos, assumida há um ano – relativamente ao Encontro da Maçonaria Brasileira e a sessão especial do Senado que se realiza todos os anos para homenagear aquela instituição –, que compreende eventos que vão do dia 16 ao dia 20 de agosto. Pensando em compatibilizar essa agenda, mobilizei a minha equipe em Boa Vista e em Brasília para estar presente, Senador Augusto Botelho, inclusive, tendo adquirido as passagens para a viagem. Lamentavelmente, não consegui compatibilizar a programação de Brasília, o que me privou de poder estar presente amanhã e de conviver, em momentos

agradáveis, com os nossos conterrâneos e amigos de Roraima, Senador Augusto Botelho.

Também teria a chance de, pessoalmente, explicar sobre o trabalho que tenho desenvolvido na defesa intransigente do nosso Estado, que meus avós maternos e meu pai escolheram para viver e onde tive a honra de nascer, casar, ter meus filhos e ao qual dediquei a minha vida integralmente, inicialmente como médico e, depois, como político, tendo sido Deputado Federal por dois mandatos e estando, agora, no segundo mandato como Senador.

Chegamos, os três Senadores, a enviar documento manifestando ao Presidente da Assembléia a nossa dificuldade de estarmos presentes, sugerindo uma nova data para a nossa participação. Em face da impossibilidade de a Assembléia Legislativa atender ao pedido formulado, os outros dois Senadores, Augusto Botelho e Romero Jucá, conseguiram ajustar suas agendas, sorte que, infelizmente, não tive. Portanto, não estarei presente àquele evento.

Assim, quero apresentar um resumo das atividades que tenho desenvolvido no Senado Federal, no Poder Executivo (Presidente da República e Ministros) e no Poder Judiciário, com ações no Supremo Tribunal Federal:

1 – No Senado

1.1 – Defesa e aprovação do empréstimo externo para o Governo do Estado de Roraima, no valor de US\$26 milhões (vinte e seis milhões de dólares americanos), que possibilitou a construção do linha de Guri, a linha de transmissão que traz a energia da Venezuela, e subestações, portanto, garantindo que, hoje, tenhamos energia de forma tranqüila, embora não seja totalmente segura, pois vem de um outro país e temos o exemplo recente da Bolívia com relação ao gás.

1.2 – Criação de duas Comissões Externas do Senado, que foram por mim presididas e que tiveram a participação de V. Ex^a, Senador Augusto Botelho. Elas recomendaram a demarcação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, de maneira contínua mas não excludente, o que permitiria a permanência de todos os brasileiros moradores das vilas de Mutum, Socó, Água Fria e Surumu, dos proprietários com títulos ou documentos de posse anteriores a 1934, tendo eles o direito constitucional de ir e vir, trabalhar e viver onde eles e seus antepassados escolheram.

1.3 – Criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), por mim presidida, para investigar as organizações não-governamentais

(ONGs) que atuam especialmente na Amazônia e que trabalham contra os interesses nacionais. Essa CPI resultou na comprovação da atuação ilegal de várias ONGs em Estados como Rondônia, Amazonas e Roraima.

1.4 – Proposta de Emenda à Constituição que obriga que as demarcações de reservas indígenas e ecológicas não ultrapassem 50% da área de cada Estado e que todas as demarcações sejam submetidas à apreciação do Senado Federal antes de serem homologadas pelo Presidente da República.

1.5 – Projeto de Decreto Legislativo que visa a anular a portaria que demarcou a Reserva Raposa Serra do Sol.

1.6 – Projeto de Decreto Legislativo que visa a anular o decreto do Presidente da República que homologou a demarcação da Reserva Raposa Serra do Sol.

1.7 – Projeto de Decreto Legislativo que, após a demarcação, exclui da área demarcada as vilas já mencionadas, de Mutum, Socó, Água Fria e Surumu, e as propriedades com documentos anteriores ao ano de 1934.

1.8 – Projetos transformados em leis que federalizaram três rodovias estaduais,: a BR-431, que liga Santa Maria do Boaçu a Jundiá; a BR-433, que liga Normandia a Pacaraima; e a BR-432, que liga Cantá a Novo Paraíso, para a qual aloquei recursos que já permitiram o asfaltamento de 25 km. Neste ano, coloquei recursos no Orçamento federal que permitirão o asfaltamento de mais 40 km.

1.9 – Projeto de Decreto Legislativo já aprovado pelo Senado e em apreciação na Câmara dos Deputados, que autoriza o Governo Federal a construir uma usina hidrelétrica na Cachoeira do Tamandúá, no rio Cotingo, capaz de abastecer Roraima com energia boa, limpa e barata, livrando-nos da dependência exclusiva da energia hoje fornecida pela Venezuela.

1.10 – Projeto Fronteira Agrícola Norte, que pretende sistematizar e coordenar as ações para o desenvolvimento da agricultura na Região Norte.

1.11 – Apoio à Avaliação regional, aprovado no Senado e em fase final de apreciação na Câmara dos Deputados, o qual, inclusive, vai colaborar para resolver o caos aéreo que enfrentamos, porque vai fortalecer a aviação brasileira, não somente na Amazônia. É inacreditável que, hoje, uma pessoa que queira ir

de Porto Alegre para Londrina precise, antes, passar por São Paulo.

1.12 – Criação de Escolas Agrotécnicas em todos os Municípios do Estado.

1.13 – Projeto de criação de um Colégio Militar em Boa Vista, já aprovado no Senado.

1.14 – Emenda Constitucional, já aprovada no Senado, que dá apoio financeiro às Instituições Federais de Ensino Superior na Amazônia, com 0,5% do IPI e do IR, contribuindo para aumentar, no caso de Roraima, em três vezes os recursos no orçamento da nossa Universidade Federal e do CEFET.

1.15 – Emenda Constitucional que visa efetivar em quadro federal em extinção os funcionários do Estado que estavam em exercício no período entre 1988, data da promulgação da Constituição Federal, e a implantação do Estado do Roraima, em 1º de janeiro de 1991.

1.16 – Valor total das emendas orçamentárias destinadas no período de 2000, quando comecei a apresentar emendas ao Orçamento, a 2007, que é o corrente exercício, por área, para diversos setores do Estado: ação social: R\$2,1 milhões; educação: R\$1,123 milhões; saúde: R\$4,280 milhões; infra-estrutura e habitação: R\$51,881 milhões; rodovias: R\$122,250 milhões; desenvolvimento: R\$65,425 milhões; assistência aos povos indígenas: R\$ 275 mil; segurança: R\$200 mil; perfazendo um total de R\$247,639 milhões.

1.17 – Tive a sorte de ver aprovado hoje, na Comissão de Desenvolvimento Regional do Senado, projeto de minha autoria que cria as Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) nos Municípios de Rorainópolis e Caracaraí. A criação dessas ZPEs, como é do conhecimento de todo o Brasil, são medidas importantes para alavancar o desenvolvimento de qualquer Estado, notadamente do nosso, Senador Augusto Botelho.

Quanto ao Governo Federal, participei de audiências e enviei documentos – ofícios e outros tipos de documentos – ao Presidente da República e a seus Ministros, reivindicando soluções para o problema das terras de Roraima, tanto as pretendidas para reservas indígenas e ecológicas quanto as que estão indevidamente nas mãos do Incra.

2.2 – Atuação junto ao Grupo de Trabalho criado em 2005 pelo Governo Federal para encontrar soluções para a questão das terras de Roraima, bem como para apresen-

tar medidas para desenvolver o Estado, como a implementação da Área de Livre Comércio de Bonfim, que foi projeto meu quando Deputado Federal, transformado em lei pelo então Presidente Collor – vejam quanto tempo faz, e até hoje não foi implantado;

2.3 – Documento assinado e apresentado pelo Governador do Estado, pelos Senadores Mozarildo Cavalcanti e Augusto Botelho e Deputados Federais Luciano Castro, Neudo Campos, Francisco Rodrigues, Márcio Junqueira e Urzenir Rocha, tendo como principais temas a importação de combustíveis da Venezuela, a federalização da CER, a implantação da Área de Livre Comércio de Bonfim, e, logicamente, o principal deles, a regularização das terras do Estado que hoje, de fato, é um Estado, mas que, de direito, não o é, porque não tem suas terras.

3. Ações impetradas por mim no Supremo Tribunal Federal contra medidas do Governo Federal atentatórias ao meu Estado.

3.1 – Ação visando suspender a iminente demarcação ilegal da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, que obteve liminar da ilustre Ministra Ellen Gracie, impedindo, naquele momento, a demarcação.

É bom que se esclareça que ninguém estava contra a demarcação, mas contra o laudo antropológico feito mediante fraude, inclusive utilizando pessoas fictícias e fazendo delimitações comprovadamente criminosas.

3.2 – Ação contra a artimanha jurídica do Governo Federal, que permitiu a demarcação da Raposa Serra do Sol, que se encontra, no STF, dependente de julgamento de mérito.

3.3 – Ação contra o Incra para que as terras de Roraima passem para o Estado, a fim de que o mesmo possa titular e colocar em execução um plano de produção agropecuária, inclusive com instalação de indústrias. Encontra-se no aguardo do pronunciamento do Relator, no Supremo Tribunal Federal.

Como se vê, Senador Augusto Botelho, a luta tem sido não só como Parlamentar, na tribuna, nas comissões, nos debates, na Presidência da República, nos Ministérios e na Justiça. Infelizmente – e parece até uma coisa esquizofrênica –, o Governo Federal, responsável que é como diz a Constituição pelo desenvolvimento dos Estados e pelo equilíbrio da Federação, trabalha contra o desenvolvimento do Estado de Roraima.

Tenho lutado, enfrentando inclusive os desejos e as ações do Presidente da República e de seus auxi-

liares quando prejudicam o Estado de Roraima. Ainda assim, já neste segundo mandato, juntamente com o Governador Ottomar Pinto, com V. Ex^a, Senador Augusto, e alguns Parlamentares de Roraima, abrimos, em março deste ano, um diálogo com o Presidente Lula, com os olhos voltados para a solução dos problemas e do sofrimento do nosso povo, tendo o Presidente se comprometido a resolver os nossos problemas em poucas semanas, o que não foi feito até hoje, decorridos 5 meses.

Por isso, tenho votado sistematicamente pela abstenção, já que os auxiliares do Presidente Lula têm feito com que Sua Excelência se abstenha de resolver os problemas do meu Estado. Fui eleito para representar o meu Estado. Se o Governo Federal se abstém de resolver os problemas do meu Estado, abstenho-me de votar as matérias de interesse do Presidente da República e do seu Governo. Se Sua Excelência não resolver, passarei a votar contra dentro de pouco tempo. Se o Governo mantém uma posição contra o meu Estado, tenho obrigação de manter uma posição contra o Governo Federal.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

E peço a V. Ex^a, que amanhã estará com nossos Deputados Estaduais e Vereadores, que transmita a minha tristeza em não poder estar presente. Mas fui forjado no princípio de que uma palavra dada tem que ser cumprida na ordem cronológica em que foi dada, e a palavra dada à Maçonaria brasileira há um ano foi de estar presente a esses eventos, e não havia como voltar atrás neste momento.

Hoje à noite, estarei no 1º Grande Encontro de Grãos-Mestres Estaduais do Grande Oriente do Brasil, de todo o Brasil, englobando os Grãos-Mestres de todos os Estados, com as Presidentes das Associações Femininas Cruzeiro do Sul, que são as associações das esposas e filhas dos maçons, que prestam uma obra social muito grande no Brasil e no mundo todo. Os eventos terão início hoje e serão concluídos no dia 20, segunda-feira, com uma sessão já tradicional do Senado em homenagem à Maçonaria brasileira, tanto a Potência Grande Oriente do Brasil, à qual tenho a honra de pertencer, como as Grandes Lojas e os Grandes Orientes Independentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Concedo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi, pela Liderança do PTB.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (Bloco/PTB – RS. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, Sr^{as} e Srs. Senadores, farei

uma rápida manifestação, uma prestação de contas a respeito dos trabalhos da Comissão do Mercosul e do Parlamento do Mercosul. Trata-se de um balanço de gestão.

Desde a última terça-feira, a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul tem um novo Presidente, o Senador Geraldo Mesquita Júnior. Talvez, melhor dizendo, a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul tem seu primeiro presidente, uma vez que substitui a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, que tive o privilégio de presidir durante os últimos dois anos, até a constituição e a instalação deste novo instrumento de democracia para a América do Sul, que é o Parlamento do Mercosul. A nova estrutura, aprovada pelo Congresso brasileiro, amplia as funções e as responsabilidades da extinta Comissão, para assegurar mais celeridade aos projetos relativos ao Mercosul e à integração sul-americana.

A eleição do Senador Geraldo Mesquita Júnior, do PMDB, que ocorreu por aclamação, junto com os vices, o Deputado George Hilton, do PP de Minas Gerais, e o Deputado Cláudio Diaz, do PSDB do meu Rio Grande do Sul, tem um significado especial. Pela primeira vez na história da Comissão do Mercosul, um Parlamentar de outra região, que não do Sul do País, é eleito para presidir o organismo. Mais simbólico ainda é o fato de se tratar de um Senador do Acre, no extremo norte do Brasil.

Ao encerrar minha gestão, trago aqui uma espécie de pequeno balanço e, ao mesmo tempo, de prestação de contas do trabalho desenvolvido em parceria com todos os colegas Parlamentares, consultores e funcionários do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, que foram decisivos e fundamentais para que pudéssemos chegar a este momento.

Nestes últimos dois anos, tivemos o privilégio de ver nascer uma das mais importantes ferramentas da democracia para a integração do continente sul-americano, que é o Parlamento do Mercosul, decisivo para promover a interlocução política e social entre as nações do bloco.

Aqui, nesta Casa, Sr. Presidente, Senador Mão Santa, em 14 de dezembro do ano passado, realizamos a solenidade de sua constituição, com a presença do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Chanceler Celso Amorim, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e de representantes parlamentares e diplomáticos de todos os países-membros do Bloco.

Em fevereiro passado, avançamos no processo de formalização da instituição, com a instalação do Parlamento do Mercosul em Montevideu e com a posse de seus membros em sessão realizada no Congresso

Nacional do Uruguai. Na última sessão, realizada no início deste mês de agosto, aprovamos o Regimento Interno da instituição, que completa o processo de sua consolidação jurídico-legal. Nesse meio tempo, também aprovamos o Fundo Estrutural do Mercosul, no valor de US\$100 milhões, que possibilitou implantar, entre outros, o programa de combate à febre aftosa, que já está em andamento, nas fronteiras com a Bolívia, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Neste momento, é preciso também agradecer, com profundo reconhecimento, o apoio dos Presidentes desta Casa e da Câmara dos Deputados. Também não podemos deixar de destacar o papel decisivo do Ministério das Relações Exteriores, do Chanceler Celso Amorim, dos embaixadores e diplomatas lotados no Brasil e também nos países-membros do Mercosul, que prestaram todo o apoio ao processo de construção do Parlamento do Mercosul. Destaco, ainda, a decisiva colaboração do Embaixador na Aladi e no Mercosul, Régis Arslanian, em Montevideu, que, a cada reunião do Parlamento, oferece apoio estrutural, além de assessoria técnica, imprescindível aos Parlamentares brasileiros.

E, claro, sintetizando o sentimento maior do nosso agradecimento durante essa caminhada, agradeço ao Presidente Lula, que tem orientado, iluminado, com sabedoria e grandeza, a busca da mais profunda integração dos povos sul.

Reafirmo aqui minha alegria em ver que avançamos na compreensão da importância da integração do continente sul-americano, idéia antes confinada a uma expressão quase regional, aos brasileiros do Sul e a seus vizinhos fronteiriços. Mas, mesmo com a adesão da Venezuela, que deu nova dimensão geopolítica ao Mercosul, ainda temos muito que aprender, que trocar informações, que nos conhecer, que dialogar com cada um dos povos da América do Sul. Se avançamos “da Patagônia às portas do Caribe”, como temos dito, é preciso também fazer da Cordilheira dos Andes um ponto de união, e não de divisão ou de separação ou de dificuldade entre o conjunto das Nações da América do Sul.

Por fim, na condição de membro do Parlamento do Mercosul, reafirmo meu compromisso com a instituição, principal canal de expressão da vontade e dos sonhos dos cidadãos mercossulinos. O Mercosul, Sr. Presidente Augusto Botelho, além de bloco econômico, fundamental para a inserção soberana na economia global, é decisivo para integrar os povos em todos os aspectos da vida, seja políticos, seja sociais ou culturais. Assim como ocorre na Europa, onde seus habitantes, independentemente dos países de origem, consideram-se cidadãos europeus, temos de perseguir

e atingir este objetivo de sermos considerados todos, aqui neste continente, cidadãos sul-americanos ou mercossulinos e de nos tratarmos dessa forma.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Sérgio Zambiasi, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

Durante o discurso do Sr. Sérgio Zambiasi, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

A seguir, falará o Senador Flexa Ribeiro, por permuta comigo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Augusto Botelho, que preside esta reunião de 16 de agosto de 2007, Senadoras e Senadores, brasileiros e brasileiras aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado Federal.

Dezesseis de agosto é muito significativo para o Piauí: hoje a nossa capital faz 155 anos.

Senador Augusto Botelho, temos de entender as coisas. Este grandioso Brasil fez com que nosso Estado fosse colônia de Pernambuco por mais de dois séculos, e, quando nos livramos de Pernambuco, passamos a ser colônia do Maranhão. Então, o Piauí é um Estado novo: Teresina, a nossa capital, com 155 anos, e Oeiras, nossa primeira capital, com uns 30 anos de Oeiras, e essa é a história do Piauí. Um Estado novo, mas de que todos nós nos orgulhamos pelos fatos.

Primeiro, Saraiva, um baiano muito inteligente, lá da terra de Rui Barbosa, era um funcionário público de grande importância para o Império. Muito novo ainda, exerceu suas atividades administrativas em Sergipe e foi para o Piauí com 24 anos de idade. Saraiva, uma inteligência das mais brilhantes da história do Brasil, chegando ao Piauí, viu que Oeiras não seria ideal para a capital e resolveu mudá-la para Teresina. Esse nome é uma homenagem à esposa de Pedro II, Teresa Cristina.

Senador Augusto Botelho, ele fez a primeira capital planejada do Brasil. É o primeiro ensinamento que damos ao Brasil: Teresina é a primeira capital planejada. Teresina tem 155 anos. Belo Horizonte foi também planejada, mas tem cento e poucos anos, e Goiana tem menos ainda. Brasília tem quarenta e poucos anos, e Palmas veio depois.

Esse baiano sentiu dificuldades. Tudo isso ele fez em quatro anos, Augusto Botelho.

Tentativa primeira, os Deputados de Oeiras não permitiram. Então, ele fez política e elegeu, com a sua liderança, a maioria, que permitiu essa mudança. Um dos discursos dizia o que seria gasto. Senador Cícero Lucena, o estadista Saraiva disse que não há nenhum gasto, quando a perspectiva é de grandeza e de riqueza, o futuro.

Ele a colocou mesopotâmica, entre dois rios: Poti e Parnaíba – que nos separa do Estado do Maranhão. Esse homem era tão inteligente, que tinha um mestre-de-obras. Cícero Lucena – V. Ex^a conhece demais o Estado, tem raízes no Piauí e amor a ele –, a Teresina de Saraiva é aquela que vai do Parnaíba à Igreja de São Benedito, que era um monte ali no Carnac.

Então, apesar de não ter engenheiro, tinha um prático mestre-de-obras europeu. Vê-se aquela parte antiga – que não é antiga, mas nova, pois tem 155 anos. Esse tempo em cidade é comparado a uma debutante, é uma jovem de 15 anos. Cícero Lucena, vai do rio Parnaíba até a Igreja São Benedito, ao lado do Carnac. Terminava ali. Tudo foi traçado por Saraiva, essa inteligência, em quatro anos.

Vê-se a quantidade de praças bem arruadas, de parques e tal.

Um homem de uma visão extraordinária! E por que ele fez Teresina? Atentai bem. Dizem aí... Ele devia... Todas as capitais do Nordeste são no litoral; Teresina, ele a fez como Deus fez o corpo humano: botou o coração no meio do Estado.

O litoral não era do Piauí. O litoral era do Ceará. Depois, o Governador Firmino Souza trocou-o por Crateús. Mas por que ele fez?

A navegação do rio Parnaíba era necessária e tinha uma cidade muito pujante do Maranhão: Caxias. E ele disse que Caxias ia engolir comercialmente o Piauí. Caxias é bem mais velha do que Teresina. E hoje você vê Teresina e Caxias.

Conheço muitas cidades do mundo, ô Efraim. Poucas, em pouco tempo, chegaram ao desenvolvimento cultural.

Outro dia o Colégio Dom Barreto, de Teresina, foi tido como o melhor colégio do Brasil.

Quero dizer que sou cirurgião há quarenta anos. Eu vi nascer a cirurgia cardiovascular. Eu vi, no Rio de Janeiro, que se operava errado, Cícero Lucena. Meu mestre, Professor Mariano de Andrade, cirurgião geral, fazia também cardiovascular. Morria muita gente. Eu até brincando, Augusto Botelho, tinha CTI, naquele tempo era CTI, e eu acompanhava o pós-operatório – como morria! – eu dizia: CTI – companhia de transporte para o inferno.

Eu vi nascer a cirurgia cardiovascular.

De tanto morrer, os clínicos do hospital, os servidores do Estado mandaram buscar o Zerbini. Pegaram trinta doentes, Augusto Botelho, e não veio o Zerbini. Veio um homem grandão, desajeitado; era o Adib Jatene. Eu o auxiliei como médico residente. Um êxito total! Eu vi nascer.

Mas o que me impressiona, Cícero, é a inteligência do povo do Piauí. Dez anos depois se fazia cirurgia cardiovascular no Piauí com êxito. No Piauí, hoje, se faz transplante cardíaco com êxito. Poucas capitais do Brasil fazem, ô Augusto Botelho, transplante cardíaco. Por quê? Pelo seguinte: na era Vargas, de 1930 a 1945, ele saiu colocando tenentes como interventores do Brasil todo. No Maranhão, no Ceará, e no Piauí não deu certo – tenente cearense –, e continuou em seu governo um médico, Leônidas Melo, que fez o maior hospital regional do Norte-Nordeste para a época. O hospital recebeu o nome de Getúlio Vargas. Então, deslanchou a medicina piauiense.

O que eu queria dizer é que essa Teresina, encantadora, um pólo cultural, sem dúvida tem tido extraordinários prefeitos, ao longo de sua história: Joel Ribeiro, Freitas Neto, Wall Ferraz, Jesus Tágira,

Bona Medeiros, Francisco Gerardo e esse extraordinário último prefeito Firmino Filho, que dirigiu por oito anos. Convivi com esses três e fizemos muitas parcerias que floresceram, tanto com Wall Ferraz, como com Francisco Gerardo e Firmino Filho.

De tal maneira que hoje nos orgulhamos da nossa capital. Para lá, Augusto Botelho, vão doentes do Maranhão, do Tocantins, do Ceará. É um pólo médico, é um pólo de engenharia.

Teresina, ô Efraim Moraes, eu governava o Estado quando um Presidente do PMN foi nos visitar com a esposa. Esse pequeno partido me apoiava e o recebi. Atentai bem, Efraim Moraes, V. Ex^a que é engenheiro. O Presidente disse: Governador, você já viu como são bonitas as construções de Teresina, as residências e os edifícios? Aquilo me chamou atenção porque já andei no mundo. Quer dizer, não é só o desenvolvimento dos médicos, não, mas dos arquitetos e dos engenheiros. Aí eu passei a olhar. É um pessoal de uma arquitetura extraordinária!

E assim se desenvolveu Teresina, e eu, orgulhosamente, convivi com estes três extraordinários prefeitos. Respeitei os que os antecederam, mas administrei junto com Wall Ferraz, com Francisco Gerardo e com Firmino Filho, e construímos muito. Eu diria que a obra que transformou Teresina... Ô Flexa Ribeiro, Pe. Antônio Vieira disse: “um bem sempre vem acompanhado de outro bem”. Então, resolvi fazer o Sistema Sanear, esgoto sanitário em Teresina. Com a nossa formação

médica, eu visava diminuir a mortalidade infantil. De repente, quando vi, ela se verticalizou. Teresina tem 400 quilômetros de esgoto construídos por nós – poucas capitais têm.

Um dia, Efraim, fui convidado pelo Diretor-Presidente da Construtora Moana, para ir à inauguração de um edifício de 26 andares – eu não queria ir porque era uma obra de iniciativa privada. Ele disse: “Pois só começa quando o Governador chegar”. E eu cheguei. Ô Raupp, ele disse: “Isso aqui só é possível porque o Governador fez o Projeto Sanear. Ninguém ia fazer 80 fossas num fundo de quintal”. Nós inspiramos empresários a construir, e entraram na era dos *shoppings*.

Além de diminuir a mortalidade infantil, houve a verticalização – esses edifícios bonitos, e trabalho.

Uma ponte, Wall Ferraz, que o nosso governo fez em 87 dias. E o Presidente Luiz Inácio prometeu que nos 150 anos de Teresina faria uma ponte do lado – já se passaram cinco anos e não faz; com Governador do PT e tudo.

Um anel viário para entrada de Teresina, que se comunica com as cidades do sul; o Pronto-Socorro de Getúlio Vargas; 12 conjuntos habitacionais; construímos um complexo, por assim dizer, na defesa de cidadania para os pequenos meninos de rua terem uma orientação; a construção da sede do Detran; a Uesp – Universidade Estadual do Piauí. Implantamos 50 cursos-sede em Teresina – Faculdades de Medicina, de Engenharia, de Fisioterapia e Direito. A capital do Piauí transformou-se num pólo universitário. Água potável para todos os bairros de Teresina; a Luz Santa que seguia para os que não podiam pagá-la, e conseguiram, bem como a eletrificação da zona rural; construção do Corredor de Turismo – Clube do Diário, Teatro 4 de Setembro, Praça Pedro II; foi reconstruído o Centro Artesanal e reforma de todas as escolas – e não tinha o Fundef. Modernização de todos os hospitais, que depois entregamos, alguns deles, os da periferia, ao Governo Municipal. Incentivos fiscais que tornaram possível o nascimento de distritos industriais, construídos pelo Firmino Filho, Prefeito na época. Reconstrução do Estádio Verdinho – pólo esportivo que tinha tombado; laboratórios médicos; orfanato modelo na vida operária; Penitenciária São Guido; restaurantes, pioneiros da alimentação da população pobre, o Sopa na Mão, modelo do nosso Governo copiado por Mário Covas e Anthony Garotinho. Palácio da Defensoria Pública. Então, são essas obras que hoje embelezam e estruturam Teresina.

Nós estamos neste momento de festa. Estive ontem lá. O jornalista Nelito Marques, que é um Ibrahim Sued da nossa capital, fez uma festa tão bela que contou até com a presença da Miss Brasil. Nelito Marques

outorgou vários prêmios a personalidades que fazem o crescimento de Teresina. Eu e Adalgisa, Augusto Botelho, com muito orgulho, recebemos pelo jornalista um troféu reconhecendo o casal que faz política com decência. Troféu Genu Moraes, uma senhora filha de Governador que, sem dúvida alguma, ao longo dos anos, com a sua inteligência, engrandece o Piauí.

Queremos, neste dia, orgulhosos de Teresina, lembrar ao Presidente da República os seus compromissos com a nossa capital. A ponte do sesquicentário de Teresina. Dizia Luiz Inácio que era para comemorar os 150 anos, mas já está fazendo 155 anos. No mesmo rio, fizemos uma ponte em 87 dias; Heráclito fez uma em 100 dias.

E o Governo de Luiz Inácio, com o Governador, cinco anos só na roubalheira; só tem o esqueleto da ponte.

O Hospital Universitário – Trindade, grande Líder do PT, acho, que, de tanto lutar, morreu traumatizada pela enganação do seu Partido e foi para o céu. No Hospital Universitário, iniciado pelo Presidente Sarney, funciona só um ambulatório; não tem um leito.

O Pronto-Socorro de Teresina, iniciado por Heráclito Fortes, que foi um extraordinário Prefeito de Teresina, concluído por Firmino Filho, e o Governo Federal ficou de assinar os convênios... Heráclito era Prefeito de Teresina, e eu, de Parnaíba – 1989, 1990.

Um pré-metrô parado, que vi Luiz Inácio prometer.

E pior, a estrada de ferro central do Piauí.

Mário Couto, olha, ninguém deve mentir. Luiz Inácio foi lá, nas vésperas da eleição, pegou Alberto Silva, aquele Senador a quem todos nós, carinhosamente, respeitamos. Ele foi até Conselheiro da República, governou o Estado. E o Alberto...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ... é engenheiro. Augusto Botelho, como nós nos entregamos à Medicina, à ciência da saúde, ele se entregou à Engenharia. Ele é engenheiro ferroviário, primeiro emprego seu, e Luiz Inácio disse que ia colocar os trens para funcionar.

Olha, foi lá, nas vésperas da eleição, na minha cidade de Parnaíba. Eu vi o trem cheio, ouvi os apitos, “pu-pu”, e o homem ganhou a eleição, ganhou os votos, levou tudo e levou até Alberto Silva com o meu MDB. Levou, Raupp! Ele ia ser candidato.

Quanto tempo já faz essa eleição? Isso foi antes da eleição. Ô, Luiz Inácio! Olhe esse negócio. Não fica bem um Presidente mentir. Vossa Excelência disse, Vossa Excelência falou.

Senador Augusto Botelho!

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Dois minutos para V. Ex^a concluir.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – V. Ex^a sabe o que é um dormente? Aquele pau que fica em cima dos trilhos. Não trocaram nem um dormente. Ganham a eleição, levaram.

E aquele Projeto Sanear, do qual me orgulho, que diminuiu a mortalidade infantil, que deu trabalho?

Nós construímos 400 quilômetros. Diz o outro que verticalizou Teresina; só ficou do jeito que está. Eles têm o Governo Federal... Não chegou aos pobres, aos bairros mais distantes – como eu chorava.

Então, nós viemos, aqui, cantar e exaltar, orgulhosos, por aquela gente que trabalha, o povo de Teresina e lembrar ao Luiz Inácio a sua dívida com a nossa capital.

E salve Teresina, primeira capital planejada deste País!

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro e, a seguir, ao Senador Valdir Raupp, pela Liderança.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente Augusto Botelho, Srs. Senadores, venho hoje à tribuna para falar sobre um assunto que, em breve, todos estaremos debatendo. Já foi iniciada a votação na Câmara dos Deputados e, em seguida, virá para o Senado Federal o projeto relativo à CPMF.

Senador Mário Couto, ao falar da CPMF, quero inicialmente parabenizar o Governo do Presidente Lula, pelo resultado inédito obtido. Poderíamos até usar aquele jargão: nunca dantes na história deste País houve tanta arrecadação como o que se verificou.

Senador Wellington Salgado de Oliveira, V. Ex^a, como grande defensor e importante representante da Base do Governo, está de parabéns, porque verificamos, e a imprensa noticiou, que a receita do Governo Federal teve um incremento, no primeiro semestre, da ordem de 13% em relação ao mesmo período do ano passado.

Presidente Mão Santa, V. Ex^a há poucos fez referência às obras do seu Piauí. Não será por falta de recursos que o Governo Federal deixará de fazer as obras tanto no Piauí, quanto na Paraíba, Rondônia, Pará, Roraima, São Paulo, Pernambuco – do Senador Sérgio Guerra –, porque recursos existem. O que está faltando é competência para que o Governo transforme seus projetos, seus diversos planos, em realidade.

Mas, voltando aos números, como eu disse, o superávit primário do Governo Federal, no primeiro semestre deste ano, teve aumento de 13% em relação a 2006, o que alcança algo em torno de R\$43,7

bilhões. Se computarmos, no superávit, os governos estaduais, municipais e as estatais, esse superávit alcança R\$71,6 bilhões. Isso, Senador Cícero Lucena, corresponde – e é bom que a Nação brasileira tome conhecimento – a 75% da meta fixada para o ano todo, já alcançada, até junho, pelo Governo Federal.

À primeira vista, isso era motivo de comemoração. Mas, se analisarmos profundamente, Senador Augusto Botelho – V. Ex^a, que é um neopetista –, vamos deixar de comemorar para nos frustrar pela demonstração da falta de competência deste Governo em usar os recursos arrecadados em excesso em benefício da população. E o que se verifica? Verifica-se, na outra ponta, Senador Paulo Paim, que esses recursos que estão sendo arrecadados não estão sendo investidos.

Os recursos do PPI, do famoso PPI, que não têm contingenciamento, contemplam para a infra-estrutura R\$11,3 bilhões para este ano de 2007. Mas só foi aplicado R\$1,2 bilhão, Senador Valdir Raupp, Líder do PMDB, Partido de apoio à base do Governo. E estamos em agosto. Como é que de R\$11,3 bilhões só aplicamos R\$1,2 bilhão, o que corresponde a 10,6%? E o que é pior, Senador Valdir Raupp, é que houve uma desaceleração no ritmo de aplicação do PPI. Ao invés de aumentar os investimentos no PPI, está havendo uma desaceleração. O Governo gastou, em maio, R\$295 milhões; e, em junho, R\$195 milhões, uma redução de 33,8% na aplicação do PPI, que não tem contingenciamento.

Vamos mais adiante: todos os investimentos federais previstos para 2007 correspondem a R\$31,3 bilhões. E sabem quanto foi gasto até agora, Senadores Valdir Raupp e Mário Couto? R\$7,34 bilhões, ou seja, 23,5%.

Estamos praticamente no último quadrimestre. O que vai ocorrer? Vai ocorrer o que tem acontecido nos anos anteriores. Em novembro e dezembro, Presidente Mão Santa, o Governo Federal vai fazer os empenhos de forma açodada, de forma apressada, até criando, como fez em 2006, uma rubrica cuja existência eu desconhecia, pois eu só sabia que havia restos a pagar. No ano passado, no entanto, houve empenho até para restos a fazer. Eram obras que não tinham nem sido iniciadas. Fizeram-se empenhos para essas obras, exatamente para não perder o orçamento.

Isso mostra, portanto, a falta de competência do Governo para fazer investimentos. Há excesso de arrecadação, recursos, mas não há projetos para aplicar.

Senador Mário Couto, a Governadora do nosso Pará, Ana Júlia Carepa, esteve no Palácio do Planalto, juntamente com outros Governadores, e, numa cerimônia muito bonita, como todas são, com destaque na mídia, foram direcionados recursos extraordinários

para o Pará na ordem de R\$700 ou R\$800 milhões. No entanto, nós, a maioria dos Senadores amazônidas, sabemos que, na Amazônia, somente se trabalha no verão. Senador Valdir Raupp, V. Ex^a, que é de Rondônia, sabe disso. Estamos em pleno verão. Daqui a dois ou três meses começa o nosso inverno. Então, lamentavelmente, Senador Mário Couto, esses recursos do PAC não vão chegar ao Pará, porque vai ser preciso fazer a licitação, vai ser preciso fazer a contratação e até que isso se complete, chega o “General Inverno” que não vai permitir que as obras sejam feitas. E o Pará vai ficar fora do PAC em 2007. Por quê? Porque somente agora, em agosto, foi feita a cerimônia de assinatura dos convênios, especificando o que seria aplicado no Pará na área de saneamento e de habitação.

E, nesse contexto, quero me referir a algo que está em pauta, Senador Valdir Raupp, Senador Paulo Paim, e que temos de discutir, que é a questão da CPMF. Eu próprio fiz uma PEC, no início da Legislatura, propondo que a CPMF fosse prorrogada e partilhada com os Estados e os Municípios.

No entanto, face à arrecadação a maior do Tesouro, que projetada para o ano todo chegará em torno de R\$40 bilhões, Senador Mão Santa, não há como defender não a prorrogação, mas a criação de um novo imposto, porque a CPMF expira...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Já que V. Ex^a está falando em prorrogação, vou prorrogar o seu tempo. Qual o tempo necessário para a conclusão do seu pronunciamento, porque o Senador Valdir Raupp está inscrito aqui como Líder do Governo?

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Do Governo não, do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – É do PMDB, é bem maior. Desculpe-me!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Se V. Ex^a me retornar o som, vou dizer que quem define a prorrogação...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Já dei cinco; tinha levado dez para fazer 15, que é o número do PMDB, do qual o Senador Valdir Raupp é o Líder.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – V. Ex^a poderia fazer o número do PSDB – 45, que daria tempo suficiente para completar o pronunciamento que preciso fazer. Mas, tenho certeza, a generosidade de V. Ex^a me dará o mesmo tempo que usa quando ocupa a tribuna.

E agradeço ao Senador Valdir Raupp que me deu a permissão para falar a sua frente, já que teria, como Líder, prioridade sobre o orador inscrito.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Permita-me um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Pois não, Senador Cícero Lucena.

O Sr. Cícero Lucena (PSDB – PB) – Senador Flexa Ribeiro, usando uma expressão muito utilizada aqui pelo eminente Senador Mão Santa, que não pode usá-la porque está presidindo agora, mas se aqui estivesse ouvindo no plenário e não na Presidência, com certeza diria: Ô Senador Flexa, atentai bem! O que se está discutindo não é a prorrogação de um imposto, mas a criação de um novo imposto, porque a CPMF tem dia e ano marcados para encerrar a sua vigência. Ao se prorrogá-la, na verdade está-se criando um imposto que passará a vigorar a partir do próximo ano. A minha opinião é que, se, eventualmente, este Congresso assim decidir, que pelo menos o faça com a justiça de compartilhamento com os Estados e Municípios, mas reduzindo a CPMF.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço ao Senador Cícero Lucena pelo aparte de V. Ex^a que enriquece o meu pronunciamento.

Concedo um aparte ao Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Senador Flexa Ribeiro, primeiro quero parabenizar V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento de hoje à tarde, neste Senado. Com relação ao nosso Pará, Senador Flexa Ribeiro, lamento muito que essas obras do PAC e também as obras que estão paradas no Pará ainda vão ter que esperar algum tempo. Lamento demais isso. Já falei sobre esse assunto várias vezes dessa tribuna e tenho certeza que V. Ex^a pensa como eu penso. Não queremos inaugurar as obras não, queremos festejar a inauguração delas. Lá no palanque, tenho certeza que V. Ex^a não faz a mínima questão de estar, nem eu, mas queremos que essas obras saiam, para o crescimento do nosso Estado, obras que estão prometidas há muitos anos, inclusive pessoalmente pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A CPMF, sobre a qual V. Ex^a vai dissertar agora, é uma contribuição provisória, não é? Ela já foi renovada por várias e várias vezes; termina em dezembro; e foi feita para beneficiar a saúde. Essa contribuição provisória é aplicada na saúde, Senador? Fale sinceramente: é aplicada na saúde? Não é, Senador. Se fossem aplicados no setor de saúde deste País R\$32 bilhões, acho que estaríamos bem melhor. Temos de lamentar, por exemplo, a morte daquele garoto que não foi atendido pelos hospitais em Belém, a morte recente de um menino que não foi atendido em Alagoas. São fatos que a população está vendo, está sofrendo ao ver. Já pensou, Senador – e repito, só para concluir meu aparte –, se fosse mesmo aplicada, de verdade, toda essa arrecadação na área de saúde, sem

corrupção, a saúde brasileira estaria melhor. Por isso, parabênzo V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento, que, com certeza absoluta, nos faz meditar. Parabéns!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço, Senador Mário Couto, que defende com grande ardor o Estado do Pará.

Da CPMF, este ano, serão aplicados na saúde 40%, o que corresponde a R\$14 bilhões, outra parte será aplicada no Bolsa Família e em outros programas, e R\$40 bilhões será destinado ao pagamento de juros bancários. Ou seja, não há como defender essa prorrogação. Meu Partido, o PSDB, ainda não tomou uma posição com relação à prorrogação e à extinção da CPMF, estamos discutindo o assunto e vamos fechar questão.

Evidentemente vou acompanhar a decisão partidária, mas particularmente acho que não há argumento para que se prorrogue, ou melhor, para que se crie novamente a CPMF. Isso porque o valor da arrecadação da CPMF será coberto pelo excesso de arrecadação.

Concedo o aparte ao Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Vou ter de pedir ao nobre Presidente Mão Santa pelo menos mais dois minutos para que eu possa fazer o aparte, já que o tempo de V. Ex^a já está terminando. Mas vou usar apenas um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Já dei os dois minutos.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Nobre Senador Flexa Ribeiro, isso depende muito de quem está no Governo. A CPMF foi criada no Governo Fernando Henrique, a quem eu apoiava. Eu era Governador na época e o apoiava. A minha Bancada no Congresso Nacional...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Contra o voto do PT.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – ... a Bancada do PMDB do meu Estado apoiava o Governo Fernando Henrique.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Como é que votou o PT, Senador Valdir Raupp?

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Não sei. Isso depende muito de quem está no governo. Tenho certeza de que, se o PSDB estivesse no governo hoje, prorrogaria a CPMF. Aliás, o Ministro Adib Jatene, que foi um grande Ministro da Saúde, na época do Governo Fernando Henrique, fez uma cruzada pelo País para aprovar a CPMF, dizendo que o recurso seria para a saúde. Ele ficou frustrado no final. É verdade que houve uma frustração, porque nem todo o dinheiro arrecadado com a CPMF foi para a área da saúde. Naquela época,

a arrecadação era algo em torno de R\$ 14 bilhões e hoje é mais de R\$ 30 bilhões.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – São R\$ 36 bilhões.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – São quase R\$ 40 bilhões. Realmente, se todo esse dinheiro fosse para a saúde, ela estaria, com certeza, muito melhor. Mas isso, como falei, depende muito do governo. Particularmente, sou contra a prorrogação por tempo indefinido da CPMF. Dei entrada em um projeto de lei no Senado propondo diminuir gradativamente os percentuais da CPMF – hoje de 0,38% – em 4% ou 5% ao ano, para que a perda não seja tão grande. Duro é o Governo sentir o baque da perda de R\$ 37 bilhões no Orçamento. Realmente, é muito complicado. A minha proposta é prorrogá-la por dois anos nos moldes em que está e, a partir daí, colocar-se um redutor, para que termine talvez no final do outro Governo, não mais no Governo Lula. Seria justo para a população brasileira diminuir a carga tributária, mas não seria justo tirar do Governo, de uma vez só, R\$ 37 bilhões, principalmente num momento de crise internacional. Seria até temerário. Obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Senador Valdir Raupp, agradeço o aparte de V. Ex^a, que dá os argumentos do Governo pela não-extinção da CPMF. Aí eu perguntaria a V. Ex^a: O que será feito com esses R\$40 bilhões previstos de excesso de arrecadação no ano de 2007, que cobre muito além do valor da CPMF? Com o crescimento que todos nós queremos, e que o Governo anuncia que terá – e esperamos que tenha –, da economia brasileira, a tendência é a de que essa arrecadação continue aumentando.

Então, em 2008, vamos ter um excesso de arrecadação maior do que a que tivemos ao longo do tempo. Não há como o Governo justificar que não pode perder R\$35 bilhões, se ele recebe da sociedade mais do que isso.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Antes de conceder, pela generosidade, o aparte ao Senador Mozarildo, eu só quero, Senador Valdir Raupp, dizer que, lamentavelmente, o que acontece é que esses R\$40 bilhões de excesso de arrecadação estão sendo gastos pelo governo de forma incorreta, porque houve aumento de 12,7% no custeio da máquina pública. Nenhum país tem 37 ministérios!

Há pouco eu estive na Embaixada da Suíça e o embaixador, no discurso, se não me falha a memória, disse que a Suíça tem 7 ministérios. O Brasil tem 37! E daqui a pouco vai criar mais um, se precisar cooptar mais um partido político.

E, lamentavelmente, Senador Valdir Raupp, Senador Paulo Paim, os gastos com os cartões corpora-

tivos do governo aumentaram. Eu vou dar os números para o Brasil todo tomar conhecimento, se é que não tem, Senador Mozarildo.

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já concluo, Senador Mão Santa.

Eu diria atentai, como V. Ex^a usa. Em 2004, o Governo gastou com cartão corporativo R\$14 milhões; em 2005, R\$21 milhões; em 2006, Senador Valdir Raupp, R\$33 milhões – olhe o crescimento; em 2007, Senador Mozarildo, até agora, 7 meses, já gastou R\$45 milhões. É por aí que vai o excesso de arrecadação, o esforço da sociedade brasileira, que já não suporta mais essa carga tributária, que diminui a competitividade dos nossos produtos com relação aos importados de outros países.

com relação aos importados de outros países. E desses 45 milhões do cartão corporativo, 36 milhões foram saques...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está na metade dos 45. A gente chega lá.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Saque em dinheiro na boca do cofre, como se diz.

Eu vou concluir. Tenho outras observações a fazer e as farei na próxima semana.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – V. Ex^a me concede um aparte? Será apenas um minuto.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já concedo o aparte. Sobre a questão do resultado dos bancos. A rentabilidade dos bancos brasileiros supera a dos americanos. É maior do que o de qualquer banco de qualquer país do mundo.

Isso em termos privados, porque o Banco do Brasil diminui a sua rentabilidade como a Petrobrás. Mas esse é um assunto sobre o qual farei novo pronunciamento na próxima semana.

Pela generosidade, não posso deixar de conceder um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti, para encerrar o meu pronunciamento.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – E serei sucinto. Quero apenas dizer que, como médico – como também o são o Senador Augusto Botelho e o Senador Mão Santa –, fiquei muito feliz quando a CPMF foi criada, para os recursos serem investidos na saúde, e até quando foram estendidos para a segurança. No entanto, onde menos se aplica é em saúde e em segurança. Não podem utilizar como argumento a crise, pois o pedido de prorrogação existe há muito tempo, muito antes da crise. Ou seja, a intenção de prorrogar não tem nada a ver com a crise. Temos de

discutir seriamente essa questão. Não tenho opinião acabada, mas, como a maioria dos brasileiros que refletem sobre esse tema, sou contrário. O controle do caminho dos cheques é interessante para o Poder Público e para o povo, mas essa taxa é paga, absurdamente, por quem menos ganha, porque quem mais paga é quem menos ganha!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É verdade, é o imposto perverso para aqueles que menos ganham, porque é em cascata e já representa hoje 1,5% do PIB brasileiro, a CPMF.

E mais, Senador Mozarildo Cavalcanti, o Governo não pode argumentar com a crise, porque o Presidente da República diz que o Brasil não será afetado; o Ministro da Fazenda diz que o Brasil não será afetado; e todos nós brasileiros esperamos que o Brasil não seja realmente afetado. Então, não vamos trazer a crise dos países de fora para dentro do Brasil com relação à CPMF.

Se Deus quiser, a nossa economia vai ter condições de suportar essa marola, que está começando a acontecer, a primeira nos quatro anos e meio do Governo do Presidente Lula, graças a Deus.

Era o que tinha a dizer e agradeço a generosidade do Presidente Mão Santa que, atendendo a um apelo, nos concedeu o mesmo tempo que costuma usar nos brilhantes pronunciamentos que aqui faz.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Líder do PMDB, Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, é um grande prazer anunciar a este Plenário que foi aberto, junto ao Ibama, no dia 28 de junho último, processo visando à obtenção de licenciamento ambiental para a Usina Hidrelétrica de Tabajara – mais uma, Senador Augusto Botelho e Senador Mozarildo Cavalcanti, na Amazônia –, que aproveitará potencial hidrelétrico localizado no rio Ji-Paraná, em Rondônia.

É mais uma boa notícia para o Estado de Rondônia e, certamente, para todo o Brasil, notícia essa que se vem somar aos desdobramentos positivos recentemente registrados em relação aos megaempreendimentos hidrelétricos de Santo Antônio e de Jirau, no rio Madeira, ambos já possuidores de licença ambiental prévia do Ibama.

Aos poucos, vamos vencendo a resistência e aprovando licenciamentos ambientais. Primeiramente

te, foi o licenciamento do gasoduto Urucu-Porto Velho; mais recentemente, o licenciamento das usinas do rio Madeira, Jirau e Santo Antônio, com aproveitamento de mais de 6,5 mil megawatts de energia; e, agora, esse licenciamento no meu Estado de Rondônia, a que me referi. São os aproveitamentos da Amazônia sendo reconhecidos pelo Governo Federal.

A capacidade prevista para a Usina Tabajara, que será localizada no Município de Machadinho do Oeste, é de cerca de 350 megawatts. Ainda há, Sr. Presidente, um segundo aproveitamento no mesmo rio de mais 150 megawatts. Na verdade, era um projeto antigo que visava à construção de uma usina de 500 megawatts, que foi impedido, porque alagava um pequeno percentual de uma reserva. Foram anos sem que fosse levado adiante. Agora, vem à tona a crise de energia elétrica no mundo e no Brasil, e há o aproveitamento do rio Machado no Estado de Rondônia.

Aos poucos, Sr. Presidente, vai sendo montado um quadro promissor para a geração de energia em Rondônia. Embora muito reste por fazer, apesar das resistências que ainda é necessário superar, a batalha pelo desenvolvimento do Norte do País vai sendo vencida. Com muito trabalho, com muita paciência, vai sendo vencida a descrença daqueles que não aceitam os princípios do desenvolvimento regional como fundamentos maiores de nossa Federação.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o potencial hidrelétrico do Norte do País, na forma com que foi assumido, inclusive como premissa do PAC, é a grande saída para evitar que a energia se torne um obstáculo insuperável ao crescimento de nossa economia nos próximos anos. Sabemos que, se não acelerarmos a construção de usinas hidrelétricas, de termoeletricas a gás e eólicas e de outros meios de geração de energia, enfrentaremos sérios problemas para o crescimento do nosso País.

É por esse motivo que desejo parabenizar o grupo empresarial que promoveu o levantamento da Cachoeira Tabajara, formado pela Eletronorte, por Furnas e pela Construtora Queiroz Galvão. O estudo, é importante mencionar, já foi aprovado e registrado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Desejo também parabenizar os habitantes do nordeste rondoniense pelas perspectivas que se abrem, a médio prazo, de contarem, em sua região, com um empreendimento que, além de importante para o nosso Estado e para o Brasil, com certeza, trará consigo um conjunto significativo de oportunidades, na criação de empregos e de riqueza locais. Distingo, especialmente, os meus concidadãos de Machadinho do Oeste, Município estratégico para Rondônia, uma vez que está

situado nas divisas com os Estados do Amazonas e do Mato Grosso.

Parabenizo, finalmente, Sr. Presidente, aqueles que, no Governo, no Parlamento e na sociedade, abraçaram a causa do desenvolvimento econômico-social como prioridade nacional absoluta, sem esquecer que o crescimento equilibrado de todas as regiões do País faz parte integrante e indissociável do correto conceito de desenvolvimento de uma Nação.

Sr. Presidente, espero ter contribuído com o tempo. Encerro, aqui, nosso pronunciamento, agradecendo a V. Ex^a a generosidade. Agradeço também às Sr^{as} Senadoras, aos Srs. Senadores e, em especial, à população brasileira e à do meu Estado de Rondônia a atenção.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 132/2007 — GLDBAG

Brasília, 15 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador João Pedro para integrar como titular o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Atenciosamente, – Senadora **Ideli Salvatti**, Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Em votação a indicação do nome do Senador João Pedro para integrar, como titular, o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Declaro eleito o Senador João Pedro membro titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Concedo a palavra ao Senador Augusto Botelho, do PT do Estado de Roraima.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR).
Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)
– Muito obrigado, Sr. Presidente Mão Santa.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho a honra de anunciar, daqui da tribuna do Senado, que, finalmente, a BR-174 será recuperada na sua totalidade. Estive, hoje pela manhã, reunido com o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, e, como representante de Roraima, tenho muito prazer de anunciar que o Ministro garantiu que as obras de recuperação total da BR-174 – não se trata apenas de tapa-buracos –, tão importante para o desenvolvimento de Roraima e

para o povo do Amazonas, que a utiliza para o turismo, começarão até 2008.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, o Governo já autorizou o Departamento de Infra-estrutura e de Transportes Nacional (DNIT) a contratar os estudos de viabilidade econômica nos moldes do Programa Crema – que vou explicar mais na frente –, para que a BR-174 seja recuperada em toda a sua extensão na região, de Manaus (AM) a Pacaraima (RR).

O Programa Crema é um instrumento diferenciado de contratação de obras pelo Dnit: ao disputar essa licitação, as empresas fornecedoras se propõem e assumem compromisso contratual de fazer não apenas o serviço de restauração da rodovia, como também os serviços de manutenção, de conservação do pavimento por um período de cinco anos, o que garante que a empresa faça o serviço com seriedade, porque terá de responder pela manutenção do pavimento. Em nossa região, chove muito, e, se a empresa não fizer o serviço com seriedade, o asfalto não durará o bastante.

Sr. Presidente Mão Santa, Senador Mozarildo Cavalcanti, o povo de Roraima não agüenta mais os retoques na BR-174. A situação é tão constrangedora, que o apelido da BR-174 é “obra sorrisal”, porque derrete no primeiro pinga de chuva que cai. Por isso, pedi ao Ministro que autorizasse a contratação do novo projeto de recuperação da estrada dentro desse Programa, porque acredito ser a única solução para resolvermos o problema. Com isso, mais do que restaurar a rodovia, garantiremos a manutenção sistemática da BR-174 por um período de, no mínimo, cinco anos.

O Dnit já está trabalhando para licitar o projeto executivo das obras de recuperação da BR-174 ainda neste ano, para que tais serviços possam ter início em 2008. Vamos fazer a licitação para entrar no Programa Crema, para que a estrada seja recuperada e para seja feita a manutenção pela mesma empresa.

Outra boa notícia para o povo de Roraima é a de que, enquanto trabalha no projeto de restauração, o Ministério dos Transportes já determinou a tomada de providências necessárias ao restabelecimento dos serviços de conservação da BR-174 no trecho do Estado do Amazonas. Há alguns dias, eu disse que recebi reclamação dos caminhoneiros de que o trecho estava intransitável – e ainda está assim. Em alguns trechos, os caminhões precisam ser puxados por trator, porque a empresa havia abandonado a obra e não a reiniciou até agora.

No início de agosto, o Dnit rescindiu os contratos para manutenção dos trechos de Manaus a Presidente Figueiredo e de Presidente Figueiredo até a área indígena Atroari, ambos celebrados com uma empresa que perdeu a capacidade de executar os serviços. Neste

momento, cumpre-se a exigência legal de garantir à empresa o prazo de cinco dias para apresentar seu recurso ou sua defesa. Passada essa etapa, serão chamadas as empresas que participaram da licitação no passado e que ficaram em segundo e terceiro lugares. Uma delas assumirá os trechos e retomará os serviços de manutenção da rodovia, restabelecendo as condições de tráfego e a segurança para os usuários na região.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Augusto Botelho, V. Ex^a labora muito bem ao falar, neste pronunciamento, de uma das questões mais importantes do Estado, que é nossa espinha dorsal, a rodovia BR-174, que corta o Estado de norte a sul, ou de sul a norte, de Manaus, onde há o maior fluxo de transportes, até a Venezuela. Essa estrada foi construída aos trancos e barrancos. Na verdade, esse projeto que V. Ex^a está abordando, a respeito do qual conversou com o Ministro dos Transportes, é importante, mas sabemos que, como na Medicina, uma coisa é o tratamento paliativo; outra, o tratamento radical e duradouro. A BR-174 necessita de um recapeamento completo, bem-feito e de qualidade, mas é evidente que, enquanto não se consegue realizar o trabalho definitivo, não se pode ficar sem se fazer nada. Então, quero unir-me ao pronunciamento de V. Ex^a, ao esforço que faz, para que o Ministro Alfredo Nascimento, que é amazônida, resolva essa questão da BR-174, que interessa ao Amazonas, Estado do Ministro, e ao nosso Estado, Roraima.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador. Incorporo seu aparte ao meu pronunciamento.

O Ministro me assegurou isso e disse-me que eu poderia falar que S. Ex^a vai fazer, realmente, a recuperação da rodovia, não somente a conservação, o tapa-buracos. Onde os leitos da estrada estiverem com defeito, o asfalto deverá ser arrancado, e a base da estrada, refeita e recuperada. Essa é uma obra que vai demorar e que será cara, mas que é necessária, porque, inclusive, os produtos da Zona Franca são levados, por meio dessa estrada, para o Caribe e para a Venezuela.

Sr. Presidente Mão Santa, a expectativa do Dnit é a de que os serviços de conservação possam ser reiniciados em, no máximo, 15 dias – a conservação convencional, de tapa-buracos e de recuperação da estrada de forma precária. O Ministério dos Transportes planeja investir, ainda neste ano, R\$4 milhões para a recuperação da estrada nesse trecho.

Espero que o sonho do povo de Roraima de ter uma estrada com bom trânsito e com bom transporte torne-se realidade. Estradas ruins aumentam os custos do transporte, já que os caminhões cobram mais caro, e as pessoas que viajam de carro têm prejuízos com a parte mecânica. Assim, isso é algo muito importante para o meu Estado. Sei que o Ministro Alfredo Nascimento, como amazônida, quer fazer melhorias, para que seus conterrâneos possam passar férias no Caribe e na Venezuela. Por isso, fará essa estrada dentro dos padrões exigidos pela moralidade, pelo Estado de Roraima e pelo povo.

Muito obrigado, Senador Mão Santa, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, como último orador desta sessão de 16 de agosto, quinta-feira.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, no momento em que se fala no caos aéreo e nos acidentes que envolveram aviões da Gol e da Tam – o último deles com cerca de 200 mortos –, eu, que já fiz desta tribuna o meu discurso de solidariedade a todos os familiares, quero falar de uma outra tragédia não somente anunciada, mas permanente nas rodovias brasileiras. Quero falar sobre a violência no trânsito.

É possível que as gerações futuras venham a avaliar a nossa época como a que inaugurou a banalização da tragédia humana. A tragédia, é bem verdade, sempre se constituiu em companheira de jornada do homem no decurso de sua história, mas nunca foi banal.

O desenvolvimento industrial do Século XX propiciou, com certeza, o aumento considerável, Senador Mão Santa, da frota de veículos em circulação em todo o mundo. Os sistemas viários e o planejamento, em geral, não conseguiram acompanhar o aumento do volume de tráfego. Dessa maneira, a qualidade de vida, principalmente nas grandes cidades, ficou prejudicada, contribuindo para o aumento da agressividade dos motoristas e para o aumento da violência no trânsito.

Os acidentes de trânsito surgem, então, como um importante problema social e de saúde, podendo ser considerados uma grave epidemia do Século XXI.

Sr. Presidente, de forma surda e silenciosa, uma tragédia de imensas proporções também se desenvolve diariamente. A pressa e a competição da vida moderna, aliadas à má qualidade dos meios de transportes coletivos na maioria das cidades, fizeram com que as pessoas optassem pelo meio de transporte individual, o que agrava os problemas do trânsito urbano.

O trânsito do Brasil, por exemplo, é considerado um dos piores do mundo. Em 1997, houve mais de 38 mil mortos e 460 mil feridos, num total de 2,1 milhões de acidentes de trânsito, conforme informações do Denatran. Trata-se de umas principais causas de óbito no País e representa, assim, um grave problema de saúde pública, não somente pela perda de vidas e pelas seqüelas, mas também pelos custos diretos e indiretos, que causam um importante ônus para a sociedade.

Segundo estimativas feitas pela Organização Mundial de Saúde, morrem no trânsito, anualmente, em todo o Planeta, cerca de 1,2 milhão de pessoas. É quase a população da minha capital, Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Ocorrem mais de duas mortes a cada minuto, sem se contar a quantidade ainda maior de pessoas que sobrevivem aos acidentes e ficam com seqüelas graves, que deixarão marcas por toda a vida.

No curto lapso de tempo que levarei para pronunciar o meu discurso, mais de 30 pessoas terão morrido no trânsito, sendo que um terço será composto por jovens entre 10 e 24 anos. Quase uma outra centena portará, daqui por diante, graus variados de invalidez ou de redução de capacidade corporal, que marcarão suas histórias, suas vidas e as de seus familiares.

No Brasil, a taxa nacional de acidentes é superior à média mundial. Além disso, vem crescendo de forma significativa nos últimos anos: cerca de 9% no último triênio, segundo alerta recentemente feito pelo próprio Ministro da Saúde, José Gomes Temporão.

O Ministro da Saúde divulgou, ainda, que o número de vítimas fatais nas estradas e nas cidades subiu de 32.700, em 2003, para quase 36 mil, em 2006.

Neste ano, apenas sob a responsabilidade do SUS, foram feitas mais de 123 mil internações decorrentes de acidentes de trânsito, a um custo de cerca de R\$120 milhões. A maioria dessas internações decorreu de atropelamentos, que corresponderam a 41.500 casos, e de acidentes com motocicletas, com 34.800 casos.

Entre as vítimas fatais, 45% tinham entre 20 e 39 anos. Morreram no auge da vida, quando certamente mais falta farão às suas famílias, em primeiro lugar, assim como aos seus amigos e ao conjunto da sociedade brasileira, num outro nível de abordagem.

Assim, reveste-se de especial importância a iniciativa da Igreja Católica em divulgar, em âmbito mundial e por iniciativa do Vaticano, um documento no qual são definidos os *Dez Mandamentos do Trânsito*. É uma idéia feliz, oportuna, aproximar esses novos mandamentos daqueles dez originais, entregues por Deus a Moisés, no alto do Monte Sinai, como símbolo de vida, de esperança e da aliança divina firmada

com os homens e as mulheres, como diria Jesus, de boa vontade. Precisamos, realmente, nesta luta, de um símbolo, de uma imagem forte, capaz de mobilizar os ânimos e afugentar a banalidade da violência. Daí resulta a relevância de darmos voz e visibilidade a essa bandeira de combate à violência no trânsito.

Nós todos devemos lembrar o primeiro mandamento, que não se deve matar. E é exatamente isso que estamos fazendo nas ruas e nas estradas: matando o nosso semelhante.

Devemos lembrar que as estradas servem para ligar os homens uns aos outros, como instrumento de aproximação e de encontro, não como via de separação, de morte e de distância; que a prudência, o respeito e a cortesia são valores universais, principalmente no trânsito, como salvaguarda da segurança dos mais vulneráveis ou daqueles que viajam ao nosso lado; que somos responsáveis uns pelos outros, em especial no caso das vítimas que necessitam de socorro, como também das famílias dos acidentados.

Pessoas não habilitadas não podem conduzir veículo, principalmente os mais jovens. Não se pode beber e dirigir. Não se pode, sob o efeito do álcool ou das drogas, tirar vidas ou deixar seqüelas em seus semelhantes.

Finalmente, Sr. Presidente, quero terminar dizendo que são muitos os horrores do mundo contemporâneo. Não há quem não se comova profundamente com episódios brutais que compõem a lista infundável das violências praticadas em nossa história mais recente: os massacres na África, o sangue que jorra há décadas dos conflitos no Oriente Médio e os atos de terrorismo que, infelizmente, testemunhamos há muito pouco tempo na América do Norte e também na Europa.

Mas nas ruas e nas estradas do Brasil, a cada mês, morre a mesma quantidade de pessoas que morreram no ataque, em 2001 – somente como exemplo –, às torres gêmeas, na cidade de Nova Iorque.

Feitas as contas, Sr^{as} e Srs. Senadores, a mortandade no trânsito brasileiro significa mais do que o dobro – repito: mais do que o dobro – da média de vítimas feitas anualmente pela guerra no Iraque. Ou seja, morrem mais brasileiros no trânsito do que aqueles que morreram durante todo o ano na guerra do Iraque.

A desvalorização da vida em nossas cidades e estradas acarreta, em números médios, não apenas um, mas, volto a afirmar, duas vezes os efeitos devastadores daquela que é, certamente, a maior frente de batalha em curso, hoje, em todo o Planeta. Sem contar as mutilações, incapacitações, deformações e traumas psicológicos decorrentes do envolvimento em acidentes de trânsito.

O silêncio que cobre toda essa violência tem de parar. E começa pela recuperação das nossas estradas. É preciso repensar a relação que a nossa sociedade formou com o automóvel, refletir sobre os meios mais adequados de transporte público. Individualmente, socialmente, politicamente, é preciso recuperar a sanidade e descobrir os caminhos que nos tragam de volta um trânsito mais humano e solidário.

Seria oportuno reabrir essa discussão e mobilizar todo o País: pais, mães, enfim, mulheres, homens, educadores, estudantes, trabalhadores, sindicatos, especialistas, leigos, indivíduos, associações. Em suma, povo, Governo e Nação.

Sr. Presidente, finalizo esta minha intervenção, referindo-me a um dos Dez Mandamentos do Trânsito que não havia, ainda, feito menção. Trata-se de promover um grande debate com todos os envolvidos em acidentes, para que reconheçam seus erros e, como consequência, buscar os meios de reparação e o perdão das vítimas. Refletir sobre os descaminhos, procurar o reparo, pedir perdão e perdoar são, sem dúvida, exemplos notáveis dos grandes princípios que regem a ética da vida de todo cidadão.

Com relação à violência no trânsito, esse mandamento é muito mais do que apenas um princípio religioso. Ele se torna uma recomendação adequada e aplicável a toda a sociedade, para que ela possa superar a banalização do horror e da morte, para buscar uma reconciliação com princípios mais justos de convivência com o semelhante e de respeito para com a vida e o futuro.

Sr. Presidente, já falei aqui do caos aéreo, já falei, neste pronunciamento, da importância da recuperação das estradas no País. Entretanto, não falei de nenhum grande acidente ferroviário no País.

Há muitos anos, Senador Mão Santa, tive a felicidade de visitar países da Europa, em uma missão do Congresso Nacional, indicado pelo Movimento Sindical Brasileiro. Praticamente, cruzei toda a Europa de trem. E pergunto: não seria a hora de voltar nosso olhar para o transporte ferroviário? Quem sabe poderíamos cruzar o País de sul a norte, de leste a oeste, de trem?

Estamos cientes de que, no momento, os aeroportos brasileiros não conseguem atender a quantidade de homens e mulheres que querem voar; conseqüentemente, a população não recebe um serviço eficiente e de qualidade a fim de se deslocar de um Estado a outro ou mesmo em seu Estado.

As grandes cidades já possuem graves problemas de trânsito por terem suas estradas extremamente lotadas pelo grande número de veículos, pedágios com preços exorbitantes ou estradas esburacadas. A cidade de São Paulo, por exemplo, instituiu, no ano de

1997, o rodízio municipal de veículos com dois objetivos: primeiro, reduzir a poluição, ou seja, melhorar a qualidade do ar; segundo, diminuir o tráfego de veículos, melhorando o trânsito, combatendo os acidentes e evitando grandes engarrafamentos.

Sr. Presidente, está mais do que na hora de criarmos uma política de fortalecimento do transporte ferroviário. Particularmente, confesso que tenho uma grande simpatia por algumas idéias que surgiram recentemente. Por exemplo, um trem de alta velocidade para unir a cidade de São Paulo à cidade do Rio de Janeiro. Achei a idéia simpática. Por que não um trem de alta velocidade para unir Brasília a Goiás e a Minas? Por que não um trem para unir Paraná, Santa Catarina e o meu Rio Grande do Sul? E assim, sucessivamente, em todo o País. Com esses investimentos, estaríamos contribuindo para um transporte de qualidade, eficiente, seguro e reduzindo em muito a violência no trânsito.

Senador Mão Santa, como fiquei afastado durante um longo período, confesso que não vou ler os outros pronunciamentos. Só vou registrá-los. Este pronunciamento efetivamente é o que gostaria de ter feito, e V. Ex^a permitiu que eu o fizesse.

No segundo pronunciamento, faço uma crítica muito dura à situação das estradas no Brasil e à cobrança dos pedágios. É alarmante o que vemos. Tenho documentos que mostram, em alguns Estados, que, no preço final do frete, 30% representam pedágios. Os dados estão aqui.

Quero também deixar outro pronunciamento registrado e espero que V. V. Ex^a considere como se eu o tivesse apresentado na íntegra: o de solidariedade à luta dos servidores públicos em todo o País. Digo aqui como está a situação do servidor, inclusive em relação ao PL nº 1 e à questão do direito de greve, que lhes tem também de ser assegurado. Limite, sim, mas o direito tem de ser assegurado. O limite se dará com um plantão de emergência. Sei que eles saberão adequar isso no momento da paralisação.

Termino, dizendo, Sr. Presidente, que, no último dia 10 de agosto, tive a alegria de fazer uma palestra na Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), falando do projeto Cantando as Diferenças, junto com a filha do inesquecível Florestan Fernandes. Na ocasião, coloquei, com muita clareza, a importância do debate de políticas destinadas a eliminar as diferenças. É claro que, em meu discurso, explicito a importância do combate a todo tipo de discriminação, ou seja, a proposta de termos uma política de integração e de solidariedade entre negros, brancos e índios, entre as pessoas com deficiências, os idosos, as mulheres e as crianças, enfim, Sr. Presidente, entre todos aqueles que, de uma forma ou outra, são discriminados. Eu enfatizava, na-

quele encontro, a importância da luta em defesa do meio ambiente, da qualidade de vida, do emprego, da renda, da terra, da saúde, da educação, da habitação e da segurança.

Na verdade, o Cantando as Diferenças surgiu como uma homenagem ao grande e inesquecível Florestan Fernandes, que, sem sombra de dúvida, deu a sua vida em defesa dos mais pobres, dos mais oprimidos e de todos aqueles que foram discriminados.

Muito obrigado.

Era isso que tinha a dizer, Senador Mão Santa.

Solicito a V. Ex^a que considere lidos, na íntegra, os pronunciamentos que aqui resumi.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/ PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nesses últimos três anos acompanhei com muita satisfação a elaboração e o desenvolvimento do Projeto Cantando as Diferenças, PLS nº 285, projeto que apresentei no Senado em 2006 e que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A idéia é que o poder Executivo crie e implante o Programa “Cantando as Diferenças”, destinado a promover a inclusão social de grupos discriminados.

Também no ano passado, apresentei o PLS nº 286, que institui o “Dia Nacional de reflexão do Cantando as Diferenças” e foi aprovado por unanimidade. Atualmente a matéria encontra-se na Câmara dos Deputados (PL nº 412/2007).

Independentemente da trajetória dessas matérias no Congresso Nacional, o “Cantando as Diferenças” já foi apresentado em centenas de municípios do Rio Grande do Sul e alguns Estados do Brasil.

E, volto a afirmar a todos vocês, o meu carinho e minha paixão por esse lindo projeto.

O sucesso do “Cantando” deve-se também à adesão de diversas entidades e organizações.

Atualmente a idéia conta com a parceria de muitas entidades e instituições, tais como:

- aquelas ligadas aos Movimentos Sociais e Populares;
- o Governo do Estado do Rio Grande do Sul;
- a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul;
- as Câmaras de Vereadores e as prefeituras.

São pessoas que acreditam que, por meio de muito trabalho e de reconhecimento político das diferenças, vamos construir uma sociedade, um país mais justo e igualitário.

O lançamento do “Cantando as Diferenças” ocorreu no Rio Grande do Sul, durante o “Seminário sobre Células Tronco: Raízes de problemas ou ramos de soluções”, promovido pela Universidade Luterana do Brasil por meio do Instituto de Pesquisa em Acessibilidade apoiado pelo Movimento das Pessoas com Deficiência.

E, desde então, o projeto vem se tornando ferramenta de luta dos movimentos sociais.

São indígenas, afrodescendentes, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, jovens, membros de associações de apicultores e trabalhadores rurais, de sindicatos, de universidades e de escolas públicas e privadas, entre outros.

Enfim, muitos são os grupos que vêem no Cantando o que de fato ele pretende: uma forma de inclusão.

E é com alegria que vemos esse ideal se expandir.

No primeiro semestre deste ano, tivemos a oportunidade de lançar o “Cantando as Diferenças” em vários municípios gaúchos.

Farei um breve retrospecto:

Em março estivemos em Viamão, com a temática “Mulheres e Meio Ambiente”.

No mês de abril o projeto foi lançado, em Tramandaí. Foi uma parceria com Associações de Apicultores da Região do Litoral Norte. A temática foi “Planeta Terra, Saúde e Meio Ambiente”.

Em maio o lançamento ocorreu na região da Produção envolvendo 33 prefeituras e também em Guaíba, sob a temática “Trabalho, Meio Ambiente e Matrizes Religiosas Africanas”. Isso em conjunto com entidades religiosas locais.

No mês de junho o lançamento foi em São Leopoldo, com a temática “A Vida vem do Rio e Meio Ambiente”.

Em julho foram planejadas as atividades e o lançamento nos Municípios de Sapiranga, São Sebastião do Caí e Montenegro. A temática: “Imigrantes, Trabalhadores Rurais e Colonos”.

No mês de agosto, realizamos na semana passada o “I Seminário Nacional Cantando as Diferenças com Florestan Fernandes”, sob temática Matrizes Religiosas no Brasil e o Meio Ambiente.

Isso dentro das celebrações dos 35 anos da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e os dez anos do Instituto de Pesquisa em Acessibilidade (IPESA/FULBRA).

Acredito que esse Seminário veio ao encontro do que o mestre Florestan semeava por meio de suas pesquisas, ações e discursos.

Lembro aqui uma parte de seu pronunciamento, proferido em 1988, na Câmara Federal quando afirmou:

“nossos problemas e dilemas (...) dizem respeito à miséria, (...) à fome, aos milhões de desempregados, (...) à extrema concentração da propriedade agrária, às migrações erráticas das populações expulsas do campo para as cidades, ao inchaço das cidades e ao favelamento (...), ao abandono do menor, ao genocídio das populações indígenas, à discriminação e ao preconceito raciais contra o negro e outros grupos étnicos, (...) à corrupção do poder político e à anemia do Estado, em todos os níveis”

Lembramos, com muita saudade, os 12 anos sem Florestan Fernandes. Mas é preciso ressaltar que as sementes deixadas por ele habitam nossas mentes e corações.

E o “Cantando as Diferenças” é uma dessas sementes!

Quero aqui agradecer os parceiros que colaboraram na elaboração desse Seminário. São eles:

– os representantes das Matrizes Religiosas Africanas, Indígenas, Brasileiras, Judaicas, Cristãs, Hinduístas e Budistas;

– o Governo Federal, por intermédio das Secretarias Especiais da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos;

– a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul,

– o Governo do Estado do Rio Grande do Sul;

– a prefeitura municipal de Palmas, no Tocantins;

– o Serviço Municipal de Água e Esgotos (Semaes) de São Leopoldo;

– a Ulbra, por meio da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; da Capelania; dos Cursos de Geografia, de Ciências Sociais, de Engenharia Ambiental; do Programa de Pós-Graduação em Educação; das Pós-Graduações de Desenvolvimento Institucional e Comunitário, de Graduação das Unidades Externas e de Pesquisa e Pós Graduação; da Fundação Universidade Luterana do Brasil e dos aliados do Cantando as Diferenças Ipesa/Fulbra;

– o Sindicato dos Técnicos Industriais do RS (Sintec/RS);

– o Centro de Integração Paulo Paim (CIPP);

- a Revista Educando e a Fundação Educando;
- Medex, Assobecat, Copelmi e Faders;
- o Programa Elo Nativo da Rádio Vale Feliz;
- a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do RS e as Secretarias Municipais de Educação que estarão presentes na atividade.

É também com alegria que saúdo o nosso novo aliado: o Conselho Nacional da Umbanda do Brasil (Conub), que estará assinando o termo de adesão amanhã, nesse seminário.

Em nome de todos os parceiros do “I Seminário Nacional Cantando as Diferenças com Florestan Fernandes” quero registrar a participação de sua filha no evento, Heloísa Fernandes, que continua semeando as idéias do pai.

Destaco um dos seus trabalhos, apresentado no DCE da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em que ela resgata a célebre frase de Florestan Fernandes, “façamos a revolução nas salas de aula, que o povo a fará nas ruas”.

A essência filosófica do “Cantando as Diferenças” fortalece-se com essa idéia ao propor a Inclusão do Estado e da sociedade para com as diferenças Culturais, Sociais e individuais.

Assim como o reconhecimento político, possibilitando alternativas de mudança, pela produção de saberes e atitudes, oportunizando palco para quem não tem palco, ou seja, praticando de fato a solidariedade libertadora e a libertação da liberdade.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/ PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos conhecem nossa luta pela preservação dos direitos dos trabalhadores.

Somos a favor do serviço público de qualidade, de salários dignos e condições de trabalho que objetivem melhor servir a população brasileira.

Temos observado que algumas categorias de servidores públicos federais encontram-se em greve e outras tantas prometem recorrer a esse legítimo recurso para que possam ser abertas as rodadas de negociação com o Governo Federal.

Vale ressaltar que a Constituição Federal prevê, em seu art. 37, o direito de greve para o servidor, mas estabelece que será exercido nos termos de lei específica, que, até hoje, ainda não foi aprovada.

Por diversas vezes já emiti minha opinião favorável ao direito de greve, pois acredito que ele tem que ser regulamentado.

Em 1991, quando Deputado Federal, apresentei projeto de lei propondo a regulamentação da greve tanto no setor público quanto no privado. O projeto garante plantões de emergência feitos pelos grevistas onde houver risco de morte.

Participei, no dia 2 de julho, de uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, com a presença de servidores públicos, de Parlamentares, de diversas organizações de servidores e da Central Única dos Trabalhadores, que teve como eixo a edição do PLP nº 1/2007, que congela o crescimento da folha de pagamento por dez anos, inviabilizando a implantação dos planos de carreira, reajustes salariais e realização de novos concursos públicos.

O projeto deixou coberto de indignação os milhares de servidores públicos federais do País.

A estimativa de aumento das despesas de pessoal em 1,5% acima da inflação pode significar a mera manutenção da situação atual, e restringe o papel da Mesa Nacional de Negociação, uma boa experiência desenvolvida no primeiro mandato do presidente.

A nosso ver o projeto, que veio com o lançamento do PAC, é um grande equívoco, visto que a população e a economia do país terão um crescimento nestes dez anos, e estancar a capacidade do estado de prestar serviços compatíveis com a demanda é, pelo menos, menosprezar as necessidades da população.

O documento que recebi da Central Única dos Trabalhadores CUT/RS pede a retirada do PLP nº 01/2007, e apresenta propostas viáveis que fazem parte da Jornada pelo Desenvolvimento com Distribuição de Renda e valorização do trabalho.

Entre tantas propostas interessantes estão: a implementação de política de valorização dos servidores públicos e o estabelecimento de gestão paritária entre servidores, poder público e regimes próprios de previdência.

Se compararmos o Brasil com outros países podemos perceber que possuímos um percentual bastante pequeno de servidores públicos.

Segundo dados apresentados em uma audiência pública na Câmara dos Deputados, o nosso País possui apenas 4,9% de pessoas que trabalham no serviço público. Na Dinamarca o número é de 11,8%; na França, de 10,5%; no Canadá, de 9,1%, e nos Estados Unidos a porcentagem é de 6,6%.

Se quisermos ter um país com saúde, segurança e educação de qualidade temos que valorizar o servidor para que ele preste atendimento a altura do que a população merece e que, inclusive, paga por isso.

Pesquisas demonstram que o servidor valorizado tende a se dedicar com mais empenho as suas

funções e comete menos equívocos em suas tarefas rotineiras.

Os servidores federais da Cultura e entidades vinculadas: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Biblioteca Nacional; Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) e Fundação Cultural Palmares estão em greve desde 15 de maio pela implantação do Plano Especial de Cargos da Cultura.

Desde 2005 a categoria, de quatro mil servidores ativos e inativos, vem realizando mobilizações para a implantação integral do plano que contempla a descrição dos cargos, gratificações de titulação e mérito e tabela de remuneração.

O projeto foi construído na Mesa Setorial da Cultura, por acordo entre Governo e sindicato, e protocolado no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão há dois anos, desde maio de 2005.

Outra categoria que permaneceu em greve por dois meses foi a dos servidores do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. A categoria resolveu suspender o movimento por 15 dias enquanto aguarda o cumprimento do acordo firmado com o Governo. Faz parte da pauta de reivindicações a contratação de 3.200 funcionários, a reestruturação do plano de cargos e salários e, ainda, o protesto contra o PLP nº 1/2007.

Segundo os funcionários desse Instituto, a falta de política uniforme para os servidores públicos federais faz com que o Incra possua uma das menores remunerações do serviço público, baseada quase que integralmente em gratificações.

Já os servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, iniciada em 14 de maio, teve outro viés. Reclamavam da MP 366, que criou o Instituto Chico Mendes e marcou o início da reestruturação do Ibama.

Com a decisão do Governo Federal de cortar o ponto dos dias parados, os servidores resolveram encerrar o movimento na quarta-feira que antecedeu o recesso parlamentar.

Ademais, o movimento grevista dos fiscais federais agropecuários fechou um acordo que prevê uma trégua na paralisação da categoria até o próximo dia 16 de agosto.

Todos nós sabemos que a greve é um instrumento de luta, legítimo dos trabalhadores, porém deve e é sempre utilizado como recurso no processo de negociação.

São inegáveis os desgastes psicológicos a que são levados os integrantes de uma categoria em greve.

Por isso, peço ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, à Ministra Chefe da Casa Civil e ao Presidente Lula que encontrem, com brevidade, cami-

nhos que possam levar a satisfação das categorias e a paralisação dos movimentos grevistas.

Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenho recebido inúmeras correspondências de meu Estado com reclamações sobre o alto valor dos pedágios nas estradas gaúchas e dos processos que se encontram na Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, para novas concessões rodoviárias em todo o País.

Eu mesmo passei por esta experiência quando em viagem pelo Rio Grande do Sul no primeiro final de semana do mês de julho.

Concordo que o preço cobrado pelas concessionárias é muito alto e causa um impacto negativo sobre a economia, pois onera demasiadamente o preço do frete para os produtores rurais, empresas transportadoras de carga e caminhoneiros autônomos, além de ser um ônus a mais para o cidadão que já paga tantos impostos.

Em 2001, o Governo Federal criou a Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Econômico (CIDE – combustível) com objetivos claros, previstos no §4º, inciso II do art. 177 da Constituição Federal, quais sejam:

- pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, de gás natural e seus derivados, e, ainda, derivados de petróleo;
- financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e gás; e
- financiamento de programas de infraestrutura de transportes.

Ocorre que os recursos têm sido desviados de seus objetivos iniciais, e a malha viária que não foi entregue a concessionárias está em situação lastimável.

Milhares de quilômetros de estradas precisam ser recapeadas ou asfaltadas e várias pontes necessitam ser reforçadas.

O pedágio onera a todos os cidadãos, indiscriminadamente, até mesmo quem não transita pelas nossas rodovias, pois os transportadores de carga e de passageiros vão repassar os custos para o preço das tarifas.

Não sou contra as concessões privadas, mas contra as altas tarifas praticadas, que a meu ver retiram a competitividade de várias regiões do Estado e oneram demasiadamente o cidadão. O Governo Federal precisa reavaliar essa realidade, especialmente porque as estradas privatizadas estão entre as principais rodovias do País, que passam pelos mais importantes centros econômicos brasileiros.

As empresas, em troca do recebimento do pedágio, cuidam da conservação e sinalização da estrada, além de prestarem serviços adicionais previstos em contrato como socorro médico, socorro mecânico, serviço de guinchamento, instalações de cabines telefônicas etc.

Segundo estimativas, esses serviços adicionais representam um aumento de cerca de 5% no valor final do pedágio. Acredito que com a redução desses serviços poderemos diminuir o preço dos pedágios, adequando, assim, os contratos de concessão ao padrão de vida do País.

A meu ver uma auditoria para avaliar a receita e os investimentos das concessionárias poderia ser outro caminho apontado para redução dos pedágios.

Em média, o preço do pedágio representa 33% dos gastos com frete, um percentual bastante elevado para um País que tem como as rodovias o principal meio de transporte de todas as riquezas que produz.

Por fim, acredito que o pedágio não é a única nem a melhor maneira de conservar as rodovias, mas pode ser uma das mais eficientes, pois os prejuízos ocasionados pela má conservação das estradas pode representar um percentual bem mais elevado no preço do frete.

Num País como o Brasil, onde a administração das verbas arrecadadas pelo Governo nem sempre cumpre sua destinação final, o pedágio é um caminho alternativo, mas é preciso rever os contratos de concessão, que, a meu ver, em muitos casos são uma indecência.

As concessionárias, principalmente de rodovias, onera os caminhoneiros, os usuários e especialmente o setor produtivo do nosso País, pois a nossa economia circula sobre rodas e os custos dos pedágios praticados se tornaram uma carga insuportável!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– V. Exª será atendido, de acordo com o Regimento, Senador Paulo Paim.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 688, DE 2007

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 109, de 2007 (nº 467/2007, na origem), do Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

A Comissão de Assuntos Sociais, em votação secreta, realizada em 15 de agosto de 2007, apreciando o relatório apresentado pelo Senador Sérgio Guerra, sobre a Mensagem (SF) nº 109, de 2007, opina pela aprovação da indicação do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, por 20 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Sala das Comissões, 15 de agosto de 2007.

,Presidente

,Relator

RELATÓRIO

Relator: Senador **Sérgio Guerra**

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 109, de 2007, (Mensagem nº 467, de 6 de julho de 2007, na origem), com base no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e do § 1º do art. 5º do Anexo I do Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000, submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O **currículum vitae**, anexado à referida Mensagem, demonstra que o indicado é graduado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal Fluminense (1985). É especialista em Clínica Médica e em Terapia Intensiva. Realizou curso em nível de pós-graduação em Administração – MBA Executivo pela Coppead, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especializou-se em Regulação de Mercados na George Washington University (2005), e em Bases do Cooperativismo na Universidade da Cooperativa de Mondragon, Espanha (2005).

Consta, ainda, do **currículum vitae** do indicado o relato, entre outras, das seguintes atividades profissionais: Médico da Força de Apoio da Marinha do Brasil, responsável pela aplicação da Política de Atenção à Saúde, pelo controle epidemiológico e pelo planejamento e execução de operações navais; Chefe do CTI do Hospital de Clínicas de Niterói; Diretor do Hospital de Clínicas Mário Leoni, em Duque de Caxias; Diretor da Rede de Centros Médicos da Empresa de Serviços

Hospitales – ESHO, do Grupo AMIL; Superintendente da ESHO; Diretor Geral do Hospital Barra d'Or; Diretor Geral do Hospital Copa d'Or; Diretor Técnico da Empresa de Gestão Hospital do HIS – GESTAL.

O indicado integrou o corpo docente do Centro de Instrução Especializado da Aeronáutica, onde ministrou instrução no Curso de Administração Hospitalar. Participou de inúmeras jornadas e cursos nas áreas de terapia intensiva e de gestão hospitalar. Participou de vários eventos internacionais, tais como o VII Congresso Mundial de Terapia Intensiva, em Madrid; o IX Congresso Mundial de Medicina de Emergência e Desastre, em Estocolmo; e o Hospital Strategy & Governance in Latin América, em Miami.

Do citado documento consta, também, que o indicado ocupou as funções de Diretor da Phoenix (empresa de consultoria na área de processos técnicos e administrativos de hospitais e operadoras de saúde).

Finalmente, desde o ano de 2004, ocupa as funções de Diretor de Normas e Habilitação das Operadoras da ANS.

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado e já resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Senhor Alfredo Luiz de Almeida Cardoso para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Sala da Comissão,

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

MENSAGEM (SF) Nº 109, DE 2007	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/8/2007, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA PATRÍCIA SABOYA <i>Patrícia Saboya</i>	
RELATOR: SENADOR SÉRGIO GUERRA	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
PATRÍCIA SABOYA (PSB)	1- FÁTIMA CLEIDE (PT) <i>Fátima</i>
FLÁVIO ARNS (PT) <i>Flávio Arns</i>	2- SERYS SLHESARENKO(PT)
AUGUSTO BOTELHO (PT) <i>Augusto Botelho</i>	3- EXPEDITO JÚNIOR (PR) <i>Expedito</i>
PAULO PAIM (PT) <i>Paulo Paim</i>	4- FERNANDO COLLOR (PTB)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES(PSB)
INÁCIO ARRUDA (PC do B)	6- IDELI SALVATTI (PT) <i>Ideli Salvatti</i>
JOÃO PEDRO (PT)	7- MAGNO MALTA (PT)
JOSÉ NERY (PSOL) (por cessão)	8- (vago)
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTES
ROMERO JUCÁ <i>Romero Jucá</i>	1- LEOMAR QUINTANILHA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR <i>Geraldo Mesquita</i>	2- VALTER PEREIRA
GARIBALDI ALVES FILHO <i>Garibaldi Alves</i>	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>	4- NEUTO DE CONTO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>Wellington Salgado</i>	5- (vago)
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)
DEMÓSTENES TORRES <i>Demóstenes Torres</i>	1- ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS <i>Jayme Campos</i>	2- HERÁCLITO FORTES
KÁTIA ABREU <i>Kátia Abreu</i>	3- RAIMUNDO COLOMBO
ROSALBA CIARLINI <i>Rosalba Ciarlini</i>	4- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
DUARDO AZEREDO <i>Duarte Azeredo</i>	5- CÍCERO LUCENA
ÚCIA VÂNIA <i>Úcia Vânia</i>	6- SÉRGIO GUERRA <i>Sérgio Guerra</i>
APALÉO PAES <i>Apaléo Paes</i>	7- MARISA SERRANO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
JOÃO DURVAL	1-CRISTOVAM BUARQUE

PARECER Nº 689, DE 2007

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre a Mensagem nº 110, de 2007 (nº 468/2007, na origem), do Presidente da República, submetendo à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Hesio de Albuquerque Cordeiro para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

A Comissão de Assuntos Sociais, em votação secreta, realizada em 15 de agosto de 2007, apreciando o relatório apresentado pelo Senador Eduardo Azeredo, sobre a Mensagem (SF) nº 110, de 2007, opina pela aprovação da indicação do Senhor Hesio de Albuquerque Cordeiro para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, por 20 votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção.

Sala das Comissões, 15 de agosto de 2007.

,Presidente

Relator

RELATÓRIO

Relator: Senador **Eduardo Azeredo**

O Senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 110, de 2007 (Mensagem nº 468, de 6 de julho de 2007, na origem), com base no art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, e de conformidade com os termos do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e do § 1º do art. 5º do Anexo I do Decreto nº 3.327, de 5 de janeiro de 2000, submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Hesio de Albuquerque Cordeiro para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

O **currículum vitae**, anexado à referida mensagem, demonstra que o indicado é brasileiro, natural de Juiz de Fora (MG), e tem 65 anos. É graduado em Medicina pela Faculdade de Ciências Médicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 1965), possui mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ, 1978) e doutorado em Medicina Preventiva pela Universidade de São

Paulo (USP, 1981). Fez cursos de aperfeiçoamento em Community Medicine, na Kentucky University (EUA), e em Filosofia da Ciência, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – RJ).

Do referido **currículum vitae** consta, ainda, que o indicado foi professor, coordenador de mestrado e diretor do Instituto de Medicina Social da UERJ, e, entre 1992 e 1995, Reitor dessa Universidade. Foi professor visitante e colaborador de diversas instituições nacionais e estrangeiras, entre as quais a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), nos campos da organização dos serviços de saúde, política de saúde e de medicamentos, e educação médica.

Sua atividade como pesquisador tem como campos temáticos a análise da organização da assistência médica, com ênfase nas seguintes áreas: 1) políticas de saúde da previdência social brasileira; 2) estudos sobre política de medicamentos; 3) avaliação de serviços de saúde; e 4) estudos epidemiológicos relativos à determinação social da doença. Dessa atividade resultaram inúmeros artigos publicados em revistas nacionais e internacionais.

Entre os livros e capítulos de livros de autoria do indicado cumpre citar:

- A Reforma Sanitária: bases estratégicas e operacionais para a descentralização e unificação do sistema de saúde;
- A Indústria da Saúde no Brasil;
- As Empresas Médicas – as transformações capitalistas da prática médica;
- Sistema Único de Saúde;
- **La Prática Médica en América Latina;**
- A Escola Médica e o Novo Modelo de Cuidados de Saúde do SUS: Saúde da Família;
- A Política de Medicamentos: contribuição ao debate no parlamento brasileiro da saúde.

Consta, ainda, do mencionado **currículum**, que o indicado foi Presidente do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) no período de maio de 1985 a março de 1988; Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), de 1966 a 1967; e conselheiro do CNE até 1968. Foi diretor do curso de Medicina da Universidade Estácio de Sá (RJ), de 2002 a 2006. Atualmente, é coordenador do Mestrado Profissional dessa Universidade e coordenador de saúde da Fundação Cesgranrio. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Gestão em Saúde Coletiva, atuando principalmente nos seguintes temas: atenção básica, educação médica, saúde da

família, atenção primária de saúde e Sistema Único de Saúde.

Em face do histórico pessoal e profissional apresentado e já resumido, entendemos dispor esta Comissão dos elementos necessários para deliberar sobre a

indicação do nome do Senhor Hesio de Albuquerque Cordeiro para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Sala da Comissão,

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

MENSAGEM (SF) Nº 110, DE 2007	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/07/2007, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA PATRÍCIA SABOYA <i>Patrícia Saboya</i>	
RELATOR: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
PATRÍCIA SABOYA (PSB)	1- FÁTIMA CLEIDE (PT) <i>Fátima Cleide</i>
FLÁVIO ARNS (PT) <i>Flávio Arns</i>	2- SERYS SLHESSARENKO (PT)
AUGUSTO BOTELHO (PT) <i>Augusto Botelho</i>	3- EXPEDITO JÚNIOR (PR) <i>Expedito</i>
PAULO PAIM (PT)	4- FERNANDO COLLOR (PTB)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
INÁCIO ARRUDA (PC do B)	6- IDELI SALVATTI (PT) <i>Ideli Salvatti</i>
JOÃO PEDRO (PT)	7- MAGNO MALTA (PT)
JOSÉ NERY (PSOL) (por cessão)	8- (vago)
PMDB TITULARES	PMDB SUPLENTES
ROMERO JUCÁ <i>Romero Jucá</i>	1- LEOMAR QUINTANILHA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR <i>Geraldo Mesquita</i>	2- VALTER PEREIRA
GARIBALDI ALVES FILHO <i>Garibaldi Alves</i>	3- PEDRO SIMON
VALDIR RAUPP <i>Valdir Raupp</i>	4- NEUTO DE CONTO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>Wellington Salgado</i>	5- (vago)
BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)
DEMÓSTENES TORRES <i>Demóstenes Torres</i>	1- ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS <i>Jayme Campos</i>	2- HERÁCLITO FORTES
KÁTIA ABREU <i>Kátia Abreu</i>	3- RAIMUNDO COLOMBO <i>Raimundo Colombo</i>
ROSALBA CIARLINI <i>Rosalba Ciarlini</i>	4- ROMEU TUMA <i>Romeu Tuma</i>
EDUARDO AZEREDO <i>Eduardo Azeredo</i>	5- CÍCERO LUCENA <i>Cícero Lucena</i>
LÚCIA VÂNIA <i>Lucia Vânia</i>	6- SÉRGIO GUERRA <i>Sérgio Guerra</i>
PAPALÉO PAES <i>Papaléo Paes</i>	7- MARISA SERRANO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
JOÃO DURVAL	1-CRISTOVAM BUARQUE

PARECER Nº 690, DE 2007

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 106, de 2007 (nº 441/2007, na origem), que propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD, no valor equivalente a até US\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos constituirão o Segundo Empréstimo Programático para o Crescimento Sustentável com Equivalente – Competitividade II.

Relator: Senador **Neuto de Conto**

I – Relatório

Com a Mensagem nº 106, de 3 de julho de 2007, o Presidente da República, submete a esta Casa o pedido de autorização para a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US\$150 milhões de dólares dos Estados Unidos da América.

Os recursos advindos da operação de crédito constituem o Segundo Empréstimo Programático para o Crescimento Sustentável com Equidade – Competitividade II e, conforme a Exposição de Motivos, “será concedido pelo Banco em reconhecimento aos avanços obtidos desde a contratação do primeiro empréstimo, nas áreas de logística, ambiente de negócios, intermediação financeira e de inovação, cujo objetivo é incentivar ações que favoreçam o crescimento sustentável equânime.”

Além da Mensagem, instruem o processo a Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda, EM nº 94/2007, de 26 de junho de 2007; o Parecer PGFN/COF/nº 1.248/2007, de 26 de junho de 2007; e o Parecer da Secretaria do Tesouro Nacional nº 416/2007/GERFI/COREF/STN, de 18 de maio de 2007.

Conforme item 8 do Parecer da STN, o Acorde de Empréstimo caracteriza-se pela modalidade ‘Empréstimo Margem Fixa’, com taxa de juros Libor de 6 meses, podendo ser convertida para taxa fixa;

pela amortização em 24 parcelas semestrais, entre 15-6-2011 e 15-12-2022, e incidência de comissões de compromisso e de abertura de crédito usualmente adotadas pelo Banco Mundial.

II – Análise

O presente empréstimo externo tem como tomador a União. Portanto, a operação de crédito sujeita-se aos limites e condições estabelecidos pela Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e a Secretaria do Tesouro Nacional manifestaram-se favoravelmente à contratação, destacando-se, em primeiro lugar, que as formalidades prévias à contratação, prescritas na Constituição Federal, na acima citada Resolução do Senado Federal, na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e nos demais dispositivos legais foram obedecidas.

No que diz respeito ao controle da dívida pública, observa-se que os limites de endividamento da União vêm sendo observados, havendo margem para a presente contratação. Segundo o referido Parecer da STN, a operação obteve pronunciamento favorável daquela Secretaria “no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF) e credenciamento pelo Banco Central do Brasil, cf. TA 383606.

Quanto ao mérito, cabe ressaltar, com base em informações contidas no Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que os recursos da operação não serão destinados a novos investimentos, mas a compor as reservas internacionais do País, e poderão ser utilizados para saldar compromissos externos da República Federativa do Brasil; também, não são exigidos recursos de contrapartida nacional ou recomendação da Comissão de Financiamentos Externos – COFLEX (cf. item 3.a. 1 do mencionado Parecer).

Embora o prazo de desembolso previsto seja até 31 de dezembro de 2007, a PGFN informa que os recursos do empréstimo poderão ser desembolsados de uma só vez, porquanto ‘as ações previstas, constantes da carta de políticas setoriais que serve como premissa para o contrato já foram realizadas’, consoante item 3.a.2 do citado Parecer PGFN. Ou seja, trata-se de empréstimo importante para o financiamento de longo prazo do Tesouro Na-

cional, condicionado à implementação de medidas previamente acordadas, e não à contrapartida de recursos federais.

O custo efetivo da operação está estimado em 5,43% ao ano, indicando que as condições financeiras da operação encontram-se em patamares aceitáveis pela STN, tendo em vista o custo de captação em dólares do Tesouro Nacional no mercado internacional.

Depreende-se, portanto, que a operação de crédito atende os limites e as condições estabelecidos pelo Senado Federal, apresentando condições financeiras favoráveis, tanto em termos de prazo de retorno do capital quanto de taxas de juros e demais custos normalmente incidentes nesse tipo de empréstimo concedido pelo Banco Mundial.

III – Voto

Diante do exposto, voto pela aprovação do pedido de autorização de empréstimo externo, contido na Mensagem nº 106, de 2007, nos termos do seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL Nº 46, DE 2007

Autoriza a União a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), no valor total de até US\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos constituirão o Segundo Empréstimo Programático para o Crescimento Sustentável com Equidade – Competitividade II.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a União autorizada a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos advindo do empréstimo referido no **caput** constituirão o Segundo Emprés-

timo Programático para o Crescimento Sustentável com Equidade – Competitividade II.

Art. 2º A operação de crédito de que trata o art. 1º desta Resolução contém as seguintes características e condições básicas:

I) *Devedor*: República Federativa do Brasil;

II) *Credor*: Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD);

III) *Valor do Empréstimo*: até US\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

IV) *Modalidade*: “Empréstimo com Margem Fixa”, com possibilidade de:

conversão de moeda;

conversão da taxa de juros flutuante para fixa ou vice-versa;

V) *Desembolso*: até 31-12-2007;

VI) *Amortização*: vinte e quatro parcelas semestrais e consecutivas, com vencimentos de 15-6-2001 a 15-12-2022;

VII) *Juros*: exigidos semestralmente, em 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual composta da LIBOR 6 meses e spread a ser definido na data de assinatura do contrato;

Comissão de compromisso: até 0,75% ao ano sobre os saldos devedores não desembolsados, exigida semestralmente, nas mesmas datas do pagamento dos juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

Comissão à vista: 1% sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade, com a possibilidade de concessão de um **waiver** de 0,75% ao ano.

Parágrafo único. As datas de desembolsos, de pagamentos do principal e dos encargos financeiros, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato.

Art. 3º O prazo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias a contar da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2007.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 106, DE 2007
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/08/07. OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)

EDUARDO SUPLYCY (PT)

1-FLÁVIO ARNS (PT)

FRANCISCO DORNELLES (PP)

2-PAULO PAIM (PT)

DELCÍDIO AMARAL (PT)

3-IDELI SALVATTI (PT)

ALOÍZIO MERCADANTE (PT)

4-SIBÁ MACHADO (PT)

FERNANDO COLLOR (PTB)

5-MARCELO CRIVELLA (PRB)

RENATO CASAGRANDE (PSB)

6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)

EXPEDITO JÚNIOR (PR)

7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)

SERYS SLHESSARENKO (PT)

8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)

JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)

9-JOÃO RIBEIRO (PR)

PMDB

ROMERO JUCÁ

1-VALTER PEREIRA

VALDIR RAUPP

2-ROSEANA SARNEY

PEDRO SIMON

3-WELLINGTON SALGADO

MÃO SANTA

4-LEOMAR QUINTANILHA

GILVAM BORGES

5-VAGO

NEUTO DE CONTO

6-PAULO DUQUE

GARIBALDI ALVES FILHO

7-JARBAS VASCONCELOS

PFL

ADELMIR SANTANA

1-JONAS PINHEIRO

EDISON LOBÃO

2-ATONIO CARLOS JÚNIOR

ELISEU RESENDE

3-DEMÓSTENES TORRES

JAYME CAMPOS

4-ROSALBA CIARLINI

KÁTIA ABREU

5-MARCO MACIEL

RAIMUNDO COLOMBO

6-ROMEU TUMA

PSDB

CÍCERO LUCENA

1-ARTHUR VIRGÍLIO

FLEXA RIBEIRO

2-EDUARDO AZEREDO

SÉRGIO GUERRA

3-MARCONI PERILLO

TASSO JEREISSATI

4-JOÃO TENÓRIO

PDT

OSMAR DIAS

1-JEFFERSON PÉRES

PARECER Nº 691, DE 2007

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 122, de 2007 (nº 512 2007, na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$16.100.000,00 (dezesesseis milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), de principal, para financiamento parcial do Programa Multifase de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico no Brasil – Interlegis II, a ser executado pelo Senado Federal.

Relator: Senador **Garibaldi Alves Filho**

I – Relatório

O Presidente da República submete ao exame do Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$16.100.000,00 (dezesesseis milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Os recursos da operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa Multifase de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico no Brasil (INTERLEGIS II).

Esse Programa, conforme Ofício nº 29, de 2007, encaminhado pelo Presidente do Senado Federal ao Ministro da Fazenda, objetiva apoiar o processo de modernização do Poder Legislativo Brasileiro, nos níveis federal, estadual e municipal, bem como aproximar o cidadão da atividade legislativa. O propósito é dar continuidade ao processo, iniciado no INTERLEGIS I, de fortalecimento e de abrangência da rede de Integração e participação Legislativa.

De acordo com dados disponibilizados em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, para o Programa são previstos dispêndios no montante de US\$32,2 milhões, a serem desembolsados entre 2007 e 2010. Além dos recursos provenientes do empréstimo pretendido, o Programa contará com contrapartida do Tesouro Nacional, no valor de US\$16,1 milhões. Ou seja, o Tesouro Nacional financiará a metade dos recursos, e o BID a outra metade.

Cabe ressaltar que a gestão e a execução dos projetos integrantes desse Programa é de responsabilidade do Senado Federal, por intermédio de sua Secretaria Especial do Interlegis (SINTER).

A operação de crédito externo pretendida já se acha com suas condições financeiras devidamente incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), do Banco Central do Brasil (BACEN), sob o nº TA413659. Dessa forma, a referida operação de crédito foi credenciada por intermédio da carta de credenciamento Decic/Diope/Suaut-2007/067, de 31 de maio de 2007.

Ademais, as condições financeiras do empréstimo são as usualmente praticadas pelo BID, que, geralmente, se encontram em condições mais favoráveis do que as oferecidas pelas instituições privadas domésticas ou internacionais.

A presente operação de crédito com o BID, que se processará na modalidade Unimonetário, Moeda Única, incorpora juros vinculados a LIBOR trimestral, mais despesas e margem fixa relativa a remuneração de seu capital ordinário.

De acordo com cálculos da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 5,39% ao ano.

II – Análise

A operação de crédito pretendida será contratada pela União e alcança o valor de US\$16.100.000,00 (dezesesseis milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América).

As operações de crédito externo desta natureza sujeitam-se ao cumprimento de condições e exigências definidas na Constituição Federal e na Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, que disciplina o processo de endividamento da União.

A observância dos preceitos ou contidos constitui, pois, condição imprescindível para que o Senado Federal possa conceder a autorização solicitada. Com efeito, as exigências e as condições estipuladas naquela norma do Senado Federal dizem respeito a aspectos de natureza financeira e de instrução processual.

Nesse contexto, relativamente a solicitação em exame, cabe destacar os seguintes aspectos:

a) os limites de endividamento da União, estipulados nos arts. 2º, 3º e 4º da referida Resolução, são atendidos, conforme é informado e demonstrado em anexos ao Parecer STN/COREF/GERFI nº 609, de 26 de julho de 2007.

b) o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGFN/COF/nº 1.368, de 5 de julho de 2007, encaminhado ao Senado Federal, conclui que a minuta de contrato de empréstimo contém cláusulas admissíveis, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal,

que veda disposições contratuais de natureza política, atentatórias a soberania nacional e a ordem política, contrárias a Constituição e as leis brasileiras, bem assim que impliquem a compensação automática de débitos e créditos.

c) relativamente a exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI que o programa referido encontra-se incluído no Plano Plurianual da União 2004/2007, nos termos da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, em montante considerado suficiente para atender as ações previstas durante sua vigência no período em questão.

Ademais, quanto à previsão orçamentária, entende a Secretaria do Tesouro Nacional, considerando as informações acerca das dotações orçamentárias previstas para o Programa na Lei Orçamentária Anual para 2007, serem elas suficientes para dar suporte ao Programa no exercício corrente.

Assim sendo, caberá aos órgãos responsáveis pela execução do Programa providenciar, nas épocas oportunas, a suplementação orçamentária, quando necessária, a fim de compatibilizar o ingresso de bens e serviços, e adotar as medidas cabíveis para a inclusão nos orçamentos anuais de todos os recursos necessários para o cumprimento das respectivas obrigações contratuais.

Segundo o Ofício nº 157/2007/PRSECR do Senado Federal, serão priorizados integralmente os recursos financeiros necessários para o projeto em tela durante o período previsto de execução.

Ressalte-se ainda que o custo efetivo da operação de crédito, equivalente a 5,39% a.a., constitui-se em um indicativo aceitável pela Secretaria do Tesouro Nacional, em face do custo médio atual de captação do próprio Tesouro em dólar no mercado internacional.

Por fim, há a observância, pela União, das demais restrições e exigências estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Quanto ao mérito do programa, há que se enfatizar o apoio que ele confere ao processo de integração e modernização do legislativo brasileiro, sendo que as ações previstas para essa etapa visam, sobretudo, à consolidação da Rede Nacional Interlegis, à modernização das Casas Legislativas e o fortalecimento da Rede de Parlamentares e Cooperação Técnica Parlamentar Internacional.

III – Voto

Somos, assim, favoráveis à autorização pleiteada na Mensagem nº 122, de 2007, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 47, DE 2007

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$ 16.100.000,00 (dezesesseis milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo, no valor total de US\$16.100.000,00 (dezesesseis milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Parágrafo único. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa Multifase de Apoio ao Desenvolvimento do Legislativo Eletrônico no Brasil (INTERLEGIS II).

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

I – *Devedor*: República Federativa do Brasil;

II – *Credor*: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III – *Valor Total*: até US\$16.100.100,00 (dezesesseis milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América);

IV – *Prazo de Desembolso*: até quatro anos, contados a partir da data de entrada em vigência do contrato;

V – *Amortização*: quarenta e duas parcelas semestrais, consecutivas e, na medida do possível iguais, vencendo-se a primeira em 15 de fevereiro de 2012 e a última em 15 de agosto de 2032;

VI – *Juros*: exigidos semestralmente em 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela i) LIBOR trimestral para dólar americano, ii) mais, ou menos, uma margem de custo relacionada às captações que financiam os empréstimos na modalidade LIBOR, iii) mais o valor líquido de qualquer custo ou lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da LIBOR, e (iv) mais a margem (spread) atual para empréstimos do capital ordinário;

VII – *Comissão de Compromisso*: até 0,75% ao ano, calculados sobre o saldo devedor não desembolsado do empréstimo, exigida semestralmente nas

mesmas datas de pagamentos dos juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

VIII – Comissão à Vista: até 1,0% sobre o valor do empréstimo.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros, assim como dos desembolsos, previstas na minuta contratual, poderão ser alteradas em função da data de sua assinatura.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 14 de agosto de 2007.

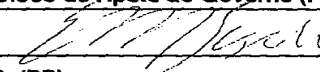
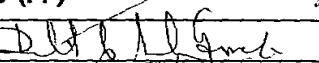
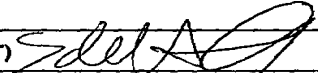
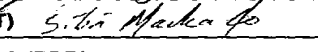
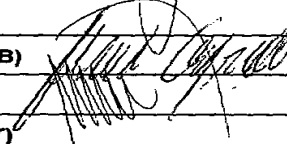
**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 122, DE 2007
NÃO TERMINATIVA**

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/08/07, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

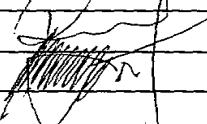
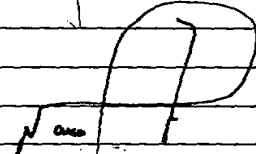
PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 


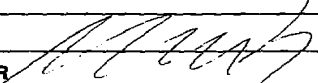
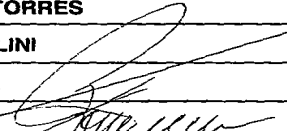
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)

EDUARDO SUPLICY (PT) 	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2-PAULO PAIM (PT)
DELCÍDIO AMARAL (PT) 	3-IDELI SALVATTI (PT) 
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4-SIBÁ MACHADO (PT) 
FERNANDO COLLOR (PTB)	5-MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB) 	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)
SILVY SLHESSARENKO (PT)	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	9-JOÃO RIBEIRO (PR)

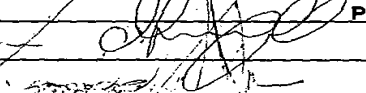
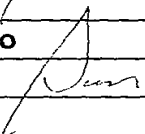
PMDB

ROMERO JUCÁ 	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5-VAGO
NEUTO DE CONTO 	6-PAULO DUQUE
GARIBALDI ALVES FILHO	7-JARBAS VASCONCELOS

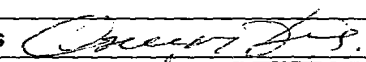
PFL

ALMIR SANTANA 	1-JONAS PINHEIRO
EDISON LOBÃO	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR 
ELISEU RESENDE	3-DEMÓSTENES TORRES
JAYME CAMPOS	4-ROSALBA CIARLINI
KÁTIA ABREU	5-MARCO MACIEL
RAIMUNDO COLOMBO	6-ROMEU TUMA 

PSDB

CÍCERO LUCENA 	1-ARTHUR VIRGÍLIO
ALEXA RIBEIRO	2-EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	3-MARCONI PERILLO 
ASSO JEREISSATI	4-JOÃO TENÓRIO

PDT

SMAR DIAS 	1-JEFFERSON PÉRES
--	--------------------------

PARECER Nº 692, DE 2007

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 126, de 2007 (nº 551/2007, na origem), do Presidente da República, solicitando autorização do Senado Federal para que seja contratada operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor equivalente a até US\$1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – Segunda Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP).

Relator: Senador **Romero Jucá**

I – Relatório

É submetida à apreciação do Senado Federal, por intermédio da Mensagem nº 126, de 2007 (Mensagem nº 551, de 30 de julho de 2007, na origem), solicitação para que seja autorizada contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor equivalente a até US\$1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América).

Os recursos pleiteados serão destinados ao financiamento do “Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – Segunda Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP)”.

O valor total do Programa, a ser implementado em três etapas, será de até seis bilhões de dólares, sendo a metade financiada pelo BID, e a outra metade oferecida como contrapartida pelo BNDES. Os recursos serão utilizados para financiar micros, pequenas e médias empresas do setor produtivo privado brasileiro, bem como pessoas físicas, para projetos de médio e longo prazos.

Trata-se de uma operação de crédito de longo prazo: o desembolso deverá ocorrer em até quatro anos, a contar da data de vigência do contrato, e a

amortização dar-se-á em até 32 parcelas semestrais, sendo que a primeira vence quatro anos e meio após a data de assinatura do contrato, e a última, 20 anos a contar daquela data, não podendo a vida média do empréstimo ser superior a 12,25 anos.

Esse empréstimo possui a peculiaridade de o mutuário (BNDES) poder solicitar ao BID a conversão, de dólares para reais, dos desembolsos ou do saldo devedor do empréstimo, mediante prévia anuência da STN. Nesse caso, as condições financeiras do empréstimo ficarão vinculadas ao Real, e o dólar servirá somente como moeda de liquidação. Tendo em vista essa possibilidade de conversão, o contrato prevê duas formas de pagamento de juros.

De acordo com estimativas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o custo efetivo do empréstimo deverá se situar em 5,36% ao ano, o que é considerado um valor aceitável, diante do custo atual de captação em dólar no mercado internacional.

Cabe ressaltar que a conversão de saldos devedores do empréstimo, de dólares para reais, só será possível se o BNDES tiver confirmado, antes do primeiro desembolso dos recursos do empréstimo, a opção pela taxa de juros baseada na Libor, em vez da taxa associada à modalidade Custo de Captação do BID. Em caso de conversão, o cronograma de amortização poderá ser renegociado, desde que não ultrapasse os prazos médio (12,25 anos) e máximo (20 anos) previstos no contrato inicial. Por fim, o BNDES deverá solicitar a anuência da STN para efetuar as conversões.

Além do pagamento de juros, o contrato prevê o pagamento de comissão de crédito, de até 0,75% ao ano, e de despesas com inspeção e supervisão geral, de até 1% ao ano. Atualmente, a comissão de crédito situa-se em 0,25% a.a., e as despesas com inspeção e supervisão não estão sendo cobradas.

II – Análise

Nos termos dos arts. 1º, 2º e 3º da Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal, a concessão de quaisquer garantias por parte da União corresponde a uma operação de crédito e onera os seus limites de endividamento. Dependem de prévia autorização do Senado Federal tão-somente as operações financeiras externas, ou internas que extrapolem aqueles limites.

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por meio do Parecer PGFN/COF nº 1.481, de 2007, manifestou-se pela legalidade da minuta contratual, destacando que as formalidades prévias

à contratação foram cumpridas. Essas formalidades estão prescritas em diversos dispositivos legais e regulamentares, em especial, na Constituição Federal e nas Resoluções do Senado Federal nº 96, de 15 de dezembro de 1989, e nº 43, consolidada e republicada em 10 de abril de 2002. Em particular, destaca-se o cumprimento dos seguintes requisitos:

i) a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), mediante o Parecer GERFI/COREF/STN nº 520, de 8 de junho de 2007, descreveu as condições financeiras da operação e manifestou-se favoravelmente à concessão do pleito;

ii) a Comissão de Financiamentos Externos (COFIEIX) identificou o Projeto como passível de financiamento externo;

iii) a Diretoria do BNDES autorizo celebração do Convênio de Linha de Crédito Condicional junto ao BID;

iv) a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MP) informou que as atividades do Programa em apreço se encontram incluídas na Lei do Plano Plurianual (PPA) para 2004/2007 e que o Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2004/2007, Exercício 2006, Ano Base 2005, também prevê as atividades do Programa para o período 2008/2010;

v) o Programa de Dispersões Globais do BNDES para 2007, contempla a operação em tela;

vi) com base na informação prestada em (v) e no cronograma de utilização de recursos, a STN concluiu que as dotações orçamentárias existentes são suficientes para dar suporte ao início do programa no exercício corrente;

vii) segundo análise realizada pela STN, a situação, econômico-financeira do BNDES é considerada satisfatória;

viii) também de acordo com estimativas da STN, há margem para a concessão da pleiteada garantia, nos limites estabelecidos pelos arts. 3º e 4º da Resolução do Senado Federal nº 96, de 1989;

ix) não há registro de compromissos honrados pelo Tesouro Nacional em nome do BNDES em operações garantidas nos últimos anos;

x) não há necessidade de vinculação de contra garantias, por se tratar de empresa

pública, cujo capital pertence integralmente à União;

xi) a operação em tela não oferece, ao Tesouro Nacional, riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações já contratadas com organismos multilaterais de crédito;

xii) a operação encontra-se credenciada no Banco Central do Brasil;

xiii) na minuta do contrato, não há cláusulas que colidam com a legislação brasileira em vigor;

xiv) o BNDES apresentou certidões negativas de débito referentes ao Regime Geral de Previdência Social, ao FGTS, aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

xv) não há, junto ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), outros débitos pendentes em nome do BNDES para com a União ou outras Entidades do Poder Público Federal.

Como de praxe, contudo, a STN condicionou a assinatura do contrato à verificação prévia das condições do primeiro desembolso. Em particular, deve ser aprovado o Regulamento de Crédito do Programa, revisado de acordo com minuta previamente acordada com o BID.

III – Voto

Somos, assim, pela autorização pleiteada pela Mensagem nº 126, de 2007, (Mensagem nº 551, de 30 de julho de 2007, na origem) nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 48, DE 2007

Autoriza operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor equivalente a até US\$1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – Segunda Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia à operação de crédito externo a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDE o valor total equivalente a até US\$1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América), junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

§ 1º Os recursos advindos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento do Programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – Segunda Etapa do Convênio de Linha de Crédito Convencional (CCLIP).

§ 2º A autorização prevista no **caput** fica condicionada à verificação, pelo Ministério da Fazenda, mediante manifestação prévia do BID, do cumprimento das condições contratuais previstas.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I) devedor: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);

II) *credor*: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III) *avalista*: República Federativa do Brasil

IV) *valor*: até US\$1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América);

V) *moeda de desembolso*: dólar dos Estados Unidos da América ou, por solicitação do BNDES, real, mediante realização de conversão de moeda por parte do Banco, ao custo de vinte e cinco centésimos de um por cento do montante convertido;

VI) *prazo de desembolso*: até quatro anos, contados a partir da data de vigência do contrato;

VII) *amortização do saldo devedor em dólar*: até trinta e duas parcelas, sucessivas, tanto quanto possível iguais, vencendo-se a primeira quatro anos e seis meses após a data de assinatura do contrato, e a última, vinte anos após essa data;

VIII) *amortização do saldo devedor em real*: fixada para cada desembolso, por meio de Carta do BID, com base em condição proposta pelo BNDES, podendo ser em parcelas mensais, trimestrais, semestrais, anuais ou única, ao final do vencimento, desde que o prazo máximo de amortização não exceda a vinte anos a contar da assinatura do contrato, e a vida média do empréstimo não seja superior a doze anos e vinte e cinco centésimos de ano;

IX) *juros aplicáveis aos saldos devedores em dólar*: serão exigidos semestralmente, calculados sobre o

saldo devedor do empréstimo, a uma taxa anual para cada trimestre composta pela:

a) taxa de juros Libor trimestral para o dólar dos Estados Unidos da América;

b) margem de custo relacionada às captações que financiam os empréstimos modalidade LIBOR;

c) valor líquido de qualquer custo ou lucro gerado por operações para mitigar as flutuações da LIBOR;

d) margem sobre empréstimos do capital ordinário.

X) juros aplicáveis aos saldos devedores em real: definidos para cada desembolso, constante de Carta de Conversão enviada pelo BID, em percentual previamente aceito pelo BNDES, e pagos juntamente com a amortização;

XI) comissão de compromisso: até setenta e cinco centésimos de um por cento, calculados sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, exigida juntamente com os juros, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato;

XII) *taxa de inspeção e supervisão geral*: até um por cento do valor do financiamento;

XIII) *encargo de pagamento antecipado em caso de conversão*: vinte e cinco centésimos de um por cento sobre o montante pago antecipadamente acrescido de eventual custo incorrido pelo BID para realocação de sua captação em Reais.

§ 1º As condições financeiras, no caso de conversões do desembolso ou do saldo devedor, de dólar para real, terão de obter a anuência da Secretaria do Tesouro Nacional.

§ 2º As datas de pagamento do principal e os encargos financeiros, assim como dos desembolsos, previstas minut contratual, poderão ser alteradas em função da data de sua assinatura e, em caso de conversão de moeda, poderá o cronograma de amortização ser renegociado, desde que não ultrapasse os prazos médio, de doze anos e vinte e cinco centésimos de ano, e máximo, de vinte anos, previstos no contrato inicial.

Art. 3º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de quinhentos e quarenta dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 14 de agosto de 2007.

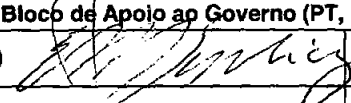
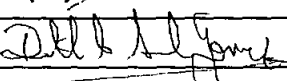
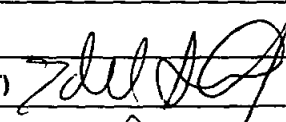
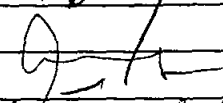
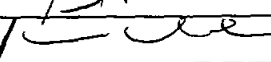
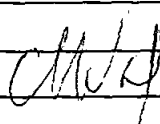
COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
MENSAGEM DO SENADO FEDERAL Nº 126, DE 2007
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 14/08/07, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):



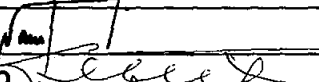
PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

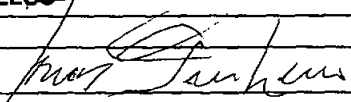
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB, PP e PTB)

EDUARDO SUPLICY (PT) 	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2-PAULO PAIM (PT)
DÉLCIDIO AMARAL (PT) 	3-IDELI SALVATTI (PT) 
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4-SIBÁ MACHADO (PT)
FERNANDO COLLOR (PTB)	5-MARCELO CRIVELLA (PRB) 
RENATO CASAGRANDE (PSB)	6-INÁCIO ARRUDA (PCdoB) 
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES (PSB)
SERYS SLHESARENKO (PT)	8-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) 
JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB)	9-JOÃO RIBEIRO (PR)

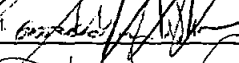
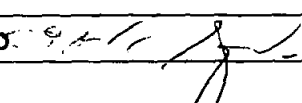
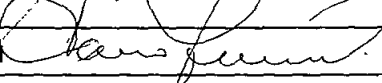
PMDB

ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP 	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA 	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5-VAGO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GARIBALDI ALVES FILHO 	7-JARBAS VASCONCELOS

PFL

ADELMIR SANTANA	1-JONAS PINHEIRO 
EDISON LOBÃO	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR
ELISEU RESENDE	3-DEMÓSTENES TORRES
JAYME CAMPOS	4-ROSALBA CIARLINI
KÁTIA ABREU	5-MARCO MACIEL
RAIMUNDO COLOMBO	6-ROMEU TUMA

PSDB

CÍCERO LUCENA	1-ARTHUR VIRGÍLIO
FLEXA RIBEIRO 	2-EDUARDO AZEREDO 
SÉRGIO GUERRA	3-MARCONI PERILLO
TASSO JEREISSATI 	4-JOÃO TENÓRIO

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PÉRES
------------	-------------------

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 690 a 692 de 2007**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação dos seguintes Projetos de Resolução:

- **nº 46, de 2007** (MSF nº 106/2007), que *autoriza a União a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor total de até cento e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos constituirão o Segundo Empréstimo Programático para o Crescimento Sustentável com Equidade – Competitividade II;*
- **nº 47, de 2007** (MSF nº 122/2007), que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor total de dezesseis milhões e cem mil dólares dos Estados Unidos da América, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); e*
- **nº 48, de 2007** (MSF nº 126/2007), que *autoriza operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor equivalente a até um bilhão de dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento do programa BNDES de Crédito Multissetorial de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas – Segunda Etapa do Convênio de Linha de Crédito Condicional (CCLIP).*

As proposições ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receberem emendas, nos termos do art. 235, II, f, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Brasília, 15 de agosto de 2007

Senhor Presidente,

Na qualidade de líder do Bloco Parlamentar da Minoria, sirvo-me do presente para, nos termos do art. 62, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, indicar a Vossa Excelência os vice-líderes da minoria, na ordem a seguir:

1º Vice-Líder – Senador Flexa Ribeiro (PSDB – PA)
2º Vice-Líder – Senador Adelmir Santana (DEM – DF)

3º Vice-Líder – Senador Eduardo Azeredo (PSDB – PA)

4º Vice-Líder – Senadora Kátia Abreu (DEM – TO)

5º Vice-Líder – Senador Mario Couto (PSDB – PA)

6º Vice-Líder – Senador Heráclito Fortes (DEM – PI)

7º Vice-Líder – Senador João Tenório (PSDB – PA)

8º Vice-Líder – Senador Raimundo Colombo (DEM – SC)

9º Vice-Líder – Senador Papaleo Paes (PSDB – AP)

10º Vice-Líder – Senador Romeu Tuma (DEM – SP)

Atenciosamente, Senador **Demóstenes Torres**,
Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 41, de 2007**, de autoria do Senador Gerson Camata, que *modifica a redação do inciso VI do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal para prever interstício de 48 horas entre as reuniões de arguição e de votação, nas comissões, no exercício da competência de que trata o art. 52, III, da Constituição Federal.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 918, DE 2007

Nos termos do inciso IV do art. 71 da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, solicito que seja o presente requerimento encaminhado ao Tribunal de Contas da União para a realização de auditoria operacional e financeira no INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, especialmente nos convênios com estados, prefeituras e entidades privadas sem fins lucrativos, no período de 2003 a 2006.

Justificação

A auditoria visa levantar possíveis irregularidades na situação operacional e financeira do Instituto. Informações divulgadas sistematicamente pela imprensa dão conta de que estariam ocorrendo desvios de recursos de convênios entre o INCRA e outros entes. Dada a importância da reforma agrária e o volume de recursos lá aplicados, torna-se essencial a realização da presente auditoria.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2007. – Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação, e será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 919, DE 2007

Senhor Presidente

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição e dos artigos 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro as seguintes informações ao Exmº Sr. Ministro da Justiça, Tarso Genro:

1. Em que medida é verdadeira a informação de que a Polícia Federal investigará a Ceara Steel?

2. O que justificaria a abertura de inquérito nesse sentido por parte da Polícia Federal?

3. O que exatamente seria investigado pela Polícia Federal?

4. Qual o papel do Instituto Brasileiro de Siderurgia na ação que eventualmente será procedida pela Polícia Federal?

5. Em que medida constitui papel da Polícia Federal intervir em uma ação movida por uma instituição que representa empresas privadas contra outra empresa, também figura jurídica de direito privado?

6. Em que medida, caso a alegação do Instituto Brasileiro de Siderurgia seja a existência de subsídios, como disse seu presidente, uma investigação da Polícia Federal deveria se estender ao conjunto de subsídios dados, no passado ou no presente, a todo o setor siderúrgico?

7. A quem cabe, levando em conta tratar-se de ação que visa resguardar interesses privados, arcar com as despesas decorrentes do inquérito mencionado?

8. Que tipo de providência será tomado nesse caso, a partir de agora, pela Polícia Federal e pelo gabinete do Ministro da Justiça?

9. Qual a razão pela qual a investigação será conduzida – se for — pela Polícia Federal e não pela Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça?

10. Que tipo de providência a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça tomará a respeito deste caso, uma vez que o presidente do Instituto Brasileiro de Siderurgia

anunciou ter também apresentado representação à própria Secretaria?

Justificação

A Ceara Steel constitui um empreendimento que une esforços do governo estadual, do governo federal e do setor privado e programa produzir 1,5 milhão de toneladas de placas de aço para exportação. A expectativa é de que a entrada em operação da siderúrgica provoque um impacto econômico de 5% no Produto Interno Bruto cearense. As obras da siderúrgica devem gerar 3,5 mil empregos diretos. Quando estiver em operação deverá empregar 1,6 mil pessoas. A siderúrgica será a primeira da América Latina a operar dentro dos padrões de preservação ambiental previstos pelo Protocolo de Quioto. A previsão é de que a unidade tenha capacidade de produzir 1,5 milhão de toneladas anuais de placas de aço a partir de 2009, com a produção destinada à exportação.

Trata-se portanto de um projeto em linha com a tendência mundial da indústria siderúrgica, que representará um marco na industrialização do Nordeste e do Ceará em particular, alicerçado na infra-estrutura desenvolvida no Complexo Portuário do Pecém. Será um gerador de divisas para o Brasil, além de estar perfeitamente consoante com a política ditada pelo Estado do Ceará, que propõe o crescimento com inclusão social.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva comprometeu-se publicamente com a construção e operação da Ceara Steel. Após várias manifestações do presidente, na sua última visita ao Ceará foi por ele reiterado esse compromisso com o empreendimento. O presidente chegou a anunciar em praça pública que retornaria brevemente a nosso Estado para anunciar em caráter oficial o acordo que permitirá o início dos trabalhos. Essa posição gerou, por parte de outras empresas, reação negativa e equivocada, chegando-se ao ponto de partir do presidente de instituto que representa interesses privados, o Instituto Brasileiro de Siderurgia, a informação de que a Polícia Federal abriria investigação sobre a Ceara Steel. Providências nesse sentido chegaram a ser anunciadas.

É por essa razão que, representante do Ceará e do Nordeste, gostaria de solicitar ao Exmº Sr. Ministro da Justiça informações a respeito de eventuais ações, da Polícia Federal e de outros órgãos a ele subordinados, com relação à Ceara Steel.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2007. – Senadora **Patrícia Saboya**.

(À Mesa, para decisão).

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 920, DE 2007

Requeiro, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado – PLS nº 523, de 2003, que atualmente se encontra na Comissão de Assuntos Sociais, tramite na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, pelo fato de a matéria envolvida ser afeta à referida Comissão.

Justificação

O presente pedido justifica-se em face de o referido Projeto de Lei ter por objeto alteração ao parágrafo único do art. 106 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da previdência Social e dá outras providências, para acrescentar que a prova testemunhal seja considerada para efeito de comprovação do exercício da atividade rural.

Por consequência, resta claro que a matéria em tela merece ser apreciada pormenorizadamente pela comissão temática, de Agricultura e Reforma Agrária, por envolver alcance de relações jurídicas que têm por objeto o homem do campo.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2007. – **Kátia Abreu**, Senadora da República.

REQUERIMENTO Nº 921, DE 2007

Requeiro, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, item 12, do regimento Interno do Senado Federal – RISF, que além da Comissão constante do despacho inicial da distribuição, seja ouvida a Comissão de Assuntos Sociais –CAS sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2007.

Justificação

O PLC nº 5, de 2007, altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro – CTB – regulando o uso de películas de proteção contra raios solares e dá outras providências.

A proteção pretendida diz respeito a matérias relativas à saúde, a assistência médica, a energia, saúde pública, segurança pública, entre outras.

Ora, o art. 100 de RISF, que trata da competência da Comissão de Assuntos Sociais, diz, no seu inciso II, ser da competência da Comissão “a proteção e defesa da saúde...” e no seu inciso III “normas gerais sobre a proteção do meio ambiente e controle da poluição, conservação da natureza...”. Assim é regimental que se ouça a CAS no mérito deste PLC nº 5 de 2007.

Por essas razões, espero o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2007. – **Gaibaldi Alves Filho**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, projetos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 400, DE 2007

Determina a obrigatoriedade de os agentes públicos eleitos matricularem seus filhos e demais dependentes em escolas públicas até 2014.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os agentes públicos eleitos para os Poderes Executivo e Legislativo federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal são obrigados a matricular seus filhos e demais dependentes em escolas públicas de educação básica.

Art. 2º Esta Lei deverá estar em vigor em todo o Brasil até, no máximo, 1º de janeiro de 2014.

Parágrafo único. As Câmaras de Vereadores e Assembléias Legislativas Estaduais poderão antecipar este prazo para suas unidades respectivas.

Justificação

No Brasil, os filhos dos dirigentes políticos estudam a educação básica em escolas privadas. Isto mostra, em primeiro lugar, a má qualidade da escola pública brasileira, e, em segundo lugar, o descaso dos dirigentes para com o ensino público.

Talvez não haja maior prova do despreço para com a educação das crianças do povo, do que ter os

filhos dos dirigentes brasileiros, salvo raras exceções, estudando em escolas privadas. Esta é uma forma de corrupção discreta da elite dirigente que, ao invés de resolver os problemas nacionais, busca proteger-se contra as tragédias do povo, criando privilégios.

Além de deixarem as escolas públicas abandonadas, ao se ampararem nas escolas privadas, as autoridades brasileiras criaram a possibilidade de se beneficiarem de descontos no Imposto de Renda para financiar os custos da educação privada de seus filhos.

Pode-se estimar que os 64.810 ocupantes de cargos eleitorais vereadores, prefeitos e vice-prefeitos, deputados estaduais, federais, senadores e seus suplentes, governadores e vice-governadores, Presidente e vice-Presidente da República deduzam um valor total de mais de 150 milhões de reais nas suas respectivas declarações de imposto de renda, com o fim de financiar a escola privada de seus filhos alcançando a dedução de R\$2.373,84 inclusive no exterior. Considerando apenas um dependente por ocupante de cargo eleitorais.

O presente Projeto de Lei permitirá que se alcance, entre outros, os seguintes objetivos:

- a) ético: comprometerá o representante do povo com a escola que atende ao povo;
- b) político: certamente provocará um maior interesse das autoridades para com a educação pública com a conseqüente melhoria da qualidade dessas escolas.
- c) financeiro: evitará a “evasão legal” de mais de 12 milhões de reais por mês, o que aumentaria a disponibilidade de recursos fiscais à disposição do setor público, inclusive para a educação;
- d) estratégica: os governantes sentirão diretamente a urgência de, em sete anos, desenvolver a qualidade da educação pública no Brasil.

Se esta proposta tivesse sido adotada no momento da Proclamação da República, como um gesto republicano, a realidade social brasileira seria hoje completamente diferente. Entretanto, a tradição de 118 anos de uma República que separa as massas e a elite, uma sem direitos e a outra com privilégios, não permite a implementação imediata desta decisão. Ficou escolhido por isto o ano de 2014, quando a República estará completando 125 anos de sua proclamação.

É um prazo muito longo desde 1889, mas suficiente para que as escolas públicas brasileiras tenham a qualidade que a elite dirigente exige para a escola de seus filhos.

Seria injustificado, depois de tanto tempo, que o Brasil ainda tivesse duas educações uma para os filhos de seus dirigentes e outra para os filhos do povo, como nos mais antigos sistemas monárquicos, onde a educação era reservada para os nobres.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos ilustres colegas para a aprovação deste projeto.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2007. – Senador **Cristovam Buarque**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, cabendo à última – Decisão Terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 481, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para modificar o regime de tributação incidente sobre as creches e pré-escolas no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 13.
VIII – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, exceto no caso das pessoas jurídicas que se dediquem às atividades de creche e pré-escola previstas no inciso I do § 1º do art. 17 desta Lei Complementar;
..... (NR)”

Art. 18.
§ 5º

VII – as atividades de creche e pré-escola previstas no inciso I do § 1º do art. 17 desta Lei Complementar serão tributadas na forma do Anexo I desta Lei Complementar, descontadas das alíquotas correspondentes a ICMS, hipótese em que não estará incluído no Simples Nacional o imposto previsto no inciso VIII

do **caput** do art. 13 desta Lei Complementar, devendo este ser recolhido segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis.

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Uma das premissas usadas na elaboração do novo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MPE) era de que a sua entrada em vigor deveria representar um tratamento jurídico-tributário melhor, ou, no mínimo, tão favorecido quanto o anterior, dado pelo Simples federal, da Lei nº 9.317, de 1996 – nunca, uma piora. No entanto, isso se deu em relação às creches e pré-escolas, com o início da vigência do Supersimples. É da correção dessa distorção que trata esta proposição.

A partir de 1º de julho de 2007, as creches e pré-escolas, antes enquadradas no Simples federal e tributadas por alíquota aplicável ao comércio, passaram a pagar alíquotas 50% maiores no novo regime relativamente ao que despediam anteriormente.

Além disso, em geral, o segmento ainda terá de arcar com alíquotas mais elevadas de Imposto sobre Serviços (ISS), pois grande parte dos Municípios pratica alíquotas reduzidas de incentivo às atividades, (normalmente correspondente à alíquota mínima de 2%) para satisfazer a grande carência de educação pré-escolar em suas áreas de jurisdição.

O Supersimples, criado pela Lei Complementar nº 123, de 2006, ampliou significativamente os possíveis beneficiários do regime unificado e simplificado de pagamento de tributos. Além disso, incluiu, de forma obrigatória, tributos de competência estadual e municipal. Para a maioria das empresas, o novo sistema constitui vantagem, contribuindo para a diminuição da carga tributária em relação aos fiscos federal, estaduais e municipais. A nova lei estipulou que, simultaneamente à entrada em vigor do Supersimples, a Lei nº 9.317, de 1996, em cujo regime se enquadravam as creches e pré-escolas desde a edição da Lei nº 10.034, de 2000, seria revogada.

Por força do art. 2º da já citada Lei nº 10.034, de 2000, as prestadoras de serviços autorizadas a aderir ao Simples federal (Lei nº 9.317, de 1996), foram submetidas a alíquotas majoradas em 50% em relação

ao regime da lei de 1996. Excetuavam-se as creches e pré-escolas. O Supersimples (Lei Complementar nº 123, de 2006), porém, incorporou-as na categoria das prestadoras de serviços submetidas à alíquota majorada em 50%. Ou seja, o Supersimples, contrariamente ao desejado, aumentou a carga tributária sobre as creches e pré-escolas.

As parcelas relativas às alíquotas de Imposto sobre Serviços (ISS) incidentes sobre as creches e pré-escolas no Supersimples são progressivas e variam de 2%, para as microempresas de receita até R\$120.000,00 anuais, a até 5%, para as empresas de pequeno porte com receita bruta acima de R\$1.200.000,00. Portanto, o aumento da carga tributária por conta da incidência do tributo, quando houver, será variável, de acordo com o Município em que se localize o estabelecimento e de acordo com a receita bruta da microempresa ou empresa de pequeno porte.

Na verdade, muitos acusam o Supersimples de ser, paradoxalmente, muito complexo. Evidentemente, ele é assim para poder acomodar os muitos segmentos e interesses que abriga, uma vez que não há como se dar tratamento uniforme a tantas atividades desiguais. Embora a criação de situações peculiares para um determinado segmento possa ser vista como um complicador para o sistema simplificado, ela é, por vezes, necessária, sobretudo em área social tão sensível quanto a de creches e pré-escolas.

É importante lembrar que, em relação à situação anterior, a criação de uma sistemática excepcional para esses estabelecimentos não representa perda de arrecadação para a União, nem para os Municípios. Portanto, não tem implicações fiscais relevantes.

A modificação proposta pretende fazer justiça aos estabelecimentos de creche e pré-escola, ao fazer retornar à situação anterior a tributação por eles sofrida. Em vez de serem tributadas como as demais prestadoras de serviços, as creches e pré-escolas continuam a ser equiparadas ao comércio em geral, pela aplicação da tabela do Anexo I da Lei Complementar nº 123, de 2006, com a única diferença de que elas não pagarão a parcela correspondente ao ICMS, não-aplicável a essas atividade. Ao mesmo tempo, o ISS não estará incluso no regime do Supersimples para o setor, devendo ser pago conforme a legislação vigente no Município de localização do estabelecimento, o que permitirá às prefeituras continuar a estimular, via incentivos fiscais, a instalação de creches e pré-escolas

em seus territórios e evitará a oneração do segmento, por conta da inclusão do ISS no novo regime.

Assim, dado o alcance social do que se pretende, contamos com a sensibilidade de cada um dos colegas e pedimos o seu apoio para a aprovação deste importante projeto de lei complementar.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2007. – Senadora **Patrícia Saboya**.

(Às Comissões de Educação e de Assuntos Econômicos.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 74, DE 2007

Legitima o Ministério Público para a impetração do mandado de segurança coletivo, no exercício de suas atribuições constitucionais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso LXX do art. 5º da Constituição Federal passa a vigor acrescido da seguinte alínea c:

“Art. 5º

.....

LXX – o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado pelas seguintes entidades:

.....

c) Ministério Público, no exercício de suas atribuições constitucionais.

..... ” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Decorridos quase vinte anos da promulgação da Constituição Cidadã, dentre os inúmeros avanços contidos em seu texto, consideramos que dois aspectos

foram cruciais para a construção do Estado de Direito Democrático desejado pelo constituinte originário: o estabelecimento de ações constitucionais, voltadas à tutela dos direitos fundamentais, sociais e políticos, e a ereção do Ministério Público à condição de defensor da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Dentre as ações constitucionais, não temos dúvidas de que o mandado de segurança, e sua variante coletiva, ocupam lugar de destaque em nosso ordenamento constitucional, pois visam a reprimir ações ou omissões do Poder Público que atentem contra as liberdades civis, e os direitos subjetivos dos cidadãos.

De outra parte, a atuação do Ministério Público se revelou, ao longo desses quase vinte anos, imprescindível para a defesa da Sociedade brasileira. O modo reto, ético, e independente com que seus membros se desincumbiram de seus deveres funcionais foi fundamental para trazer ao Brasil uma cultura de combate às más práticas administrativas, e de zelo pelo patrimônio público.

Nada obstante isso, a legitimidade outorgada pelo texto constitucional para a impetração do mandado de segurança coletivo não abrange o Ministério Público, retirando valiosa ferramenta de persecução judicial dos interesses da sociedade da órbita do alcance de uma das principais instituições democráticas de que dispomos.

Com o intuito de sanar esse problema, apresentamos a presente Proposta de Emenda à Constituição; que tem o único objetivo de conferir legitimidade ao Ministério Público para impetrar mandado de segurança coletivo para o exercício de suas atribuições constitucionais. Dessa forma, não há ampliação de atribuições, mas apenas a concessão de mais uma ferramenta voltada à consecução das missões que o constituinte originário já concedera a essa instituição.

Não temos dúvida de que, aprovada e promulgada a Proposta de Emenda à Constituição que ora apresentamos, estar-se-á a corroborar no Brasil o zelo pela coisa pública, razão pela qual pedimos aos nobres pares o apoio indispensável à sua aprovação.

Sala das Sessões, 16 de agosto de 2007. Senador **Demóstenes Torres**.

Sala das Sessões,

Senador DEMÓSTENES TORRES

	Senador	Assinatura
01	PAULO DUQUE	Paulo Duque
02	Antônio Carlos	JARBAS VASCONCELOS
03	EFITÁCIO CARTEIRA	EFITÁCIO
04	Luiz Paulo	Luiz Paulo
05	Walter	Henrique Faria
06	Walter	Walter
07	Walter	WALTER BALDE
08	Walter	cursonan.
09	GERALDO MELOUITA JR.	Gerardo
10	Capelão	Capelão
11	WELTON A. LOPES	WELTON
12	LEONAR QUINTANILHA	L. Quintanilha
13	Yanis Pinto	Yanis Pinto
14	CASA GRANDE	CASA GRANDE
15	Walter	MARCO MAGIEL
16	Luiz Paulo	Luiz Paulo

17	<i>Antônio Carlos</i>	
18	<i>FLÉXIA L. L. L.</i>	
19	<i>João Pinheiro</i>	<i>João Pinheiro</i>
20	<i>Flávio Arns</i>	<i>Flávio Arns</i>
21	<i>Flávio Arns</i>	<i>Flávio Arns</i>
22	<i>Flávio Arns</i>	<i>Flávio Arns</i>
23	<i>Flávio Arns</i>	<i>Flávio Arns</i>
24	<i>Flávio Arns</i>	<i>Flávio Arns</i>
25	<i>Flávio Arns</i>	<i>Flávio Arns</i>
26	<i>Flávio Arns</i>	<i>Flávio Arns</i>
27	<i>Flávio Arns</i>	<i>Flávio Arns</i>
28		
29		

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
 Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

LXX – o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

a) partido político com representação no Congresso Nacional;

b) organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania).

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
 – A Proposta de Emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes

dos art. 354 e seguintes do Regimento Interno. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
 – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência informação sobre acordo de Lideranças para apreciação do Item 1 da pauta.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 21, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 369, de 2007)
 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 21, de 2007, que acresce e altera dispositivos das Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 10.233, de 5 de junho de

2001, 10.893, de 13 de julho de 2004, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 11.457, de 16 de março de 2007, e 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, para criar a Secretaria Especial de Portos, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 369, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 22-6-2007)

Prazo final (prorrogado): 18-9-2007

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 23, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 372, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 23, de 2007, que dispõe sobre a utilização de recursos das exigibilidades de aplicação em crédito rural oriundos da poupança rural e dos depósitos a vista para financiamentos destinados à liquidação de dívidas de produtores rurais ou suas cooperativas com fornecedores de insumos, relativas às safras 2004/2005 e 2005/2006; altera as Leis nºs 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e 11.322, de 13 de julho de 2006; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 372, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 7-7-2007)

Prazo final (prorrogado): 3-10-2007

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 24, DE 2007

(Proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007)

(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 24, de 2007, que dispõe sobre a concessão de pensão especial às pessoas atingidas pela hanseníase que foram submetidas a isolamento e internação compulsórios (proveniente da Medida Provisória nº 373, de 2007).

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 9-7-2007)

Prazo final (prorrogado): 5-10-2007

4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 211, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 211, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 575, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relatora *ad hoc*: Senadora Ideli Salvatti), que aprova a Programação Monetária relativa ao segundo trimestre e para o ano de 2007.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 412, DE 2003-COMPLEMENTAR

(Em regime de urgência nos termos do Requerimento nº 647, de 2007 – art. 336, inciso II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 412, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, que estabelece a competência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), para prevenir e reprimir infrações contra a ordem econômica e contra a concorrência no Sistema Financeiro Nacional e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 109 e 110, de 2007, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges, favorável, com as Emendas nºs 1 a 6-CCJ, que apresenta; e

– de Assuntos Econômicos, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1 a 6-CCJ, apresentando a Emenda nº 7-CAE.

6

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 23, DE 2007

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 670, de 2007 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 23, de 2007 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como

conclusão de seu Parecer nº 270, de 2007, Relator: Senador Valdir Raupp), que *autoriza a República Federativa do Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo, a ser contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no valor total equivalente a até cinqüenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América, junto ao Banco Europeu de Investimento – BEI (financiamento do Programa Multissetorial BEI – Linha de Crédito).*

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 13, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 13, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Zambiasi, que *altera a redação do § 4º do art. 18 da Constituição Federal, dispondo sobre a organização de Municípios.*

Pareceres sob nºs 768, de 2003; 21, de 2005; e 14, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador João Alberto Souza; 1º pronunciamento: favorável à matéria; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos do Requerimento nº 1.018, de 2003): ratificando o seu parecer anterior; 3º pronunciamento: Relator: Senador Luiz Otávio (em reexame, nos termos do Requerimento nº 479, de 2005): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 48, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator *ad hoc*: Senador João Batista

Motta, favorável, nos termos de subemenda que apresenta.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 57, DE 2005***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.*

Pareceres sob nºs 779, de 2006; e 272, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento (sobre a Proposta): Relator: Senador Ramez Tebet, favorável; – 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 1, de Plenário): Relator: Senador Adelmir Santana, favorável, e apresentando a Emenda nº 2-CCJ, de redação.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 2, DE 2007**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Marco Maciel, que *acrescenta parágrafo ao art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral.*

Parecer sob nº 91, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta, com votos contrários dos Senadores Antonio Carlos Valadares e José Nery, e, em separado, do Senador Inácio Arruda.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 5, DE 2007**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2007, tendo como primeiro sig-

natário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *cria o Fundo de Combate à Violência e Apoio às Vítimas da Criminalidade*.

Parecer sob nº 191, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, que apresenta, e abstenção do Senador Jefferson Péres.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 50, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *acrescenta inciso ao art. 159 da Constituição Federal, para o fim de destinar ao Fundo de Participação dos Estados e dos Municípios dez por cento do produto da arrecadação das contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico*.

Parecer sob nº 290, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos contrários dos Senadores Eduardo Suplicy e Sibá Machado, e, em separado, da Senadora Ideli Salvatti.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 58, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 58, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 159 da Constituição Federal, para determinar a transferência, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, de parte do produto da arrecadação do imposto de importação e do imposto sobre produtos industrializados, proporcionalmente ao saldo de suas balanças comerciais com o exterior*.

Parecer sob nº 291, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator *ad hoc*: Senador João Batista Motta, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com votos contrários das Senadoras

Ideli Salvatti e Serys Slhessarenko, do Senador Eduardo Suplicy, e, em separado, do Senador Sibá Machado.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego*.

Parecer favorável, sob nº 539, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 132, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 132, de 2005 (nº 4.412/2001, na Casa de origem), que *regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional e dá outras providências*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 541 e 925, de 2006 das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Wellington Salgado de Oliveira; e de Educação (em audiência, nos termos do Requerimento nº 642, de 2006), Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 83, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 83, de 2006 (nº 1.996/2003, na Casa de origem), que *fica instituído o Programa Disque Idoso*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 282 e 283, de 2007, das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relatora *ad hoc*: Senadora Maria do Carmo Alves.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2006 (nº 5.150/2001, na Casa de origem), que *institui o dia 27 de*

setembro de cada ano como o Dia Nacional dos Vicentinos.

Parecer favorável, sob nº 88, de 2007, da Comissão de Educação, Relator: Senador Marco Maciel.

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2007
(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2007 (nº 4.125/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias.*

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2007
(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2007 (nº 4.126/2004, na Casa de origem), de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Exploração Sexual, que *acrescenta a Seção VIII ao Capítulo III – Dos Procedimentos – do Título VI – Do Acesso à Justiça – da Parte Especial da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, dispondo sobre a forma de inquirição de testemunhas e produção antecipada de prova quando se tratar de delitos tipificados no Capítulo I do Título VI do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, com vítima ou testemunha criança ou adolescente e acrescenta o art. 469-A ao Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal.*

20

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 204, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 204, de 2006 (nº 1.798/2005, na Câmara dos Deputados), que

aprova o texto da Convenção Adicional Alterando a Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Regular outras Questões em Matéria de Impostos sobre a Renda e o Protocolo Final assinados em Brasília, em 23 de junho de 1972, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino da Bélgica, celebrado em Brasília, em 20 de novembro de 2002.

Parecer favorável, sob nº 991, de 2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Arthur Virgílio.

21

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 502, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 502, de 2006 (nº 1.392/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção nº 178 relativa à Inspeção das Condições de Vida e de Trabalho dos Trabalhadores Marítimos bem como o texto da Recomendação nº 185, ambas da Organização Internacional do Trabalho – OIT e assinadas em Genebra, em 22 de outubro de 1996.*

Parecer favorável, sob nº 124, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Antônio Carlos Valadares.

22

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 503, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 503, de 2006 (nº 1.836/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Facilitação de Circulação de Pessoas, celebrado em Lisboa, em 11 de julho de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 125, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

23

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 504, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 504, de 2006 (nº

2.145/2006, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Croácia sobre Cooperação no Campo de Veterinária, celebrado em Zagreb, em 20 de abril de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 126, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

24

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 4, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2007 (nº 278/99, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo Relativo à Implementação da Parte XI da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982, concluído em Nova Iorque, em 29 de julho de 1994.*

Parecer favorável, sob nº 170, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marco Maciel.

25

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 6, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 6, de 2007 (nº 2.098/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Regularização Migratória entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Suriname, celebrado em Paramaribo, em 21 de dezembro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 477, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Augusto Botelho.

26

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 24, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 24, de 2007 (nº 638/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção Interamericana sobre Assistência Mútua em Matéria Penal, assinada em Nassau em 23 de maio de 1992*

e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Manágua em 11 de junho de 1993.

Parecer favorável, sob nº 344, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Paulo Duque.

27

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 25, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 2007 (nº 1.061/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica, Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Dominicana para Implementação do Projeto Manejo da Bacia do Rio Yaque do Norte: Parques Florestais, Ecoturismo, Educação Ambiental e Investigação Hidrológica, celebrado em 11 de novembro de 2002, em São Domingos.*

Parecer favorável, sob nº 345, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Flexa Ribeiro.

28

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 26, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 26, de 2007 (nº 2.999/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto da Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia, celebrada em 30 de agosto de 1961.*

Parecer favorável, sob nº 385, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Romeu Tuma.

29

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 27, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2007 (nº 1.152/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto das Emendas ao Convênio Constitutivo do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD.*

Parecer favorável, sob nº 277, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

30

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 28, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2007 (nº 1.297/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Armênia, celebrado em Brasília, em 7 de maio de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 346, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Pedro Simon.

31

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 29, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007 (nº 1.324/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Cooperação em Assuntos Relacionados à Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia, celebrado em Brasília, em 14 de agosto de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 171, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 30, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007 (nº 1.395/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba para Cooperação Técnica em Matéria de Saúde Animal e Sanidade Vegetal, celebrado em Havana, em 26 de setembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 386, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Rosalba Ciarlini.

33

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 31, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007 (nº 1.546/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária, celebrado em Maputo, em 5 de novembro de 2003.*

Parecer favorável, sob nº 387, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

34

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 32, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 32, de 2007 (nº 1.732/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Judicial em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba, celebrado em Havana, em 24 de setembro de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 278, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos.

35

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 33, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2007 (nº 1.759/2005, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Romênia sobre Isenção Parcial de Vistos, celebrado em Bucareste, em 16 de outubro de 2004.*

Parecer favorável, sob nº 388, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)

– Voltamos à lista dos oradores inscritos.

Como último orador, está inscrito o nosso Senador Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal, a quem concedo a palavra.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente Mão Santa, ao mesmo tempo em que fico feliz em que V. Ex^a esteja na Presidência, lamento que não esteja ali para a gente debater um assunto de que hoje V. Ex^a foi testemunha na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Assistimos ao depoimento do Almirante Júlio Soares sobre a situação da Marinha no Brasil. É fácil imaginar quais serão as possíveis manchetes dos jornais amanhã. Provavelmente, serão manchetes sobre a subida do dólar, sobre algum vazamento da Polícia Federal, sobre alguma notícia de corrupção, sobre alguma notícia a respeito da violência urbana, mas creio que a mais importante manchete de amanhã, se refletir aquilo a que assisti hoje, a maior manchete, a de maior repercussão para o futuro do Brasil, será aquela em que se dirá “em 2025, a Marinha do Brasil não existirá mais”. Foi isto que o Almirante, Comandante da Marinha, com muita competência, com muita franqueza, apresentou para nós: um quadro em que mostrava o que vai acontecer, se não houver uma reversão da tendência; o que vai acontecer em 2025, se a tendência continuar. E ele colocou, em letras garrafais, a palavra “fim” da Marinha no Brasil.

Lamentavelmente, essa não vai ser a manchete, porque, enquanto isso acontece, vemos o Ministro da Defesa, recém-chegado, não passar hoje de gerente do tráfego aéreo brasileiro. Não é um Ministro da Defesa, é um gerente, um diretor, um Presidente da Infraero. Não assumiu! E ainda mais grave: está preocupado, entre outras coisas, com a distância entre as cadeiras, esquecendo-se de que não é só gente alta que enfrenta problemas nos aviões; o gordo e o deficiente físico também enfrentam esse problema, não apenas os altos, como ele.

Um Ministro da Defesa deve pensar a segurança nacional: onde estarão a Marinha, a Aeronáutica, as Forças Armadas em 2025, em 2050, em 2100? A gente não vê essa preocupação. E não me digam que essa preocupação não é urgente! Ela é urgente! E não me digam que isso não está na cabeça das pessoas, porque, se não está na cabeça das pessoas, nós, como líderes, temos de colocar na cabeça do povo brasileiro o que de fato é importante!

É claro que o problema do tráfego aéreo é importantíssimo, mas basta um bom gerente cuidando disso na Infraero. Basta chamar o Comandante da Aeronáu-

tica e dizer “ponha ordem nisso, senão eu o demito”. Basta nomear um gerente e dizer: “Ponha ordem nisso, senão você não fica aqui mais de um mês”. E deixe o Ministro cuidar dos problemas fundamentais da defesa nacional! Mas não é só o Ministro.

Enquanto a Marinha caminha para isso, o que vemos neste Senado? Preocupados estamos nós com os problemas que ameaçam o Presidente do Senado; estamos preocupados com pequenas coisas de um lado para outro, no máximo convidando aqui o Comandante da Marinha para falar para um pequeno grupo de Senadores, reunidos na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde estava o Senador Mão Santa.

Será que cada um de nós não tem por obrigação mostrar ao povo brasileiro o que vai acontecer no momento em que nossa Marinha se transformar em fantasma? Será que não é importante dizer que este País tem 8,5 milhões de km² de terra, mas tem 4,5 milhões de km² de mar? É mais da metade do território brasileiro o espaço marítimo que o Brasil tem. Será que não vale a pena lembrar que 90% do comércio chegam e saem do Brasil por vias marítimas, que 80% do petróleo vêm por vias marítimas, que a perda do controle das fronteiras marítimas e a falta de uma Marinha podem, sim, ameaçar isso? É uma tragédia nacional! Será que a gente não tem de alertar para o fato de que grande parte dos recursos nacionais, não só o petróleo, está no mar? É lá que vamos encontrar a fonte de recursos. Lamentavelmente, nem vemos isso no Ministro da Defesa, nem vemos isso entre nós, Senadores.

Diante de nós, uma tragédia está sendo escrita, e a gente não está lendo. E o ano de 2025 virá depois de amanhã. Mas o mais grave é que se levam cinco anos só para fazer um navio; levam-se dez anos para se trazer uma nova estratégia. Se começarmos hoje, talvez já cheguemos atrasados. E o pior é que a gente sabe que não vai começar hoje, nem no próximo ano. E não sabemos se vamos começar no ano seguinte. A tragédia se anuncia, e a gente está discutindo outras coisas. Eu não disse que são coisas menores, porque as coisas todas são importantes, mas coisas cujas consequências não terão a tragédia do que é fundamental.

Este País tem o quarto ou o quinto maior espaço aéreo do mundo; tem 7,4 mil quilômetros de costa – talvez, seja a terceira ou a quarta maior costa do mundo inteiro, tirando as ilhas, porque o litoral é na totalidade de seus territórios –; tem uma Amazônia cobiçada internacionalmente, cuja defesa, em parte, será feita pela Marinha, ou não será feita. Além disso, temos fronteiras com muitos países – talvez, poucos outros tenham tantas fronteiras terrestres como nós

temos. São 14 mil quilômetros de fronteiras a serem preservadas, protegidas, não só de governos estrangeiros. Devem ser protegidas, porque, em algum momento, a migração internacional pode ameaçar a estabilidade brasileira, porque o tráfico penetra por elas, porque a cobiça internacional por recursos entra por elas. E um dos recursos mais escassos futuramente será água, e o Brasil é um portador desse recurso na maior quantidade.

Hoje, estamos abandonando a Marinha, a Aeronáutica, o Exército, como se fôssemos uma Nação pequena, menor, não um País com a necessidade de se comportar como potência. Fala-se em potência com base no Produto Interno Bruto. É claro que o PIB é um indicador, mas mais importante do que o PIB de hoje é a capacidade de produzir mais amanhã, e isso não estamos tendo.

Não estamos tendo porque, daqui para frente, o Produto Interno Bruto será criado pela ciência e pela tecnologia, e, como sempre, será defendido por Forças Armadas preparadas, competentes e patrióticas. Isso não estamos vendo do ponto de vista de nós, os líderes nacionais, darmos às Forças Armadas.

Não só a Marinha, como hoje ficou claro no depoimento que o senhor assistiu, Senador Mão Santa, do Almirante Júlio, que, a mim, como brasileiro, me deixou profundamente chocado. Não por ele; ao contrário: a franqueza, a competência, a seriedade como ele trouxe o problema para nós. Eu imaginava que um Almirante pudesse vir aqui – acho que isso ele gostaria – para falar dos cenários do futuro, das estratégias de como vamos nos comportar no Atlântico Sul, de como vamos nos comportar nas vias fluviais que fazem fronteira com outros países. Quais são os cenários para proteger a Amazônia através do rio Amazonas? Quais são os cenários de estratégia para fazer da Marinha um importante centro de formação da consciência nacional e nacionalista brasileira? Lamentavelmente, em vez disso, o Almirante é obrigado a usar de sua competência e firmeza, seu brilhantismo – como ele usou – para dizer: nós estamos pedindo socorro. Ele não disse isso, mas foi a sensação que fiquei.

Sensação que é óbvia que ficamos quando olhamos os quadros dele em que mostram que: dos 21 navios existentes, 11 estão imobilizados – os outros 10 operam com restrições. Vejam a situação que vive a nossa Marinha!

Dos 21 navios existentes, 11 imobilizados – 10 operam com restrições. Dos 5 submarinos, dois imobilizados e 2 operando com restrições – então só tem um. Dos 58 helicópteros, 27 estão imobilizados e 31 operando com restrições – todos. Das aeronaves, 23, 21 delas imobilizadas e duas operando com restrições.

Não é a Marinha que precisamos para o tamanho do Brasil.

Agora isto explica porque, se analisamos os dados da vida do arsenal: submarinos, há necessidade de 12, só temos cinco. Sabem qual a idade deles? Em média, 10 anos. A idade dos navios-patrolha: 14 anos. A idade dos porta-aviões: 46 anos! Antes da revolução eletrônica; antes da revolução de grande parte da arquitetura naval. Dos navios escoltas, a idade média é de 27 anos; navios de apoio logístico móvel, a idade média é de 31 anos; navios varredores e caça-minas, a idade média é de 34 anos; navios-patrolha fluviais, a idade média é de 33 anos; navios de transporte, a idade média é de 46 anos!

O Almirante Tiradentes que é o patrono da Marinha está fazendo 200 anos de nascimento.

Eu acho, Senador Mão Santa, que se ele estivesse vivo e o colocássemos em um desses navios ele seria capaz de comandar ainda hoje...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) –

Não porque foram feitos na época dele, 200 anos atrás, mas porque foram feitos no mesmo padrão, no mesmo paradigma, foram feitos dentro de uma concepção que não incorporou toda a revolução que os últimos anos trouxe para as Forças Armadas, para a Aeronáutica especialmente, mas para a Marinha e o Exército também.

Se olhamos as embarcações de desembarque, 28 anos é a idade média; os navios de assistência hospitalar, 17 anos; os helicópteros têm idade média de 15 anos e os aviões, 30 anos! Aqui não precisamos falar em Tamandaré. Era bem capaz de Santos Dumont saber pilotar um avião desses.

Como é que podíamos considerar que tem futuro um País do tamanho brasileiro, se não trazemos aqui para dentro a discussão de como resolver esse problema? Porque a Marinha tem competência se dermos os recursos, recursos que, sendo aplicados, vão não só fortalecer a Marinha mas criar emprego, dinamizar o setor de ciência e tecnologia. Os Estados Unidos desenvolveram o seu setor de ciência e tecnologia em grande parte graças à defesa do próprio País. Foi a pesquisa, para levar adiante a defesa, que permitiu fazer as descobertas que transformaram esse país nas últimas décadas.

E nós estamos jogando fora a chance de sermos um grande País.

Ontem falei aqui que precisamos sair da falta de credibilidade que hoje tem o Congresso Nacional. E propus pontos para recuperarmos a credibilidade do Senado Federal. Propus que um dos pontos fundamen-

tais é sairmos desse marasmo atual e começarmos a trabalhar, e propus, para esse trabalho, três coisas: primeiro, é preciso fazer o que sugeri ontem – e vou formalizar essa proposta –, diante da opinião pública fazer o “anti-recesso”.

Nós trabalhamos, aqui dentro, de terça a quinta. Depois cada um trabalha na sua cidade, no seu Estado. O povo acha que não trabalhamos. Está na hora de ficarmos trabalhando seis dias por semana aqui dentro, durante um mês, que seja; durante quinze dias, que seja, para o povo ver que trabalhamos também aqui dentro e não só nos nossos Estados. Mas não só isso. Não adianta ficarmos aqui seis dias por semana, falando e fazendo o que vimos falando e fazendo nos últimos meses. É preciso que aqui, ficando aqui dentro, num mutirão de duas, três, quatro semanas intensas, e as nossas Bases, nos nossos Estados vão poder esperar sem nenhum problema, é preciso que, neste período, orientemos nossos debates em dois sentidos: um é limpar a pauta, mostrar que os problemas que estão aí nós enfrentamos e resolvemos, e o outro é aprofundar a dimensão da análise dos problemas brasileiros. Não ficar apenas na superficialidade. Não ficar apenas na podridão da superfície; analisar a ferrugem da engrenagem social, econômica e cultural brasileira e, aí, definirmos linhas, traçarmos programas, olharmos estrategicamente o futuro. E, nesse olhar em direção ao futuro, não há a menor dúvida de que um dos pontos fundamentais é a análise do que fazer para que o Brasil recupere as suas Forças Armadas.

Confesso que não sabia que durante a Guerra do Paraguai, há 140 anos, a Marinha de Guerra Brasileira era, naquela época, segundo dizem oficiais da Marinha, a mais potente do mundo inteiro. Ou seja, a Marinha mais potente do mundo, em torno dos anos de 1860 a 1870, no tempo da Guerra do Paraguai, era a nossa.

E hoje? Um País que se transformou na oitava potência em PIB é uma das últimas em educação, é uma das últimas na proteção à saúde, é uma das últimas em moradia, é a última em concentração de renda e, sem dúvida alguma, é uma das últimas em termos Forças Armadas que correspondam à dimensão do nosso País de hoje, e, sobretudo, à dimensão do que a gente espera para o futuro.

Lamentavelmente, fica difícil levar esse sonho de Forças Armadas casadas com um País crescendo potente quando vemos ...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Cristovam Buarque, interrompo V. Ex^a para prorrogar a sessão por 20 minutos, para V. Ex^a continuar essa bela exposição sobre a segurança nacional com tranquilidade.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu preciso de poucos minutos, embora meu desejo é que sejam muitas horas de debate sobre isso aqui dentro, com todos os Senadores, e não apenas um falando nisso.

Como eu dizia, Senador Mão Santa, espero que a gente tente casar nossos sonhos para um País potente com as Forças Armadas que correspondam a essa potência. Lamentavelmente, como eu dizia, no Brasil de hoje, quando se olha o comportamento do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, não se tem, das lideranças nacionais, a percepção de que, lá adiante, existe um futuro. A sensação é de que todos estão prisioneiros do imediatismo. Mais grave: não se tem a sensação da perspectiva global de uma Nação. A sensação é de que cada um está olhando para si, para o seu grupo, para a sua corporação. Nós nos especializamos e, ao nos especializarmos, perdemos a dimensão nacional.

O Congresso brasileiro de hoje é eleito pelos pastores evangélicos ou pelos padres católicos, pelos banqueiros ou pelos latifundiários, ou pelos trabalhadores e pelos sindicatos. Não há, hoje, um Congresso eleito nacionalmente, pensando na Nação e no longo prazo. Estamos prisioneiros do imediatismo e do corporativismo e, por isso, nossas Forças Armadas estão abandonadas, porque, como corporação, não faz sentido elas lutarem. Seria antidemocrático. Não faz sentido fazerem greves, porque seria antidemocrático. Então, não funcionam como corporação; não funcionam como corporação à democracia. Mas os que aproveitaram a democracia para funcionar defendendo a sua corporação, obtêm os recursos, e as Forças Armadas ficam sem os recursos.

Em um desses dias, o senhor disse – e repetiu hoje – que um almirante não quer mais que seu filho seja oficial da Marinha.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nem almirante, nem general, nem brigadeiro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nessas últimas solenidades militares de incorporação de novos aspirantes, nenhum deles entregou a espada ao filho. Pela grandeza do momento, a entrega era uma tradição. Tal atitude significa que eles não querem que os filhos continuem, porque não estão vendo perspectiva.

Como V. Ex^a disse, de acordo com informações do Almirante Julio Soares, a Marinha sobreviverá até o ano 2025, se não houver um grande investimento e responsabilidade; se não despertarem o Presidente da República e o Ministro da Defesa para aquela mensa-

gem do Almirante Barroso: “O Brasil espera que cada um cumpra seu dever”. Nem o Ministro da Defesa está cumprindo o dever dele, nem o nosso Presidente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Mão Santa, isso porque nós perdemos a idéia de cumprir o dever e a substituímos pela idéia de defender interesses específicos, não nacionais. Essa é a contradição que me preocupa e, por isso, vim aqui.

As Forças Armadas não podem defender-se corporativamente, porque, como têm armas, imporiam isso à Nação, o que se chama ditadura. Mas a democracia brasileira é feita de corporações defendendo interesses de grupos. Aí, elas ficam de fora.

Não vamos ter uma boa defesa se não tivermos a perspectiva de longo prazo e o sentimento de Nação. Hoje, essas duas coisas estão faltando no Brasil. Não há sentimento de Nação, nem perspectiva de longo prazo e de futuro.

Por isso, vimos os dados que o Almirante Julio Soares nos trouxe: a tragédia de que, em 2025, talvez tenhamos de decretar o fim da Marinha.

Não sei se o da Aeronáutica será antes ou depois. Não sei se o do Exército será antes ou depois. No entanto, um país que não é uma nação é um país que não apóia suas Forças Armadas. Lamentavelmente, o Brasil, hoje, não está sendo uma nação, mas uma população andando em cima de um território. A nação é muito mais do que um território e uma população. Uma nação é um território, com uma população e um projeto coletivo para o futuro. Falta esse sentimento coletivo que, quando eu era menino, chamava-se patriotismo. Falta essa perspectiva de destino que antigamente tantos líderes nacionais traziam. Juscelino e Getúlio trouxeram essa dimensão.

A culpa está aqui entre nós. Por isso, trouxe uma proposta na qual vou insistir. O Brasil espera que recuperemos a credibilidade da nossa instituição, do Congresso. Essa recuperação só virá quando formos capazes de pôr nossas capacidades, nossas competências, para cumprir o dever de defender a Nação brasileira, defendê-la construindo. Para construí-la, precisamos de todos os trabalhadores, de todos os operários, especialmente dos professores, mas para defendê-la precisamos de nossos soldados. Mas isso só fará sentido se os soldados de hoje tiverem acesso às técnicas modernas e aos equipamentos de ponta que os nossos não têm. Só funcionará se tiverem salários dignos, decentes, como outras categorias conquistaram no Brasil, porque fazem funcionar o interesse corporativo por meio de sindicatos, já que os militares não podem, não devem nem é o que quero.

Então, vamos atendê-los, não por eles, mas pelo País. Vamos atendê-los, não por eles, mas por aqueles

que virão depois de nós e que vão precisar, senão no próximo ano, senão na próxima década, senão ainda neste século, em algum momento do futuro, da nossa Marinha, da nossa Aeronáutica, do nosso Exército. E nós, Senadores, não estamos fazendo o dever de casa, para que as próximas gerações tenham a tranquilidade de contar com as Forças Armadas, que, além de democráticas, devem ser também eficientes e competentes para defender o Brasil.

Era isso, Senador Mão Santa, que queria abordar nesta tarde, dizendo como fiquei realmente chocado ao assistir à brilhante exposição do Almirante– Comandante da Marinha, expondo a situação que atravessam as nossas Armadas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Este é o nosso Senado da República, um dos melhores da nossa história. O Senador Cristovam Buarque adverte o Poder Executivo sobre a difícil situação por que passam as nossas Forças Armadas.

Senador Cristovam Buarque, e o pior é que não era assim. Todos acompanhamos a Aeronáutica do Brigadeiro Eduardo Gomes, o ITA – Instituto Tecnológico Aeronáutico. Foram escolas como essa que possibilitaram a Embraer, o País orgulhar-se da construção de aviões que voam pelos céus do mundo. Destacam-se também a Academia Militar das Agulhas Negras, a Escola de Engenharia que formou os Batalhões Rodoviários, que construiu as melhores estradas e pontes. Ressalte-se, ainda, a Marinha em construção naval de estaleiros.

Então, há um grande retrocesso nessas que, sem dúvida alguma, foram orgulho de todos nós: as três forças militares. V. Ex^a, com a autoridade de Senador da República, adverte o Presidente Luiz Inácio e o Ministro da Defesa com aquela mensagem patriótica do Almirante Barroso: “O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever”. Hoje, ele foi cumprido pelo Almirante Júlio Soares, que dirige, com tanta competência, com tanto amor e com tanto estoicismo, a nossa Marinha brasileira.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sr. Presidente, eu quero concluir apresentando os meus cumprimentos ao Almirante Júlio Soares de Moura Neto pela brilhante exposição que fez. Quero ainda manifestar o meu respeito à Marinha brasileira, que se mantém firme na defesa do Brasil, esperando que nós cumpramos o nosso papel e o nosso dever para que ela seja cada vez mais forte e para que, daqui a pouco, a tendência escrita de “fim em 2025”, possa ser trocada por “crescendo para sempre na defesa do Brasil”.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Eu queria manifestar a satisfação e a grandeza desta Casa. Hoje, estivemos na reunião da Comissão de

Relações Exteriores e Defesa Nacional e, no debate, eu falava sobre a influência tanto da Marinha, quanto do Exército e da Aeronáutica. Nesta Pátria, o essencial é invisível aos olhos: era o exemplo que eles irradiavam.

Eu mesmo, quando prefeitinho, numa crise de criminalidade – crise que envolvia o Capitão Correia Lima, que era o Delegado Especial da minha cidade e que, depois, transformou-se no líder maior do crime organizado do Nordeste –, fui ao Capitão dos Portos – ele já era suspeito quando Capitão na cidade de Parnaíba – me aconselhar com ele. Quer dizer, nós recorriamos às Forças Armadas.

Eu disse: “Sr. Capitão dos Portos, não pode o Delegado Especial ser suspeito. Eu, prefeito, não posso ser suspeito. V. Ex^a, Capitão, não pode; o Bispo também não. Autoridade não pode ser suspeita”. E V. Ex^a disse: “Mão Santa, dentre as frases que ouvi, essa foi uma das frases mais positivas que apareceu nesses debates políticos”.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Anotei a sua frase neste livrinho, porque considero que devíamos colocar essa frase em todos os gabinetes deste Senado: “Autoridade não pode ser suspeita”. Quem é suspeito não pode ser autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Essa frase nasceu da minha consciência num momento em que buscava forças junto ao Capitão dos Portos da minha cidade para levar a efeito o que está na bandeira, “Ordem e Progresso”, ao nosso Estado.

Então, eles sempre irradiaram essa capacidade de seguir essa instrução que está escrita bandeira: “Ordem e Progresso”.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Talvez devêssemos escrever isso aqui: “Autoridade não pode ser suspeita”.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Assim eu pensava quando prefeitinho da minha cidade e assim penso ainda.

Neste Parlamento, neste Senado, devemos nos comportar como pais da pátria, trazendo fatos de nossa experiência para a grandeza deste País.

Peço permissão para, em minhas últimas palavras, saudar um homem de Teresina, o grande Líder do PMDB Henrique Pires, que, por muito tempo, foi Presidente Nacional do meu partido, o PMDB, grandioso partido do Brasil e do Piauí que, por uma vez, levou, nos braços do povo, Alberto Silva ao Governo – numa vez anterior, chegou pela força da revolução. Eu também, com a força do PMDB e a crença, lá cheguei, e nós, ambos como Governadores do Estado, fomos verdadeiros prefeitos daquela cidade, lá implantando grande desenvolvimento e, junto com os prefeitos competentes

que Teresina teve, fizemos com que se tornasse essa cidade maravilhosa que hoje faz 155 anos.

Quis Deus que eu encerrasse esta sessão. Que minhas palavras cheguem aos céus e a Deus através das ondas sonoras do sistema de comunicação do Senado, do som da televisão e da rádio AM e FM, em forma de súplica, de reza: Oh, meu Deus, abençoe Teresina e sua gente!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os Srs. Senadores Arthur Virgílio e Inácio Arruda e a Sr^a Senadora Patrícia Saboya enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, compromissos decorrentes dos afazeres da Liderança do PSDB nesta Casa e das atividades parlamentares não me permitiram, como muito gostaria, de atender ao gentil convite do Padre Jésus Waner Lopes, Pároco da Igreja Católica de Autazes, para participar das festividades em homenagem aos Padroeiros daquela cidade amazonense: Sant’Ana e São Joaquim.

Os festejos, que se iniciaram no dia 6 e se encerrarão amanhã, foram abertos com procissão fluvial dos Padroeiros e se desenrolaram com atividades religiosas, sociais e culturais ao longo desses dias. Sei que com pleno êxito, pois conheço a religiosidade da população de Autazes e o fervor com que participa dessas festividades.

Meus cumprimentos ao Padre Jésus Waner Lopes e a todos que contribuíram diretamente para a realização das festividades. Aproveito também para cumprimentar o Prefeito José Thomé Filho, o Vice-Prefeito Nercilei Pantoja de Souza, a Presidente da Câmara Municipal, Graça Izoney Vieira Thomé, os Vereadores e, por intermédio de todas essas autoridades, a população do laborioso município de Autazes.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. INÁCIO ARRUDA (PCdoB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna do Senado Federal para registrar a passagem dos 50 anos do Curso de aprendizagem Bancária – CAB idealizado pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB.

O Curso de Aprendizagem Bancária – CAB foi um processo inovador de capacitação de jovens concebido e instalado pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em 16 de agosto de 1957.

Para selecionar os integrantes do CAB, o Banco realizava concurso público para jovens entre 14 e 16

anos incompletos, que tivessem concluído o 2º Grau, os quais se submeteriam a um processo de aprendizado, que se dividia em aplicação de conteúdos teóricos e em trabalhos práticos.

Com isto, o aprendiz durante o primeiro período do dia recebia aulas de disciplinas que visavam complementar o conteúdo escolar como, Matemática e Português e introduzir conhecimentos na atividade bancária: Contabilidade, Crédito, Elaboração e Análise de Projetos. E assim, alargar a visão sobre a Região Nordeste: Economia do Nordeste, Geografia do Polígono das Secas, além daquelas que contemplavam a sua formação como profissional e cidadão: Ética Profissional, Direitos e Deveres, dentre outras.

No período vespertino, o aprendiz estagiava em diversos órgãos da Direção Geral e em agências do Banco, vivenciando a prática dos trabalhos executados pela Instituição.

Por conta de modificações na legislação trabalhista, o Curso teve que ser alterado algumas vezes. Na primeira, ocorrida em 1968, ele foi rebatizado com o nome de Curso de Habilitação Bancária – CHB, que embora se adaptasse aos ditames da lei, não mudava a filosofia e os princípios estabelecidos para o CAB.

Na nova versão, o CHB foi expandido para as cidades de Recife e Salvador. Até a sua suspensão pelo Banco, no ano de 1988, o CAB-CHB realizou 30 turmas (14 em Fortaleza, 09 em Recife e 07 em Salvador), as quais contaram com 1.082 “bancários-aprendizes”.

Os cabistas/chbistas, como eram conhecidos, formaram no Banco do Nordeste uma verdadeira legião de líderes institucionais, notabilizando-se principalmente pela sua identificação com os objetivos e missão empresariais, fruto do aprendizado sobre o Banco e sobre a região.

Pelo cuidado que o BNB sempre teve com a formação de seus Recursos Humanos, os cabistas/chbistas continuaram a ser capacitados e atualizados, quer em cursos internos de formação e especialização, quer em cursos externos, onde se incluíam mestrados e doutorados oferecidos por renomadas universidades nacionais e internacionais.

Daí por que os benefícios acumulados na formação dos cabistas-chbistas extrapolaram os limites do BNB, indo se espalhar também pela comunidade nordestina. Suas competências, desenvolvidas a partir da adolescência, contemplavam conhecimentos, habilidades e atitudes que os capacitaram para o desempenho de suas atividades não só na Instituição, mas em atividades públicas e em empresas privadas.

A par de terem sido responsáveis por muitos dos principais projetos estratégicos do Banco, de terem assumido funções técnicas e gerenciais relevantes,

esses profissionais vieram a ocupar cargos de importância para a comunidade.

No Ceará, especificamente, podem-se citar alguns nomes que fizeram e fazem parte desse rol, nos poderes executivo, legislativo e judiciário. Do mesmo modo, podem ser citados nomes que contribuíram e contribuem nos altos escalões do Governo Federal.

A área privada do estado também pode desfrutar de outro contingente de cabistas-chbistas que prestaram e prestam serviços técnicos e de gestão, mercê da competência que desenvolveram a partir da adolescência.

Outros tantos podem ser encontrados como professores e coordenadores nas principais Universidades e Faculdades do Ceará, em cursos de graduação e pós-graduação, contribuindo de maneira inequívoca para a formação de profissionais para as lides públicas e privadas do Estado e do País.

É esse movimento de pessoas formadas e comprometidas com o desenvolvimento do Nordeste e do Ceará que está completando 50 anos e que merece essa homenagem que fazemos agora no Plenário do Senado Federal.

Nosso objetivo é, também, aproveitar a oportunidade para discutir e difundir essa prática como um exemplo a ser adaptado e implantado por empresas públicas e privadas, que, ao tempo em que se preocupam com a formação de seus profissionais, busquem também realizar um trabalho com o público jovem, carente de oportunidades que venham dar guarida aos seus sonhos!

Por fim, desde o dia 4 desse mês o BNB vem realizando uma série de eventos em comemoração aos 50 anos do CAB/CHB.

No dia 16 de agosto estão programados os seguintes eventos:

Abertura da Exposição Iconográfica
“CAB-CHB: 50 ANOS”

Lançamento da Revista Comemorativa
dos 50 ANOS

Homenagem ao Banco do Nordeste do
Brasil S.A. (Descerramento de Placa Comemorativa)

Mesa-Redonda: Educação Profissional
para Jovens – Experiências, Desafios e Perspectivas

Convidado Especial: Dr. Antônio Rocha
Magalhães

Homenagem aos Idealizadores do Curso: Dr. Raul Barbosa, Dr. Germano de Carvalho Rocha e Dr. Paulo de Aguiar Frota – “**in memorian**”.

Aula da Saudade: Homenagem aos alunos da 1ª Turma do CAB, aos Coordenadores, aos Professores e aos Cabistas-Chbistas falecidos.

Convidado Especial: Dr. Nilson Craveiro Holanda

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A SRA. PATRÍCIA SABOYA (Bloco/PSB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nosso setor cultural está em crise desde o dia 15 de maio, quando os trabalhadores do setor iniciaram movimento pela implementação de Plano Especial de Cargos. Muitos dos mais importantes espaços históricos e centros culturais do Brasil chegaram a ser fechados. Entre eles estão o Museu Histórico Nacional, o Museu da República e o Paço Imperial, além da Biblioteca Nacional. Paralisou-se todo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, responsável pela gestão de bens de valor incalculável. Também a Funarte parou, assim como teatros importantes. O setor literário também foi afetado, em função do fechamento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, onde se faz o registro de obras e cadastramento de editoras. Hoje a paralisação está suspensa, mas pode recomeçar em breve.

Pode parecer que se trata de uma greve como tantas outras. Não é. Trará danos sérios a toda a produção cultural do País. Todos os editais para patrocínio de eventos e de trabalhos artísticos tiveram sua tramitação obstruída ao menos durante algum tempo. São já mais de dois mil projetos que, dessa forma, nem sairão do papel.

A utilização dos estímulos fiscais do Pronac, o Programa Nacional de Apoio à Cultura, está sob ameaça, o que causará impacto profundo na produção artística brasileira. Na prática, isso poderá significar a suspensão dos efeitos da Lei Rouanet. São mais de mil projetos que sequer receberam encaminhamento, enquanto outros 1.500 aguardam parecer.

Os efeitos dessa paralisia serão sentidos no curto prazo. Peças deixarão de ser montadas, festivais não ocorrerão, filmes terão seu cronograma e seu custo alterados, apresentações musicais não acontecerão. Toda a comunidade artística brasileira, todos os que vivem da produção cultural, sofrerão profundamente.

Os servidores do Ministério da Cultura iniciaram seu movimento por uma causa justa. Pedem a implementação do Plano de Cargos, que já foi aprovada durante negociação ocorrida em 2005. Dela participaram, além dos funcionários da pasta, os Ministérios da Cultura e do Planejamento. O ministro da Cultura, Gilberto Gil, chegou a dizer que a reivindicação de um

plano de cargos e salários não é dos servidores, mas do próprio Ministério.

O Ministério do Planejamento apresentou uma proposta, que despertou controvérsias entre os trabalhadores. Eles vêm realizando assembléias em todo o país, para avaliar essa proposta. O quadro não é favorável.

Sem um plano coerente para o setor, os salários permanecerão em patamares irrisórios. Realizou-se em 2006 o primeiro concurso para a área cultural em 23 anos. Fizeram-se as provas, rigorosas, e chamaram-se os aprovados. Constatou-se então que 60 por cento deles desistiram de tomar posse. Levaram um enorme susto ao verificar quanto ganhariam. No Iphan, por exemplo, o salário base é de R\$263,80.

Desenhou-se uma saída em 2005, após longa negociação. Entretanto, a Lei nº 11.233, dela decorrente, restringiu-se à criação de uma Gratificação Específica de Atividade Cultural, a GEAC, que não dota as instituições de estrutura funcional capaz de garantir a prestação dos serviços públicos de Cultura. É um trabalho crucial para o Brasil e os Brasileiros. Envolve o exercício de direitos culturais; a garantia de direitos autorais; o acesso à produção artística e cultural; a preservação do patrimônio histórico, artístico, arqueológico, acervos documentais e museológicos. Mais do que tudo, impulsiona todo o processo produtivo do setor.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a única forma de se corrigir essa distorção absurda é implantar-se o plano de cargos e salários já aprovado. Essa medida fará justiça a cerca de 4.000 servidores, entre ativos e inativos. Seu impacto resume-se a R\$152 milhões por ano, o que corresponde a 0,32% na despesa mensal com pessoal civil do Executivo Federal.

Faço daqui um apelo ao ministro do Planejamento e ao presidente da República, cuja sensibilidade social reconheço, para que interfiram diretamente nesse processo. Faço um apelo para que pensem nos artistas brasileiros, nos que produzem cultura, nos que trazem alegria a este povo tão sofrido.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nesta quinta-feira, 16 de agosto de 2007, antes de encerrar a sessão, convido os senadores e as senadoras para a sessão de amanhã, sexta-feira, às 9 horas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 45 minutos.)

PARECER

Nº 27, DE 2007-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, sobre o Aviso nº 10/2007-CN (Aviso 255-Seses-TCU/2007, na origem), que encaminha cópia do Acórdão nº 357, de 2007 – TCU (Plenário), bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, relativos ao levantamento de auditoria realizado no âmbito do programa de fiscalização FISCOBRAS do ano de 2006, nas obras de Infra-Estrutura Turística para o Turismo Religioso – Juazeiro do Norte - CE.

Relator: Senador EFRAIM MORAIS

1 RELATÓRIO

1.1 Introdução

O Tribunal de Contas da União – TCU encaminhou à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, por meio do Aviso nº 10, de 2007-CN (255-Seses-TCU/2007, na origem), de 14 de março de 2007, cópia do Acórdão nº 357/2007 – TCU - Plenário, proferido nos autos do processo TC nº 008.744/2006-9, bem como do Relatório e Voto que o fundamentaram, relativos ao Levantamento de Auditoria realizado no âmbito do programa de fiscalização FISCOBRAS, nas obras concernentes ao subtítulo de código orçamentário 23.695.1166.0564.1048 - Infra-Estrutura Turística para o Turismo Religioso – Juazeiro do Norte – CE Construção de Obra Estruturante – UVC – Unidade de Vizinhança Centro / Centro de Apoio aos Romeiros, no ano de 2006.

Conforme Ofício Pres. Nº 044/2007/CMO, de 17 de abril de 2007, do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, fui designado Relator da matéria.

1.2 Histórico

O primeiro Relatório de Levantamento de Auditoria realizado nas obras de Infra-Estrutura Turística para o Turismo Religioso no Município de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, ocorreu em 2005, no âmbito do programa FISCOBRAS/2005 (processo TC 008.312/2005-5). Naquela oportunidade, as obras relativas ao subtítulo em questão já se encontravam em andamento, custeadas por recursos exclusivamente dos cofres do Governo do Estado do Ceará e da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, sem qualquer aporte de recursos federais.

O levantamento de Auditoria foi realizado em face da inclusão da obra no Orçamento Geral da União, conforme demonstrado na Tabela 1:

Tabela 1 - LOA 2005 / 64101 - MINISTÉRIO DO TURISMO

Funcional	Subtítulo	Valores em R\$ 1,00	
		Autorizado	Liquidado
23.695.1166.0564.1048	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - INFRA-ESTRUTURA PARA O TURISMO RELIGIOSO - JUAZEIRO DO NORTE - CE	13.432.600	0

Fonte: PRODASEN

A equipe de auditoria relatou diversos indícios de irregularidades graves na execução das obras, no âmbito do Contrato nº 004/2002, firmado pela Prefeitura de Juazeiro do Norte com a empresa WR Engenharia Ltda., dentre os quais destacavam-se:

- celebração de termos aditivos ao Contrato nº 004/2002, em valores percentuais (mais de 300%) superiores ao legalmente permitido (25%), conforme fixado pelo § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

- ausência de licitação para a elaboração de novo projeto básico para a execução das obras de Construção de Obra Estruturante – UVC – Unidade de Vizinhança Centro / Centro de Apoio aos Romeiros, em desconformidade com o art. 2º da Lei nº 8.666/93;

- celebração de termo aditivo para prorrogar a vigência do Contrato nº 004/2002, quando este já se encontrava com vigência expirada.

Diante dos indícios de irregularidades verificados pela equipe técnica, por proposição do Ministro-Relator, Guilherme Palmeira, o Tribunal de Contas da União proferiu o Acórdão nº 1181/2005 – Plenário, no qual foram feitas diversas determinações ao Ministério do Turismo e à Prefeitura de Juazeiro do Norte, dentre as quais destacaram-se as seguintes:

- ao Ministério do Turismo, cautelarmente, com fulcro no art. 276, § 3º, do RITCU, no sentido de aquele órgão se abster de repassar recursos federais relacionados à construção da obra estruturante Unidade de Vizinhança Centro / Centro de Apoio aos Romeiros para pagamento do Contrato nº 004/2002, firmado entre a Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte e a construtora WR Engenharia Ltda., até que o Tribunal decidisse sobre o mérito da questão suscitada pela equipe técnica;

- à Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte – CE, também cautelarmente, para que fosse evitada a utilização de recursos federais no pagamento do já mencionado Contrato nº 004/2002, até que o TCU decidisse sobre o mérito da questão.

Em face das determinações da matéria, a dotação orçamentária constante da Lei Orçamentária para 2005 para o subtítulo correspondente à obra em comento, no valor de R\$ 13.432.600,00, não foi executada, conforme demonstrado na seguinte Tabela 1:

Tabela 1 - LOA 2005 / 54101 - MINISTÉRIO DO TURISMO

Funcional	Subtítulo	Valores em R\$ 1,00	
		Autorizado	Liquidado
23.695.1166.0564.1048	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - INFRA-ESTRUTURA PARA O TURISMO RELIGIOSO - JUAZEIRO DO NORTE - CE	13.432.600	0

Fonte: PRODASEN

Não obstante, conforme se verifica pelos dados da Tabela 1, não houve qualquer execução orçamentária no âmbito desse subtítulo.

Posteriormente, a equipe técnica do TCU apresentou novo Relatório de Levantamento de Auditoria, no qual foram examinadas, principalmente, as audiências promovidas com o Prefeito, Sr. Raimundo Antonio de Macedo, e com o ex-Prefeito, Sr. Carlos Alberto da Cruz, para a apresentação de suas razões de justificativas em relação aos indícios de irregularidades apontados anteriormente pelo Tribunal, assim como a oitiva da empresa WR Engenharia Ltda.

Por proposição do Ministro-Relator, Guilherme Palmeira, o Tribunal proferiu o Acórdão nº 2.262/2005 – Plenário, no qual foram feitas as seguintes principais determinações:

- à Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte – CE, para que, previamente ao aporte de recursos federais para a continuidade e finalização do Contrato nº 004/2002, apresentasse as devidas justificativas ao Ministério do Turismo em relação aos indícios de irregularidades que a equipe técnica considerou persistentes; e em caso de elaboração de novo projeto básico para o Centro de Romeiros ou para outra obra de infraestrutura para o turismo religioso no município, adotasse as providências cabíveis para a realização de regular procedimento licitatório e para a manutenção das condições de licenciamento ambiental da obra;

- ao Ministério do Turismo, para que condicione o repasse de recursos para a construção da obra estruturante Unidade de Vizinhança Centro / Centro de Apoio aos Romeiros, ou para obra de infraestrutura para o turismo religioso, ao cumprimento das determinações feitas pelo Tribunal.

No exercício de 2006, a obra em discussão não foi beneficiada com recursos do orçamento federal, tendo sido continuada por meio de recursos somente do Contrato de Repasse nº 84.0005, firmado entre o Banco do Estado do Ceará – BEC e a Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, em março de 2002, e do Convênio nº 13/05, firmado entre a Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional e a mesma Prefeitura, em junho de 2005.

Em 2006, no âmbito do programa FISCOBRAS/2006 do TCU, a obra em exame foi novamente objeto de Relatório de Fiscalização, quando foram registradas a ausência de aplicação de recursos federais na obra; e a inexistência de convênio, contrato de repasse ou qualquer outro instrumento para a transferência de recursos da União para a Prefeitura de Juazeiro do Norte. Além do mais, noticiou a equipe técnica do TCU que as irregularidades graves inicialmente constatadas foram parcialmente saneadas, de forma a propiciar a continuidade da obra, o que motivou a proposta de que o Tribunal noticiasse à CMO a inexistência de óbices à liberação de recursos orçamentários para a execução das obras de Infra-Estrutura para o Turismo Religioso de Juazeiro do Norte/CE.

O Ministro-Relator, Aroldo Cedraz, considerando a ausência de aplicação de recursos federais na obra em análise, assim como a inexistência de convênio, contrato de repasse ou qualquer outro instrumento para a transferência de recursos da União para a Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, concluiu que o Tribunal de Contas da União não seria competente para fiscalizar a aplicação de recursos na referida obra.

Em decorrência, o Tribunal proferiu o Acórdão nº 223/2007 – Plenário, no qual deliberou pelo envio de cópia do acórdão e do relatório e voto que o fundamentaram ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará, para as providências que entender adequadas e, em consequência, determinou o arquivamento dos autos.

Posteriormente, verificou o Ministro-Relator que a obra foi incluída pelo Congresso Nacional no quadro de “Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves”, de que tratam os arts. 104 e 105 da Lei nº 11.439/2006 (LDO/2007), pelo que propôs a retificação do Acórdão nº 223/2006 – Plenário, para que a deliberação do TCU fosse também informada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em atenção ao art. 105 § 5º, da referida LDO, independentemente da ausência de competência do Tribunal de Contas da União para fiscalizar as referidas obras. Tal retificação foi procedida pelo Tribunal, por meio do Acórdão nº 357/2007 – TCU – Plenário.

1.3 Análise da Matéria

O subtítulo de código orçamentário 23.695.1166.0564.1048 - Infra-Estrutura Turística para o Turismo Religioso – Juazeiro do Norte – CE Construção de Obras Estruturantes – UVC – Unidade de Vizinhança Centro / Centro de Apoio aos Romeiros foi incluído no Anexo VI – Obras com Índícios de Irregularidades Graves da Lei Orçamentária para 2006 e mantida nessa condição no Anexo VI – Obras com Índícios de Irregularidades Graves da Lei Orçamentária para 2007, em face da verificação, pela equipe técnica do Tribunal de Contas da União, de irregularidades graves na execução da obra, especialmente no que se refere ao Contrato nº 004/2002, firmado entre a Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte e a empresa WR Engenharia Ltda.

O referido subtítulo foi beneficiado com dotação orçamentária de R\$ 13.432.600,00 na Lei Orçamentária de 2006, que não chegou a ser executada, conforme demonstrado na Tabela 1. Na Lei Orçamentária de 2006 não ocorreu nenhuma consignação de recursos orçamentários para a referida obra.

Inicialmente (Acórdãos nº 1181/2005-P e 2262/2005-P), foram feitas pelo Tribunal de Contas da União diversas determinações ao Ministério do Turismo e à Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, com vistas a impedir, cautelarmente, a aplicação de recursos federais na obra em comento.

Posteriormente, verificou o Tribunal o saneamento, ainda que parcial, das irregularidades graves preliminarmente constatadas, tendo a equipe técnica se posicionado no sentido de que não existem mais óbices à liberação de recursos orçamentários para a execução das obras em análise (Relatório e Voto que fundamentaram o acórdão nº 223/2007 – Plenário). Informou-se também que a obra, ainda em andamento, jamais recebeu qualquer aporte de recursos federais, assim como a inexistência de convênio, contrato ou qualquer outro ajuste para a transferência de recursos federais para a sua execução, que vem sendo custeada por recursos da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, do Governo do Estado do Ceará e do Banco do Estado do Ceará – BEC.

Por último, em face da ausência de aplicação de recursos federais na obra e da inexistência de convênio entre o Ministério do Turismo e a Prefeitura de Juazeiro do Norte - CE para a transferência de recursos federais a serem aplicados na obra, deliberou o Tribunal pelo arquivamento dos autos do processo, determinando o envio de cópia do Acórdão nº 357/2007 - Plenário e do relatório e voto que o fundamentaram ao Tribunal de Contas do Estado do Ceará e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO.

Neste contexto, entende esta Relatoria não haver mais razões para se manter o subtítulo 23.695.1166.0564.1048 - Infra-Estrutura Turística para o Turismo Religioso – Juazeiro do Norte – CE Construção de Obras Estruturantes – UVC – Unidade de Vizinhança Centro / Centro de Apoio aos Romeiros no Anexo VI da Lei Orçamentária para 2007, pelo que se apresenta, em anexo, minuta de projeto de decreto legislativo, com o objetivo de excluir o subtítulo em questão do citado Anexo VI.

Não obstante, verificou-se a existência de programações beneficiadas com dotações na lei orçamentária vigente, ainda sem execução, que eventualmente poderão ser direcionadas para a obra em questão, conforme demonstrado na Tabela 2:

Tabela 2 - LOA 2007 / 54101 - MINISTÉRIO DO TURISMO

Valores em R\$ 1,00			
Funcional	Subtítulo	Autorizado	Empenhado
23.695.1166.0564.1952	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - JUAZEIRO DO NORTE - CE	1.000.000	0
23.695.1166.0564.2556	APOIO A PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA TURISTICA - JUAZEIRO DO NORTE - CE	9.250.000	0
TOTAL		10.250.000	0

Fonte: PRODASEN - Dados Atualizados até 26/04/2007

Destarte, por medida de cautela, propõe-se a inclusão, no projeto de decreto legislativo apresentado, de dispositivo que atribui responsabilidade ao Tribunal de Contas pelo acompanhamento do cumprimento, pelo Ministério do Turismo e pela Prefeitura de Juazeiro do Norte, das determinações anteriormente feitas pelo Tribunal.

2 VOTO

Diante do exposto, considerando que o tema é da competência da CMO (art. 104, 'caput', da LDO/2007, Lei 11.439, de 29 de dezembro de 2006, e arts. 2º, inc. III, 'b', e 123 da Resolução 01/2006-CN) e que o conjunto de informações trazidas pelo TCU (Acórdão 357/2007 – Plenário, e respectivos Relatório e Voto que o fundamentaram) assim o recomendam, votamos pela exclusão do subtítulo

23.695.1166.0564.1048 - Infra-Estrutura Turística para o Turismo Religioso – Juazeiro do Norte – CE Construção de Obras Estruturantes – UVC – Unidade de Vizinhança Centro / Centro de Apoio aos Romeiros do Anexo VI – Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves da Lei Orçamentária para 2007, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Senador JOSÉ MARANHÃO
Presidente


Senador EFRAIM MORAIS
Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2007

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007), com fulcro no art. 104 da Lei nº 11.439/06 (LDO/2007), o subtítulo de código orçamentário 23.695.1166.0564.1048 – Infra-Estrutura para o Turismo Religioso – Juazeiro – CE Construção de Obra Estruturante – UVC – Unidade Vizinhança Centro / Centro de Apoio aos Romeiros, sob responsabilidade da Unidade Orçamentária 54.101 – Ministério do Turismo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007), com fulcro no art. 104 da Lei nº 11.439/06 (LDO/2007), o subtítulo de código orçamentário 23.695.1166.0564.1048 – Infra-Estrutura para o Turismo Religioso – Juazeiro – CE Construção de Obra Estruturante – UVC – Unidade Vizinhança Centro / Centro de Apoio aos Romeiros, sob responsabilidade da Unidade Orçamentária 54.101 – Ministério do Turismo.

Art. 2º - O Tribunal de Contas da União deverá verificar o cumprimento das determinações e recomendações por ele feitas ao Ministério do Turismo e à Administração Municipal de Juazeiro do Norte – CE, conforme Acórdãos nºs. 1181/2005 – Plenário, 2262/2005 - Plenário e 223/2007 – Plenário, no caso de o subtítulo referido no art. 1º vir a ser contemplado com recursos do Orçamento Geral da União.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senador JOSÉ MARANHÃO
Presidente


Senador EFRAIM MORAIS
Relator

CONCLUSÃO

A COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO, na Décima Quarta Reunião da Primeira Sessão Legislativa Ordinária do Congresso Nacional, em 08 de agosto de 2007, **APROVOU**, por unanimidade, o Relatório do Senador JAYME CAMPOS, Relator *ad hoc* (designado Relator anteriormente o Senador EFRAIM MORAIS), ao **Aviso n.º 10/2007-CN**, que nos termos do Projeto de Decreto Legislativo apresentado foi favorável à **EXCLUSÃO** do subtítulo 23.695.1166.0564.1048 – Infra-Estrutura Turística para o Turismo Religioso – Juazeiro do Norte – CE Construção de Obras Estruturantes – UVC – Unidade de Vizinhança Centro/Centro de Apoio aos Romeiros, sob responsabilidade da Unidade Orçamentária 54.101 – Ministério do Turismo, do Anexo VI da Lei nº 11.451, de 2007. Ao Relatório e ao Projeto de Decreto Legislativo, no período de 31/05 a 06/06/2007 (5 dias úteis), não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Senadores José Maranhão, Presidente, Efraim Morais, Segundo Vice-Presidente, Antônio Carlos Valadares, Augusto Botelho, Cícero Lucena, Flexa Ribeiro, Jayme Campos, Leomar Quintanilha, Romeu Tuma e Sérgio Zambiasi; e os Deputados Roberto Rocha, Primeiro Vice-Presidente, Gonzaga Patriota, Terceiro Vice-Presidente, Alex Canziani, Asdrúbal Bentes, Carlos Alberto Lerêia, Carlos Melles, Claudio Cajado, Daniel Almeida, Duarte Nogueira, Edinho Bez, Eduardo Sciarra, Eunício Oliveira, Fábio Ramalho, Geraldo Resende, Giovanni Queiroz, Gorete Pereira, Humberto Souto, João Carlos Bacelar, José Pimentel, Luiz Carreira, Manoel Junior, Márcio Reinaldo Moreira, Miguel Corrêa Jr., Nelson Meurer, Paulo Rubem Santiago, Pedro Chaves, Pedro Fernandes, Rafael Guerra, Regis de Oliveira, Ribamar Alves, Ricardo Barros, Silvio Lopes, Vanderlei Macris, Vignatti, Walter Pinheiro e Wellington Roberto.

Sala de Reuniões, em 08 de agosto de 2007.



Senador **JOSÉ MARANHÃO**
Presidente



Senador **JAYME CAMPOS**
Relator *ad hoc*

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 5, DE 2007-CN

Exclui do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007), com fulcro no art. 104 da Lei nº 11.439/06 (LDO/2007), o subtítulo de código orçamentário 23.695.1166.0564.1048 – Infra-Estrutura para o Turismo Religioso – Juazeiro – CE Construção de Obra Estruturante – UVC – Unidade Vizinhança Centro / Centro de Apoio aos Romeiros, sob responsabilidade da Unidade Orçamentária 54.101 – Ministério do Turismo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica excluído do Anexo VI da Lei nº 11.451/07 (LOA/2007), com fulcro no art. 104 da Lei nº 11.439/06 (LDO/2007), o subtítulo de código orçamentário 23.695.1166.0564.1048 – Infra-Estrutura para o Turismo Religioso – Juazeiro – CE Construção de Obra Estruturante – UVC – Unidade Vizinhança Centro / Centro de Apoio aos Romeiros, sob responsabilidade da Unidade Orçamentária 54.101 – Ministério do Turismo.

Art. 2º - O Tribunal de Contas da União deverá verificar o cumprimento das determinações e recomendações por ele feitas ao Ministério do Turismo e à Administração Municipal de Juazeiro do Norte – CE, conforme Acórdãos nºs. 1181/2005 – Plenário, 2262/2005 - Plenário e 223/2007 – Plenário, no caso de o subtítulo referido no art. 1º vir a ser contemplado com recursos do Orçamento Geral da União.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 08 de agosto de 2007.


Senador JOSÉ MARANHÃO
Presidente


Senador JAYME CAMPOS
Relator *ad hoc*

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO****Emendas****AO****PROJETO DE LEI
N.º 21/2007-CN****MENSAGEM****N.º 00100, de 2007 – CN
(Nº 00537/2007, na origem)**

Ementa: “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Educação e da Cultura e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R\$ 38.330.853,00, (trinta e oito milhões, trezentos e trinta mil, oitocentos e cinquenta e três reais), para os fins que especifica, e dá outras providências.”

**Índice de Emendas
PL 021/2007 - EMENDA**

		Total por Parlamentar
CLAUDIO CAJADO	00014 a 00023	10
PEDRO NOVAIS	00001 a 00010	10
VALDIR RAUPP	00011	1
VALTER PEREIRA	00012 e 00013	2
Total de Emendas:		23

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00001****PL 021/2007-CN**

Mensagem 0100/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

021/07

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Acrescente-se ao programa de trabalho do Ministério da Cultura – 42000 o seguinte subtítulo:

Ação:

13.392.1141.5104.XXXX – Instalação e Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura no Município de Duque Bacelar - MA

GND – 4

Modalidade de Aplicação – 40

R\$ 200.000,00

Cancelar:

42000 – Ministério da Cultura

42902 – Fundo Nacional de Cultura

13.691.0169.006A.0001 – Estímulo ao Setor Audiovisual Mediante Participação de Empresas e Projetos – Fundo Setorial do Audiovisual – Nacional

GND – 5

Modalidade de Aplicação – 90

R\$ 200.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Dotar os municípios do Estado do Maranhão de melhores condições de desenvolvimento da cultura através de implantação de pontos de cultura.

CÓDIGO

1649

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado Pedro Novais

UF

MA

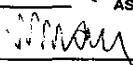
PARTIDO

PMDB

DATA

15/08/2007

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00002**
PL 021/2007-CN
Mensagem 0100/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

021/07

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Acrescente-se ao programa de trabalho do Ministério da Cultura – 42000 o seguinte subtítulo:

Ação:13.392.1141.5104.XXXX – Instalação e Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura
no Município de Guimarães - MA

GND – 4

Modalidade de Aplicação – 40

R\$ 200.000,00

Cancelar:

42000 – Ministério da Cultura

42902 – Fundo Nacional de Cultura

13.691.0169.006A.0001 – Estímulo ao Setor Audiovisual Mediante Participação de Empresas e
Projetos – Fundo Setorial do Audiovisual – Nacional

GND – 5

Modalidade de Aplicação – 90

R\$ 200.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Dotar os municípios do Estado do Maranhão de melhores condições de desenvolvimento
da cultura através de implantação de pontos de cultura.

CÓDIGO

1649

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado Pedro Novais

UF

MA

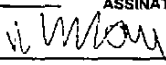
PARTIDO

PMDB

DATA

15/08/2007

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00003**
PL 021/2007-CN
- Mensagem 0100/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 021/07	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--------------------------	--------------------

TEXTO

Acrescente-se ao programa de trabalho do Ministério da Cultura – 42000 o seguinte subtítulo:

Ação:

13.392.1141.5104.XXXX – Instalação e Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura no Município de Humberto de Campos - MA

GND – 4

Modalidade de Aplicação – 40

R\$ 200.000,00

Cancelar:

42000 – Ministério da Cultura

42902 – Fundo Nacional de Cultura

13.691.0169.006A.0001 – Estímulo ao Setor Audiovisual Mediante Participação de Empresas e Projetos – Fundo Setorial do Audiovisual – Nacional

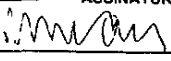
GND – 5

Modalidade de Aplicação – 90

R\$ 200.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Dotar os municípios do Estado do Maranhão de melhores condições de desenvolvimento da cultura através de implantação de pontos de cultura.

CÓDIGO 1649	NOME DO PARLAMENTAR Deputado Pedro Novais	UF MA	PARTIDO PMDB
DATA 15/08/2007	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00004**
PL 021/2007-CN
Mensagem 0100/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

021/07

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Acrescente-se ao programa de trabalho do Ministério da Cultura – 42000 o seguinte subtítulo:

Ação:

13.392.1141.5104.XXXX – Instalação e Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura no Município de Jatobá - MA

GND – 4

Modalidade de Aplicação – 40

R\$ 200.000,00

Cancelar:

42000 – Ministério da Cultura

42902 – Fundo Nacional de Cultura

13.691.0169.006A.0001 – Estímulo ao Setor Audiovisual Mediante Participação de Empresas e Projetos – Fundo Setorial do Audiovisual – Nacional

GND – 5

Modalidade de Aplicação – 90

R\$ 200.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Dotar os municípios do Estado do Maranhão de melhores condições de desenvolvimento da cultura através de implantação de pontos de cultura.

CÓDIGO

1649

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado Pedro Novais

UF

MA

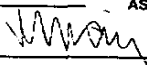
PARTIDO

PMDB

DATA

15/08/2007

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00005**
PL 021/2007-CN
Mensagem 0100/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

021/07

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Acrescente-se ao programa de trabalho do Ministério da Cultura – 42000 o seguinte subtítulo:

Ação:

13.392.1141.5104.XXXX – Instalação e Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura
no Município de Magalhães de Almeida - MA

GND – 4

Modalidade de Aplicação – 40

R\$ 200.000,00

Cancelar:

42000 – Ministério da Cultura

42902 – Fundo Nacional de Cultura

13.691.0169.006A.0001 – Estímulo ao Setor Audiovisual Mediante Participação de Empresas e
Projetos – Fundo Setorial do Audiovisual – Nacional

GND – 5

Modalidade de Aplicação – 90

R\$ 200.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Dotar os municípios do Estado do Maranhão de melhores condições de desenvolvimento
da cultura através de implantação de pontos de cultura.

CÓDIGO

1649

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado Pedro Novais

UF

MA


PARTIDO

PMDB

DATA

15/08/2007

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00006****PL 021/2007-CN**

Mensagem 0100/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

021/07

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Acrescente-se ao programa de trabalho do Ministério da Cultura – 42000 o seguinte subtítulo:

Ação:

13.392.1141.5104.XXXX – Instalação e Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura no Município de Peritoró - MA

GND – 4

Modalidade de Aplicação – 40

R\$ 200.000,00

Cancelar:

42000 – Ministério da Cultura

42902 – Fundo Nacional de Cultura

13.691.0169.006A.0001 – Estímulo ao Setor Audiovisual Mediante Participação de Empresas e Projetos – Fundo Setorial do Audiovisual – Nacional

GND – 5

Modalidade de Aplicação – 90

R\$ 200.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Dotar os municípios do Estado do Maranhão de melhores condições de desenvolvimento da cultura através de implantação de pontos de cultura.

CÓDIGO

1649

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado Pedro Novais

UF

MA

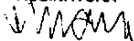
PARTIDO

PMDB

DATA

15/08/2007

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00007**
PL 021/2007-CN
Mensagem 0100/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

021/07

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Acrescente-se ao programa de trabalho do Ministério da Cultura – 42000 o seguinte subtítulo:

Ação:

13.392.1141.5104.XXXX – Instalação e Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura no Município de Fernando Falcão - MA

GND – 4

Modalidade de Aplicação – 40

R\$ 200.000,00

Cancelar:

42000 – Ministério da Cultura

42902 – Fundo Nacional de Cultura

13.691.0169.006A.0001 – Estímulo ao Setor Audiovisual Mediante Participação de Empresas e Projetos – Fundo Setorial do Audiovisual – Nacional

GND – 5

Modalidade de Aplicação – 90

R\$ 200.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Dotar os municípios do Estado do Maranhão de melhores condições de desenvolvimento da cultura através de implantação de pontos de cultura.

CÓDIGO

1649

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado Pedro Novais

UF

MA

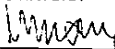
PARTIDO

PMDB

DATA

15/08/2007

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00008**
PL 021/2007-CN
Mensagem 0100/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

021/07

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Acrescente-se ao programa de trabalho do Ministério da Cultura – 42000 o seguinte subtítulo:

Ação:

13.392.1141.5104.XXXX – Instalação e Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura no Município de Joselândia - MA

GND – 4

Modalidade de Aplicação – 40

R\$ 200.000,00

Cancelar:

42000 – Ministério da Cultura

42902 – Fundo Nacional de Cultura

13.691.0169.006A.0001 – Estímulo ao Setor Audiovisual Mediante Participação de Empresas e Projetos – Fundo Setorial do Audiovisual – Nacional

GND – 5

Modalidade de Aplicação – 90

R\$ 200.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Dotar os municípios do Estado do Maranhão de melhores condições de desenvolvimento da cultura através de implantação de pontos de cultura.

CÓDIGO

1649

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado Pedro Novais

UF

MA

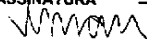
PARTIDO

PMDB

DATA

15/08/2007

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00009****PL 021/2007-CN**

Mensagem 0100/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

021/07

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Acrescente-se ao programa de trabalho do Ministério da Cultura – 42000 o seguinte subtítulo:

Ação:

13.392.1141.5104.XXXX – Instalação e Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura no Município de São Mateus - MA

GND – 4

Modalidade de Aplicação – 40

R\$ 200.000,00

Cancelar:

42000 – Ministério da Cultura

42902 – Fundo Nacional de Cultura

13.691.0169.006A.0001 – Estímulo ao Setor Audiovisual Mediante Participação de Empresas e Projetos – Fundo Setorial do Audiovisual – Nacional

GND – 5

Modalidade de Aplicação – 90

R\$ 200.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Dotar os municípios do Estado do Maranhão de melhores condições de desenvolvimento da cultura através de implantação de pontos de cultura.

CÓDIGO

1649

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado Pedro Novais

UF

MA

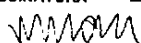
PARTIDO

PMDB

DATA

15/08/2007

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00010****PL 021/2007-CN**

Mensagem 0100/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI 021/07	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--------------------------	--------------------

TEXTO

Acrescente-se ao programa de trabalho do Ministério da Cultura – 42000 o seguinte subtítulo:

Ação:

13.392.1141.5104.XXXX – Instalação e Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura no Município de Sucupira do Riachão - MA

GND – 4

Modalidade de Aplicação – 40

R\$ 200.000,00

Cancelar:

42000 – Ministério da Cultura

42902 – Fundo Nacional de Cultura

13.691.0169.006A.0001 – Estímulo ao Setor Audiovisual Mediante Participação de Empresas e Projetos – Fundo Setorial do Audiovisual – Nacional

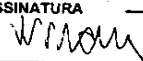
GND – 5

Modalidade de Aplicação – 90

R\$ 200.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Dotar os municípios do Estado do Maranhão de melhores condições de desenvolvimento da cultura através de implantação de pontos de cultura.

CÓDIGO 1649	NOME DO PARLAMENTAR Deputado Pedro Novais	UF MA	PARTIDO PMDB
DATA 15/08/2007	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00011**
PL 021/2007-CN
Mensagem 0100/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

021/2007

1 DE 1

TEXTO

Crédito Especial**Programa de Trabalho: Suplementação**

UO: 49202 – Fundo Nacional de Cultura

13.392.1141.5104.XXXX – Instalação e Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura – Nos municípios do Estado de Rondônia.

Esfera: Fiscal (F) GND: 4 Fonte: 130 RP: 0 M.A: 40 IU: 0

Valor: R\$ 750.000,00

Programa de Trabalho: Cancelamento

UO: 49202 – Fundo Nacional de Cultura

13.691.0169.006A.0001 – Estímulo ao Setor Audiovisual, mediante participação em empresas e projetos – Fundo Setorial do Audiovisual – Nacional.

Esfera: Fiscal (F) GND: 5 Fonte: 130 RP: 0 M.A: 90 IU: 0

Valor: R\$ 750.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda ao PLN n.º 021/2007 visa à inclusão de novo subtítulo à Lei n.º 11.451, de 7/02/07, no âmbito do Ministério da Cultura – Fundo Nacional de Cultura, a fim de possibilitar investimentos nos municípios do estado de Rondônia, através da instalação e modernização de espaços culturais – pontos de cultura.

A LOA 2007 apresenta dotação orçamentária para os estados do Ceará, Piauí, Rio de Janeiro, Rio grande do Norte, São Paulo e na modalidade de aplicação n.º 90 (Nacional). Entretanto, não contemplou diretamente o estado de Rondônia, que desta forma fica muito prejudicado na oferta de espaços culturais a sua população.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Senador Valdir Raupp

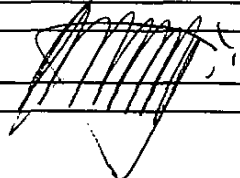
RO

PMDB

DATA

15/8/2007

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00012****PL 021/2007-CN**

Mensagem 0100/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO PLN 21/2007	FOLHA 1 DE 1
---------------------	------------------------	-----------------

TEXTO

- **Acrescer na Programação da UO 42902 – Fundo Nacional de Cultura - O Projeto: - “Instalação e Modernização de Espaços Culturais em Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul” - Funcional Programática nº 13.392.1141.5104.0054 - valor de R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais);**
- **Cancelar parcialmente a programação constante do Anexo I, UO 42902 – Fundo Nacional de Cultura:**
 1. **Funcional Programática nº 13.661.0169.8106.0001 – Apoio a Projetos Audiovisuais Específicos – Fundo Setorial Audiovisual, Apoio a Projetos Audiovisuais Específicos – Fundo Setorial Audiovisual - Nacional, valor de R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais).**

JUSTIFICAÇÃO

A aprovação desta emenda tem o objetivo de garantir as populações de baixa renda e menos assistidas acesso aos espaços destinados as mais diversas expressões culturais. Estes espaços terão como finalidade congregar um grande número de pessoas em torno de espetáculos, peças teatrais, shows, reprodução de filmes e apresentações, fazendo com que todos possam ser incluídos social e culturalmente.

CÓDIGO 1498	NOME DO PARLAMENTAR Senador VALTER PEREIRA	UF MS	PARTIDO PMDB
DATA 9/8/2007	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00013**
PL 021/2007-CN
Mensagem 0100/2007-CN

PROJETO DE LEI			PÁGINA
INSTRUÇÕES NO VERSO	PLN 21/2007		1 DE 1

TEXTO

- **Acrescer na Programação da UO 42902 – Fundo Nacional de Cultura - O Projeto: - “Instalação de Espaços Culturais em Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul” - Funcional Programática nº 13.392.1142.1611.0054 - valor de R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais);**
- **Cancelar parcialmente a programação constante do Anexo I, UO 42902 – Fundo Nacional de Cultura:**
 1. **Funcional Programática nº 13.661.0169.8106.0001 – Apoio a Projetos Audiovisuais Específicos – Fundo Setorial Audiovisual, Apoio a Projetos Audiovisuais Específicos – Fundo Setorial Audiovisual - Nacional, valor de R\$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais).**

JUSTIFICAÇÃO

A aprovação desta emenda tem o objetivo de garantir as populações de baixa renda e menos assistidas acesso aos espaços destinados as mais diversas expressões culturais. Estes espaços terão como finalidade congregar um grande número de pessoas em torno de espetáculos, peças teatrais, shows, reprodução de filmes e apresentações, fazendo com que todos possam ser incluídos social e culturalmente.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
1498	Senador VALTER PEREIRA	MS	PMDB
DATA	ASSINATURA		
9/8/2007			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00014****PL 021/2007-CN**

Mensagem 0100/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 021/2007 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

ACRESCENTAR NO ANEXO I**Subtítulo: Fomento a Projetos em Arte e Cultura no município de APUAREMA-BA****UO: 42902****GND: 3****Mod de Aplicação: 40****Func. Programática: 13.392.1142.4796.XXXX****Valor: 200.000,00****CANCELAMENTO NO ANEXO I****UO: 42902****GND: 3****Mod de Aplicação: 90****FTE: 130****Func. Programática: 13.661.0169.8106.0001****Valor: 200.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

O município de Apuarema tem como o seu maior forte de desenvolvimento cultural, as valorosas artes culturais criadas pelos munícipes, que acreditam em melhorias futuras em projetos que deste tipo, que realmente incentiva o progresso cultura do município.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

CLAUDIO CAJADO**BA****DEM**

DATA

ASSINATURA

15/08/2007



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00015**
PL 021/2007-CN
Mensagem 0100/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 021/2007 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

ACRESCENTAR NO ANEXO I**Subtítulo: Fomento a Projetos em Arte e Cultura no município de TAPEROÁ—BA****UO: 42902****GND: 3****Mod de Aplicação: 40****Func. Programática: 13.392.1142.4796.XXXX****Valor: 200.000,00****CANCELAMENTO NO ANEXO I****UO: 42902****GND: 3****Mod de Aplicação: 90****FTE: 130****Func. Programática: 13.661.0169.8106.0001****Valor: 200.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

O município de Taperoá tem como finalidade valorizar a cultura local cada vez mais, proporcionando para população projetos culturais, objetivando progredir a artes culturais que existem naquela terra.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

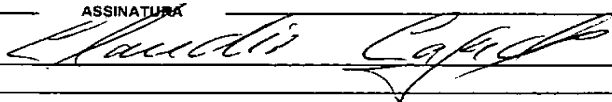
PARTIDO

CLAUDIO CAJADO**BA****DEM**

DATA

ASSINATURA

15/08/2007



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00016****PL 021/2007-CN**

Mensagem 0100/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 021/2007 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

ACRESCENTAR NO ANEXO I**Subtítulo: Fomento a Projetos em Arte e Cultura no município de IPUPIARA-BA****UO: 42902****GND: 3****Mod de Aplicação: 40****Func. Programática: 13.392.1142.4796.XXXX****Valor: 300.000,00****CANCELAMENTO NO ANEXO I****UO: 42902****GND: 3****Mod de Aplicação: 90****FTE: 130****Func. Programática: 13.661.0169.8106.0001****Valor: 300.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

Tem o presente pleito o escopo principal de enfatizar a cultura local, facultando à população o incentivo ao progresso nas artes culturais que o hoje é forte do município. O pleito contempla para o desenvolvimento de projetos culturais.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

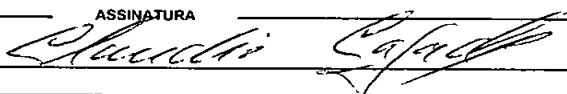
PARTIDO

CLAUDIO CAJADO**BA****DEM**

DATA

15/08/2007

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00017**
PL 021/2007-CN
Mensagem 0100/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 021/2007 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

ACRESCENTAR NO ANEXO I**Subtítulo: Fomento a Projetos em Arte e Cultura no município de AMÉRICA****DOURADA-BA****UO: 42902****GND: 3****Mod de Aplicação: 40****Func. Programática: 13.392.1142.4796.XXXX****Valor: 250.000,00****CANCELAMENTO NO ANEXO I****UO: 42902****GND: 3****Mod de Aplicação: 90****FTE: 130****Func. Programática: 13.661.0169.8106.0001****Valor: 250.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

O município de América Dourada fica na região de Irecê, grande parte da região desenvolvem trabalho braçal no campo agrícola, onde a matéria prima serve de incentivo para exploração e divulgação das obras de artes culturais que hoje são extremamente importantes. Por isso, o presente pleito dará ao município meios de desenvolver um trabalho cultural participativo com a população.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

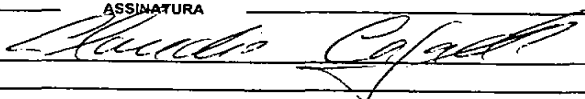
UF

PARTIDO

CLAUDIO CAJADO**BA****DEM**

DATA

ASSINATURA

15/08/2007

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00018****PL 021/2007-CN**

Mensagem 0100/2007-CN

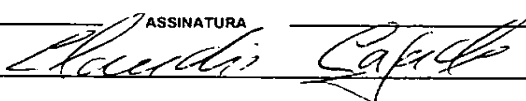
INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN 021/2007 - CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	--	--------------------

TEXTO

ACRESCENTAR NO ANEXO I**Subtítulo: Instalação e Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura no Município de DIAS D' ÁVILA – BA****UO: 42902****GND: 4****Mod de Aplicação: 40****Func. Programática: 13.392.1141.5104.XXXX****Valor: 700.000,00****CANCELAMENTO NO ANEXO I****UO: 42902****GND: 3****Mod de Aplicação: 90****FTE: 130****Func. Programática: 13.845.0169.005Z.0001****Valor: 500.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

O município de Dias D' Ávila, fica a 55 Km de Salvador, divisa com o polo Petroquímico de Camaçari, onde dispõe de seu próprio Polo de Desenvolvimento, tendo como referência na Região Metropolitana, a própria fabricação de valiosas louças e peças de artes em porcelana e cerâmica. O presente pleito beneficia com um espaço e instalações modernas, objetivando proporcionar a população divulgações e o valores culturais daquela terra.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	CLAUDIO CAJADO	BA	DEM
DATA	ASSINATURA		
15/08/2007			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00019****PL 021/2007-CN**

Mensagem 0100/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 021/2007 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

ACRESCENTAR NO ANEXO I**Subtítulo: Instalação e Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura no Município de SEABRA – BA****UO: 42902****GND: 4****Mod de Aplicação: 40****Func. Programática: 13.392.1141.5104.XXXX****Valor: 450.000,00****CANCELAMENTO NO ANEXO I****UO: 42902****GND: 3****Mod de Aplicação: 90****FTE: 130****Func. Programática: 13.845.0169.005Z.0001****Valor: 400.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

O município de Seabra fica na Chapa Diamantina, o maior turismo explorado da região com junto com o município de Lençóis, conta com várias cachoeiras e rede de hotelaria. O presente pleito irá beneficiar à população para suas divulgações com trabalhos culturais e, tendo como maior objetivo a sua valorização e modernização municipal.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

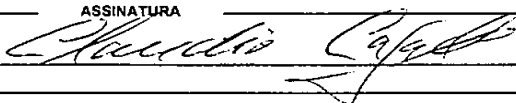
UF

PARTIDO

CLAUDIO CAJADO**BA****DEM**

DATA

ASSINATURA

15/08/2007

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00020****PL 021/2007-CN**

Mensagem 0100/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 021/2007 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

ACRESCENTAR NO ANEXO I**Subtítulo: Instalação e Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura no
Município de RUY BARBOSA – BA****UO: 42902****GND: 4****Mod de Aplicação: 40****Func. Programática: 13.392.1141.5104.XXXX****Valor: 500.000,00****CANCELAMENTO NO ANEXO I****UO: 42902****GND: 3****Mod de Aplicação: 90****FTE: 130****Func. Programática: 13.845.0169.005Z.0001****Valor: 500.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

O presente pleito tem o princípio de enfatizar a cultura local, facultado à população o direito de divulgação das riquezas da terra, bem como a modernização cultural municipal.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

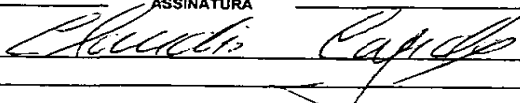
PARTIDO

CLAUDIO CAJADO**BA****DEM**

DATA

15/08/2007

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00021****PL 021/2007-CN**

Mensagem 0100/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 021/2007 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

ACRESCENTAR NO ANEXO I**Subtítulo: Instalação e Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura no Município de MALHADA – BA****UO: 42902****GND: 4****Mod de Aplicação: 40****Func. Programática: 13.392.1141.5104.XXXX****Valor: 400.000,00****CANCELAMENTO NO ANEXO I****UO: 42902****GND: 3****Mod de Aplicação: 90****FTE: 130****Func. Programática: 13.845.0169.005Z.0001****Valor: 400.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

Com o escopo principal deste pleito é o direito à população de divulgar as riquezas da terra, bem como valorar a cultura local. A modernização de um espaço, proporciona de fato as realizações de trabalhos culturais desenvolvidos pelos munícipes.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

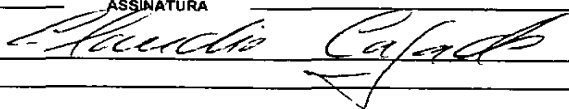
PARTIDO

CLAUDIO CAJADO**BA****DEM**

DATA

15/08/2007

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00022****PL 021/2007-CN**

Mensagem 0100/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 021/2007 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

ACRESCENTAR NO ANEXO I**Subtítulo: Instalação e Modernização de Espaços Culturais – Pontos de Cultura no
Município de ITAJUÍPE – BA****UO: 42902****GND: 4****Mod de Aplicação: 40****Func. Programática: 13.392.1141.5104.XXXX****Valor: 400.000,00****CANCELAMENTO NO ANEXO I****UO: 42902****GND: 3****Mod de Aplicação: 90****FTE: 130****Func. Programática: 13.845.0169.005Z.0001****Valor: 400.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

Este pleito tem a finalidade de valorizar a cultura local, proporcionando à população o direito de divulgação dos trabalhos e das riquezas da terra, inclusive a modernizações culturais do município.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

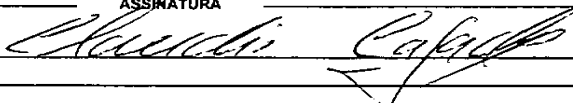
PARTIDO

CLAUDIO CAJADO**BA****DEM**

DATA

15/08/2007

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00023****PL 021/2007-CN**

Mensagem 0100/2007-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 021/2007 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

ACRESCENTAR NO ANEXO I**Subtítulo: Fomento a Projetos em Arte e Cultura no município de IGRAPIÚNA-BA****UO: 42902****GND: 3****Mod de Aplicação: 40****Func. Programática: 13.392.1142.4796.XXXX****Valor: 200.000,00****CANCELAMENTO NO ANEXO I****UO: 42902****GND: 3****Mod de Aplicação: 90****FTE: 130****Func. Programática: 13.661.0169.8106.0001****Valor: 200.000,00**

JUSTIFICAÇÃO

Este pleito tem a finalidade de valorizar a cultura local do município de Igrapiúna, que fica na Região Litorânea do Baixo Sul da Bahia, dispõe das riquezas de várias Ilhas, seus munícipes clamam por projetos que possam valorizar o progresso cultural.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

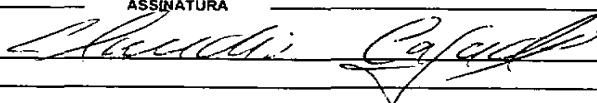
UF

PARTIDO

CLAUDIO CAJADO**BA****DEM**

DATA

ASSINATURA

15/08/2007

*ATO DO DIRETOR-GERAL**N.º 4469 , de 2007*

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no exercício de suas atribuições regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 013869/07-8,

RESOLVE, fundamentado nos arts. 215 e 217, inciso I, alínea "a", da Lei n.º 8.112/90, com as alterações da EC nº 41, de 31/12/2003 c/c a Lei nº 10.887/04, de 18/06/2004 e até o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, conceder pensão vitalícia a VERA LÚCIA CORRÊA DE PINA, na condição de cônjuge, no percentual de 100% (cem por cento) dessa totalidade, dos proventos que percebia o ex-servidor ANTONIO DE PINA, matrícula 4689-ERGON, a partir da data do óbito, 03/08/2007.

Senado Federal, 16 de agosto de 2007.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia
DEM – Antonio Carlos Júnior* ^(S)
DEM – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro
BLOCO-PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Paulo Duque* ^(S)
BLOCO-PP – Francisco Dornelles **

Maranhão
DEM – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
BLOCO-PTB – Epitácio Cafeteira **

Pará
PSOL – José Nery* ^(S)
PSDB – Flexa Ribeiro* ^(S)
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco
DEM – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
DEM – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira* ^(S)
DEM – Eliseu Resende**

Goiás
DEM – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso
DEM – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*

DEM – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul
BLOCO-PT – Paulo Paim*
BLOCO-PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará
BLOCO-PSB – Patrícia Saboya*
PSDB – Tasso Jereissati*
BLOCO-PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba
DEM – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo
PMDB – Gerson Camata*
BLOCO-PR – Magno Malta*
BLOCO-PSB – Renato Casagrande**

Piauí
DEM – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
BLOCO-PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
PMDB – Garibaldi Alves Filho *
DEM – José Agripino*
DEM – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto De Conto * ^(S)

DEM – Raimundo Colombo **

Alagoas
PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório* ^(S)
BLOCO-PTB – Fernando Collor**

Sergipe
PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
DEM – Maria do Carmo Alves **

Amazonas
PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
BLOCO-PT – João Pedro* ^(S)

Paraná
BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre
PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado* ^(S)
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
BLOCO-PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira* ^(S)
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal
PDT – Cristovam Buarque *
DEM – Adelmir Santana * ^(S)
PTB – Gim Argello** ^(S)

Tocantins
BLOCO-PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
DEM – Kátia Abreu**

Amapá
PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*

PMDB – José Sarney **

Rondônia
BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
BLOCO-PR – Expedito Júnior**

Roraima
BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*

BLOCO-PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e vinte dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais – ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até o ano de 2006.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.3.2007)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA ⁽¹⁾ (DEM/PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1.César Borges (DEM)
Raimundo Colombo (DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Marconi Perillo (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Flávio Arns (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	
PMDB	
Valdir Raupp	1. Valter Pereira
Wellington Salgado de Oliveira	2. Romero Jucá
Leomar Quintanilha	
PDT	
Jefferson Peres	

(1) De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.

Leitura: 15.3.2007
Designação: 5.6.2007
Instalação:
Prazo Final:

2) Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 13 Senadores titulares e 8 suplentes, para, no prazo de cento e oitenta dias, apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas aos graves problemas verificados no sistema de controle do tráfego aéreo, bem como nos principais aeroportos do país, evidenciados a partir do acidente aéreo, ocorrido em 29 de setembro de 2006, envolvendo um Boeing 737-800 da Gol e um jato Legacy da American ExcelAire, e que tiveram seu ápice no movimento de paralisação dos controladores de voo ocorrido em 30 de março de 2007.

(Requerimento nº 401, de 2007)

(13 titulares e 8 suplentes)

Presidente: Senador Tião Viana – (PT-AC)

Vice-Presidente: Senador Renato Casagrande – (PSB-ES)

Relator: Senador Demóstenes Torres – (DEM-GO)

Titulares	Suplentes
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM/PSDB)	
(vago) ³	1.Raimundo Colombo (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	2.Romeu Tuma (DEM)
José Agripino (DEM)	
Mário Couto (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PCdoB/PRB/PP)	
Tião Viana (PT)	1. Ideli Salvatti (PT)
Sibá Machado (PT)	2. João Pedro (PT) ²
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Inácio Arruda (PCdoB)
Renato Casagrande (PSB)	
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Valdir Raupp
Wellington Salgado	
PDT	
(vago) ¹	

¹ O Senador Osmar Dias deixa de compor esta Comissão, a partir de 29.05.2007 (Ofício nº 70/07 – GLPDT).

² O Senador Expedito Júnior foi substituído pelo Senador João Pedro, conforme número 114/2007 – da liderança do Bloco de Apoio do Governo, lido na sessão de 16/05/2007.

³ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Leitura: 25.4.2007

Designação: 15.5.2007

Instalação: 17.5.2007

Prazo Final: 26.11.2007

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – DEM

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

Instalação:

Prazo Final:

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT
Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - DEM

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. (vago)
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Edison Lobão - DEM	2. (vago) ¹
Eliseu Resende - DEM	3. Demóstenes Torres - DEM
Jayme Campos - DEM	4. Rosalba Ciarlini - DEM
Kátia Abreu - DEM	5. Marco Maciel - DEM
Raimundo Colombo - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344
E – Mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – ASSUNTOS MUNICIPAIS
(9 titulares e 9 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena - PSDB
Vice-Presidente: Senador Garibaldi Alves Filho - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Antonio Carlos Valadares – PSB	1. Delcídio Amaral – PT
Sibá Machado – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Expedito Júnior – PR	3. João Vicente Claudino – PTB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Mão Santa
Garibaldi Alves Filho	2. Renato Casagrande – PSB ⁽¹⁾
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jayme Campos - DEM	1. Jonas Pinheiro - DEM
Raimundo Colombo - DEM	2. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Eduardo Azeredo – PSDB
(PMDB, PSDB, PDT) ⁽²⁾	
Cícero Lucena - PSDB	1. vago

⁽¹⁾ Vaga do PMDB cedida ao PSB

⁽²⁾ Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – PREVIDÊNCIA SOCIAL
(7 titulares e 7 suplentes)

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REFORMA TRIBUTÁRIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senador Neuto De Conto – PMDB
Relator: Senador Francisco Dornelles - PP

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Renato Casagrande – PSB
Francisco Dornelles – PP	2. Ideli Salvatti – PT
PMDB	
Mão Santa	1. vago
Neuto De Conto	2. vago
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Raimundo Colombo - DEM	1. João Tenório – PSDB ⁽²⁾
Osmar Dias – PDT ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena – PSDB ⁽²⁾
Tasso Jereissati – PSDB	1. Flexa Ribeiro – PSDB

⁽¹⁾ Vaga cedida ao PDT

⁽²⁾ Vaga cedida ao PSDB

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA – REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Delcídio Amaral – PT	1. Francisco Dornelles – PP
Inácio Arruda – PC do B	2. Renato Casagrande – PSB
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	2. Valter Pereira
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Kátia Abreu - DEM	1. José Agripino - DEM
Eliseu Resende - DEM	2. Romeu Tuma - DEM
Sérgio Guerra – PSDB	1. Tasso Jereissati – PSDB

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – DEM

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. Ideli Salvatti – PT
João Pedro – PT	7. Magno Malta – PR
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Valter Pereira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jayme Campos – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Kátia Abreu – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Romeu Tuma – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim - PT
Vice-Presidente: Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. Flávio Arns – PT
Marcelo Crivella - PRB	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Lúcia Vânia – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Jayme Campos– DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente: Senador Flávio Arns - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Fátima Cleide - PT
Paulo Paim - PT	2. (vago)
PMDB e PDT	
Geraldo Mesquita Júnior – PMDB	1. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eduardo Azeredo – PSDB	1. Papaléo Paes – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Marisa Serrano - PSDB

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: scomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO,
ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE.**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Papaléo Paes - PSDB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. (vago)
Flávio Arns – PT	2. (vago)
DEM ou PDT	
João Durval - PDT	1. Adelmir Santana - DEM
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Papaléo Paes – PSDB	1. Cícero Lucena – PSDB
Rosalba Ciarlini – DEM	2. Kátia Abreu - DEM

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652

E – Mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: (vago) ¹
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Patrícia Saboya - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Magno Malta - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
(vago) ¹	2. Jayme Campos – DEM
Demóstenes Torres – DEM	3. José Agripino – DEM
Edison Lobão – DEM	4. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	5. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

¹ Em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães, ocorrido em 20.7.2007.

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO – IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES
(5 titulares)

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya - PSB
Augusto Botelho - PT	2. João Pedro - PT
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. Francisco Dornelles - PP
Inácio Arruda – PC do B	6. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande - PSB	7. João Vicente Claudino – PTB
Sérgio Zambiasi - PTB	8. Magno Malta – PR
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Valter Pereira
Paulo Duque	5. Jarbas Vasconcelos
Geraldo Mesquita Júnior	6. (vago)
(vago)	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Edison Lobão - DEM	1. Adelmir Santana - DEM
Heráclito Fortes - DEM	2. Demóstenes Torres - DEM
Maria do Carmo Alves - DEM	3. Jonas Pinheiro - DEM
Marco Maciel - DEM	4. José Agripino - DEM
Raimundo Colombo - DEM	5. Kátia Abreu - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	6. Romeu Tuma - DEM
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. (vago) ¹
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Presidente: Senador Demóstenes Torres - DEM
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano - PSDB

(12 titulares e 12 suplentes)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim - PT	1. (vago)
Flávio Arns - PT	2. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	3. Magno Malta - PR
PMDB	
Geraldo Mesquita Júnior	1. Valdir Raupp
Valter Pereira	2. (vago)
Paulo Duque	3. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres - DEM	1. Maria do Carmo Alves - DEM
Romeu Tuma - DEM	2. Marco Maciel - DEM
Rosalba Ciarlini - DEM	3. Raimundo Colombo - DEM
Marisa Serrano - PSDB	4. Eduardo Azeredo - PSDB
Marconi Perillo - PSDB	5. Flexa Ribeiro- PSDB
PDT	
Francisco Dornelles - PP	1. Cristovam Buarque

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA **(9 titulares e 9 suplentes)**

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO **(7 titulares e 7 suplentes)**

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE **(7 titulares e 7 suplentes)**

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB

Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Eliseu Resende – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Heráclito Fortes – DEM	2. César Borges – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Edison Lobão – DEM
José Agripino – DEM	4. Raimundo Colombo – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE – AQUECIMENTO GLOBAL
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Renato Casagrande- PSB
Vice-Presidente: Senador Marconi Perillo – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Inácio Arruda – PC do B	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
	1. Adelmir Santana – DEM
Marconi Perillo – PSDB	2. Marisa Serrano – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Cícero Lucena- PSDB
Vice-Presidente: Senador João Ribeiro – PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
João Ribeiro – PR	1. Inácio Arruda – PC do B
Serys Slhessarenko – PT	2. Augusto Botelho –PT
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marisa Serrano – PSDB

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya – PSB	4. Sibá Machado - PT
Inácio Arruda – PC do B	5. Ideli Salvatti- PT
	6. Marcelo Crivella - PRB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. (vago)
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
César Borges – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Romeu Tuma – DEM	3. Jayme Campos – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
(vago) ¹	7. Papaléo Paes
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: scomcdh@senado.gov.br.

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA IGUALDADE RACIAL E INCLUSÃO
(7 titulares e 7 suplentes)

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senadora Lúcia Vânia – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Paulo Paim – PT	1. Flávio Arns – PT
Serys Slhessarenko- PT	2. Sibá Machado - PT
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Gilvam Borges
Geraldo Mesquita Júnior	2. (vago)
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. (vago)
Heráclito Fortes – DEM	2. (vago)
Lúcia Vânia – PSDB	3. Papaléo Paes – PSDB

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
(7 titulares e 7 suplentes)

6.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO TRABALHO ESCRAVO
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador José Nery - PSOL
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda – PCdoB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns - PT
	2. Patrícia Saboya – PSB .
PMDB	
Inácio Arruda – Pcdob	1. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Maria do Carmo Alves – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
PSOL	
José Nery	

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - DEM
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
(vago)	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
Marco Maciel – DEM	2. César Borges – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Romeu Tuma – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. (vago) ¹
João Tenório – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

¹ Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS
BRASILEIROS NO EXTERIOR
(7 titulares e 7 suplentes)**

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL
SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Fernando Collor - PTB

Vice-Presidente: Senador João Ribeiro - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Inácio Arruda – PC do B
João Ribeiro - PR	2. Augusto Botelho - PT
PMDB	
Mão Santa	1. Valdir Raupp
(vago)	2. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: giraomot@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS
FORÇAS ARMADAS**

(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente: Senador Romeu Tuma - DEM

Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fernando Collor - PTB	1. Marcelo Crivella – PRB
PMDB	
Paulo Duque	1. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Marco Maciel – DEM
Eduardo Azeredo - PSDB	2. Flexa Ribeiro – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1.

Secretário: José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

E – Mail: giraomot@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
(vago)	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Adelmir Santana – DEM	1. Demóstenes Torres – DEM
Eliseu Resende – DEM	2. Marco Maciel – DEM
Jayme Campos – DEM	3. Jonas Pinheiro – DEM
Heráclito Fortes – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Raimundo Colombo – DEM	5. Romeu Tuma – DEM
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : scomci@senado.gov.br

**8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ACOMPANHAR A
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC
(7 titulares e 7 suplentes)**

**9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - DEM**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya – PSB	2. Expedito Júnior – PR
João Pedro - PT	3. Inácio Arruda – PC do B
João Vicente Claudino – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Adelmir Santana – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	2. Jayme Campos – DEM
Marco Maciel – DEM	3. Kátia Abreu – DEM
Rosalba Ciarlini – DEM	4. Maria do Carmo Alves – DEM
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Neuto De Conto - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Augusto Botelho - PT
João Pedro – PT	5. José Nery – PSOL
PMDB	
Garibaldi Alves Filho	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Heráclito Fortes – DEM	1. Edison Lobão – DEM
César Borges – DEM	2. Eliseu Resende – DEM
Jonas Pinheiro – DEM	3. Raimundo Colombo – DEM
Kátia Abreu – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente – Senador João Tenório - PSDB
Vice-Presidente - Senador Sibá Machado - PT

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	2. João Ribeiro – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Valdir Raupp
Neuto De Conto	2. Mão Santa
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Jonas Pinheiro – DEM	1. Raimundo Colombo – DEM – DEM
	2. Rosalba Ciarlini – DEM – DEM
João Tenório – PSDB	3. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano – PSDB	

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Eliseu Resende – DEM
Romeu Tuma – DEM	2. Heráclito Fortes – DEM
Maria do Carmo Alves – DEM	3. Marco Maciel – DEM
José Agripino – DEM	4. Rosalba Ciarlini – DEM
João Tenório – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Papaléo Paes – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: Quartas-Feiras às 8:45 horas

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail: scomcct@senado.gov.br.

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Renato Casagrande - PSB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Sérgio Zambiasi – PTB
Renato Casagrande – PSB	2. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Valter Pereira	1. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Demóstenes Torres – DEM	1. Heráclito Fortes – DEM
Eduardo Azeredo – PSDB	2. Cícero Lucena – PSDB

**11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA O ESTUDO, ACOMPANHAMENTO E APOIO AO
DESENVOLVIMENTO DOS PÓLOS TECNOLÓGICOS**
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente –
Vice-Presidente –

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Francisco Dornelles – PP
Augusto Botelho – PT	2. Fátima Cleide – PT
PMDB	
Mão Santa	1. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
Romeu Tuma – DEM	1. Rosalba Ciarlini – DEM
Cícero Lucena – PSDB	2. Eduardo Azeredo – PSDB

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 06/03/2007)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

5ª Eleição Geral: 23.11.2005

6ª Eleição Geral: 06.03.2007

Presidente: Senador Leomar Quintanilha⁸

Vice-Presidente: Senador Adelmir Santana³

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB)					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
Augusto Botelho (PT)	RR	2041	1. João Pedro (PT) ²	AM	1166
(vago)			2. Fátima Cleide (PT) ⁵	RO	2391
Renato Casagrande (PSB)	ES	1129	3. Ideli Salvatti (PT) ²	SC	2171
Epitácio Cafeteira (PTB) ¹	MA	1402	4. (vago)		
Eduardo Suplicy (PT)	SP	3213	5. (vago)		
PMDB					
Wellington Salgado de Oliveira	MG	2244	1. Valdir Raupp	RO	2252
Almeida Lima ⁴	SE	1312	2. Gerson Camata	ES	3235
Gilvam Borges	AP	1713	3. Romero Jucá	RR	2112
Leomar Quintanilha	TO	2073	4. José Maranhão	PB	1891
DEM					
Demóstenes Torres	GO	2091	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Heráclito Fortes	PI	2131	2. César Borges	BA	2212
Adelmir Santana	DF	4702	3. Maria do Carmo Alves	SE	1306
PSDB					
Marconi Perillo	GO	1961	1. Arthur Virgílio ^{6,9}	AM	1413
Marisa Serrano ^{7,10}	MS	3016	2. Sérgio Guerra	PE	2382
PDT					
Jefferson Péres	AM	2063	1. (vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (DEM/SP)					2051

(Atualizada em 4.7.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6

Telefones: 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

¹ Eleito na Sessão de 29.5.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão.

² Eleitos na Sessão de 29.5.2007.

³ Eleito em 30.5.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁴ Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.6.2007.

⁵ Eleita na Sessão de 27.6.2007.

⁶ Eleito na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 27.6.2007.

⁷ Eleita na Sessão de 27.6.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 27.6.2007.

⁸ Eleito em 27.6.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP.

⁹ Eleito na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pela Senadora Marisa Serrano, que renunciou em 4.7.2007.

¹⁰ Eleita na Sessão de 4.7.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Arthur Virgílio, que renunciou em 4.7.2007.

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma ¹ (DEM-SP)	Corregedor
(Vago)	1º Corregedor Substituto
(Vago)	2º Corregedor Substituto
(Vago)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 6.3.2007)

Notas:

¹ Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

(Vago) ¹	
Demóstenes Torres ² (DEM-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias ^{2 4 5}	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide ³ (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo

Atualizado em 1º.2.2007

Notas:

¹ Vaga ocupada pelo Senador Ramez Tebet, falecido em 17.11.2006.

² Em 29.3.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 031/2005, das indicações dos Senadores Demóstenes Torres e Álvaro Dias.

³ Em 17.5.2005, foi publicada no DSF a leitura, no Plenário do SF, do Of. Nº 285/2005, da indicação da Senadora Fátima Cleide.

⁴ O Senador Alvaro Dias licenciou-se do exercício do mandato a partir de 26 de março de 2007, pelo prazo de 121 dias, de acordo com o Requerimento nº 258, de 2007.

⁵ O Senador Alvaro Dias retornou ao exercício do mandato em 31 de julho de 2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: 3311-4561 e 3311-5257
scop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral: 03.12.2001
2ª Designação Geral: 26.02.2003
3º Designação Geral: 03.04.2007

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko¹
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda¹

PMDB
Senadora Roseana Sarney (MA)
DEM
Senadora Maria do Carmo Alves (SE)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PR
(vago)
PDT
Senador Cristovam Buarque (DF)
PSB
Senadora Patrícia Saboya (CE)
PC do B
Senador Inácio Arruda (CE)
PRB
Senador Marcelo Crivella (RJ)
PP
(vago)
PSOL
(vago)

(Atualizada em 21.06.2007)

¹. Eleitos em 21.06.2007

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259
scop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PEI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Álvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moca (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (DEM-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA	LÍDER DA MAIORIA
LÍDER DA MINORIA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Leonardo Picciani (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA (*) Vago
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Vieira da Cunha (PDT-RS)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 1º.8.2007)

(*) Vago, em virtude do falecimento do Senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), ocorrido em 20-7-2007.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier

Vice-Presidente: João Monteiro de Barros Filho¹

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	PAULO MACHADO DE CARVALHO NETO ²	EMANUEL SOARES CARNEIRO ²
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	ANTÔNIO DE PÁDUA TELES DE CARVALHO ²
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	PAULO R. TONET CAMARGO	SIDNEI BASILE ²
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	FERNANDO BITTENCOURT ²	ROBERTO DIAS LIMA FRANCO
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER ³	(VAGO)
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	EURÍPEDES CORRÊA CONCEIÇÃO	MÁRCIO LEAL
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	BERENICE ISABEL MENDES BEZERRA ²	STEPAN NERCESSIAN ²
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	GERALDO PEREIRA DOS SANTOS ²	ANTÔNIO FERREIRA DE SOUSA FILHO ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	SEGISNANDO FERREIRA ALENCAR
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ARNALDO NISKIER	GABRIEL PRIOLLI NETO
Representante da sociedade civil (inciso IX)	LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO	PHÉLIPPE DAOU
Representante da sociedade civil (inciso IX)	ROBERTO WAGNER MONTEIRO ²	FLÁVIO DE CASTRO MARTINEZ ²
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO DE BARROS FILHO	PAULO MARINHO

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

¹ Eleito na 2ª Reunião de 2006 do CCS, em 3.4.2006, em substituição ao Conselheiro Luiz Flávio Borges D'Urso.

² Reeleitos na sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004.

³ Eleito como suplente na Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004. Foi convocado como titular na 6ª Reunião de 2006 do CCS, realizada em 7.8.2006, em função do falecimento, em 30.5.2006, do Conselheiro Daniel Koslowsky Herz.

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA⁴

- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante das empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhec. na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da cat. profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) ⁵

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) – **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho (Representante das empresas de rádio)
- Paulo R. Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Celso Augusto Schröder (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

⁴ Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

⁵ Passou a fazer parte desta Comissão na Reunião Plenária de 5.6.2006.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

SENADORES	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (DEM/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. JEFFERSON PÉRES (PDT/AM)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.

DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
MAX ROSENMAN (PMDB/PR)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. FERNANDO CORUJA (PPS/SC)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. GERVÁSIO SILVA (DEM/SC)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. (*) Vago
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 1º.8.2007)

(*) Vago, em virtude do falecimento do Deputado Júlio Redecker (PSDB-RS), ocorrido em 17-7-2007.

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DA MAIORIA</u>
<u>LÍDER DA MINORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> DEMÓSTENES TORRES DEM-GO
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> VIEIRA DA CUNHA PDT-RS	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 7.5.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai



SENADO FEDERAL

Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Subsecretaria de Edições Técnicas

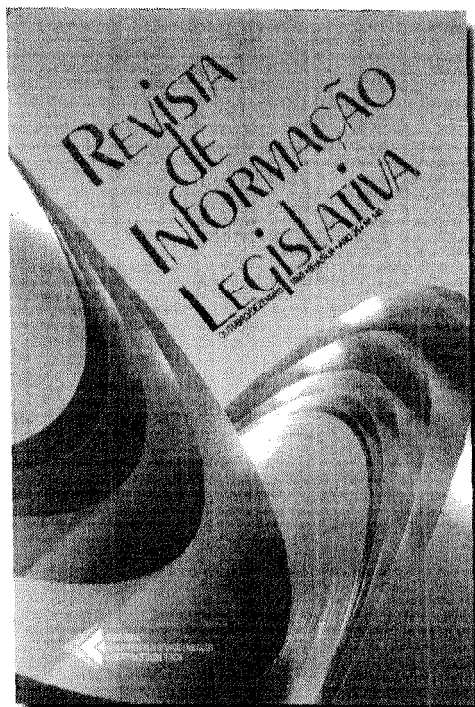
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:

Endereço:

Cidade:

CEP:

UF:

Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)



EDIÇÃO DE HOJE: 168 PÁGINAS